

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**PROPOSTA DE AÇÕES DE DIFUSÃO PARA O
ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DA CIDADE
DO RIO GRANDE – RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Sara Orcelli dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2014

PROPOSTA DE AÇÕES DE DIFUSÃO PARA O ACERVO FOTOGRAFICO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS

Sara Orcelli dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Patrimônio Documental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Carlos Blaya Perez

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**PROPOSTA DE AÇÕES DE DIFUSÃO PARA O ACERVO
FOTOGRAFICO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS**

elaborada por
Sara Orcelli dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carlos Blaya Perez, Dr.
(Presidente/Orientador)

Manuela Moro Cabero, Dr.
(Universidade de Salamanca – Espanha)

Rosanara Pacheco Urbanetto, Dr.
(UFSM – Arquivologia)

Glaucia Konrad, Dr (Suplente)
(UFSM – Arquivologia)

Santa Maria, 24 de setembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela graça de ter encontrado um caminho do bem, repleto de aprendizado, por ter me dado luz e força para trilha-lo, contornando os eventuais obstáculos.

À Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade de cursar o Mestrado em Patrimônio Cultural. Aos professores do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, pela excelência por todo o conhecimento e experiências transmitidas nas aulas.

Agradeço também ao meu orientador o Prof. Dr. Carlos Blaya Perez pelo seu exemplo de profissionalismo, por acreditar na minha capacidade e por toda atenção, compreensão, esclarecimentos e orientações que sempre soaram como conversas amigáveis e de incentivo para concluir esse trabalho e querer ir além.

Ao Museu da Cidade do Rio Grande, representado pela sua Diretora a Sra. Marisa Beal que, mesmo a frente da coordenação e desenvolvimento do grandioso projeto de modernização do museu, gentilmente me recebeu e disponibilizou materiais para que eu pudesse realizar essa pesquisa.

À minha família. Aos meus pais, Ronaldo e Rosana, estarem sempre apoiando as decisões que levam ao meu crescimento. Obrigada pelo carinho nos momentos difíceis e pelas celebrações das minhas vitórias. Agradeço à Pequena, minha amiga e irmã felina, pela boa companhia nas madrugadas de estudo.

Aos meus amigos de sala de aula, Elias, Luciana e Milene pelas trocas de conhecimento e por todo companheirismo que se perpetua apesar dos quilômetros que nos separam.

Enfim, agradeço de todo coração a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho cujo aprendizado almejo utilizar para tornar melhor o mundo em que vivemos.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

PROPOSTAS DE AÇÕES DE DIFUSÃO PARA O ACERVO FOTOGRAFICO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS

AUTORA: SARA ORCELLI DOS SANTOS
ORIENTADOR: CARLOS BLAYA PEREZ, Dr.

Data e Local: Santa Maria, 23 de outubro 2014.

Esta dissertação é apresentada como resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). A temática desse trabalho é a difusão do patrimônio cultural. Como objeto de estudo, apresentamos o acervo fotográfico da Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande - RS. O desenvolvimento consiste no estudo e planejamento de ações voltadas para a difusão de bens patrimoniais a partir do reconhecimento das fotografias como Patrimônio Documental. Para tanto, apresentamos a caracterização da pesquisa, seus objetivos e métodos, assim como, reflexões acerca do referencial teórico utilizado, abarcando patrimônio cultural, fotografias como patrimônio documental e as formas e tipos de difusão. Além disso, propomos uma discussão sobre as atividades institucionais que devem ser realizadas antes da implantação de ações de difusão. Como resultado e produto são apresentadas às estratégias de difusão que integram o Programa de Difusão do acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande, para o qual utilizamos uma amostra do acervo, com a temática do Porto e Alfândega da Cidade do Rio Grande.

Palavras-chave: Difusão; Fotografia; Patrimônio Documental; Patrimônio Cultural; Unidades de Informação; Arquivos fotográficos.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Graduate Program in Cultural Heritage Professional
Federal University of Santa Maria

PROPOSED ACTIONS FOR DISSEMINATION TO THE PHOTOGRAPHIC COLLECTION OF THE MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE - RS

AUTHOR: SARA ORCELLI DOS SANTOS
ADVISOR: CARLOS BLAYA PEREZ, Dr.

Date and Location: Santa Maria, October 23, 2014.

This dissertation is presented as the result of the master's research developed at the Professional Postgraduate Program in Cultural Heritage from the Federal University of Santa Maria (PPGPPC/UFSM). The theme of this work is the diffusion of cultural heritage. As object of the study, we present the photographic collection of the Historical Collection of the Museum of the City of Rio Grande - RS. The development consists on the study and planning actions for the diffusion of heritage, from the recognition of photographs as Documentary Heritage. Therefore, we present the characterization of the research, its objectives and methods, as well as reflections on the theoretical reference used, encompassing cultural heritage photographs as documentary heritage and the ways and kinds of diffusion. Furthermore, we propose a discussion about the institutional activities that must be performed before implantation of diffusion actions. As the result and product, we present diffusion strategies that integrate the Diffusion Program of the photographic collection of the Museum of the City of Rio Grande, for which we use a sample of the collection, with the theme of Customs and Port of Rio Grande City.

Keywords: Diffusion; Photography; Documentary Heritage; Cultural Heritage; Units of information; Photographic archives; Archival.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

FCRG – Fundação Cidade do Rio Grande

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCRG – Museu da Cidade do Rio Grande

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Logotipo do Projeto Olhar Autista Artista	38
FIGURA 02 - Teoria de Sistemas para Unidades de Informação	46
FIGURA 03 – Logotipo do Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção de Arte Sacra	56
FIGURA 04 - Logotipo do Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica	57

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 – Projeto Olhar Autista Artista - escolha do tema para produção das obras de arte	39
IMAGEM 02 – Projeto Olhar Autista Artista - Exposição das obras produzidas pelos alunos	39
IMAGEM 03 – Projeto Olhar Autista Artista - Exposição das obras produzidas pelos alunos	40
IMAGEM 04 – Postal – Chalé da Família Rheigantz	58
IMAGEM 05 – Postal: Companhia União Fabril	59
IMAGEM 06 – Escritório e Depósito da Fabrica de Charutos Poock & Cia.....	59
IMAGEM 07 – Fabrica de biscoitos Leal Santos	60
IMAGEM 08 – Instalação de equipamentos durante a montagem da Refinaria Ipiranga	60
IMAGEM 09 – Postal do Cais da Alfândega	65
IMAGEM 10 – Praça Xavier Ferreira, ao fundo, Alfândega	66
IMAGEM 11 – Construção dos Molhes da Barra	67
IMAGEM 12 – Molhe Oeste da Barra	67
IMAGEM 13 – Pescaria nos Molhes da Barra, ao fundo, Praia do Cassino (Molhe Oeste)	68
IMAGEM 14 – Obras da Barra do Rio Grande	68
IMAGEM 15 – Rua Riachuelo – Galpões do Porto em construção e comércio	69
IMAGEM 16 – Rua Riachuelo, Armazéns do Porto, ao fundo torre da Alfândega	69
IMAGEM 17 – Rua Riachuelo - Porto Velho	70
IMAGEM 18 – Alfândega esquina com as ruas Marechal Floriano e Ewbank	71
IMAGEM 19 – Vista lateral da Alfândega, Rua Ewbank	71
IMAGEM 20 – Postal da Rua Riachuelo, ao fundo, Alfândega (1907)	72
IMAGEM 21 – Praça Xavier Ferreira e Alfândega	73
IMAGEM 22 – Postal da Construção dos Molhes da Barra do Rio Grande.....	74
IMAGEM 23 – Molhes da Barra do Rio Grande - Vagonetas utilizadas para transporte até o fim dos trilhos	74
IMAGEM 24 – Navio Escola Benjamim Constant (1915)	75

IMAGEM 25 – Porto Velho	76
IMAGEM 26 – Armazéns do Porto	76
IMAGEM 27 – Rua Marechal Floriano, Alfândega e casa de comércio, ao fundo Praça Xavier	77
IMAGEM 28 – Vista do cais, Alfândega e Edifício da Câmara do Comércio	78
IMAGEM 29 – Praça Xavier Ferreira, Alfândega e Câmara do Comércio ...	78
IMAGEM 30 – Mapa da Cidade do Rio Grande – RS e indicação dos locais abordados	83
IMAGEM 31 – Antigas câmeras das marcas/modelos “Big Box” e “Bieka”	85
IMAGEM 32 – Antiga câmera	85
IMAGEM 33 – Antiga câmera “ANSCO” acompanha capa de couro	86
IMAGEM 34 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) anverso	89
IMAGEM 35 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) verso	90
IMAGEM 36 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) parte interna	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Problemática	13
Objetivos.....	14
Justificativa	14
1. PATRIMÔNIO CULTURAL, FOTOGRAFIA E DIFUSÃO	15
1.1 O Patrimônio Cultural e a interdependência entre preservação e difusão	17
1.2 Fotografia: documento e patrimônio	21
1.3 As diversas faces da Difusão do Patrimônio Cultural	24
1.3.1 Tipos e formas de Difusão	28
1.3.1.1 Difusão Informacional	28
1.3.1.2 Difusão Seletiva da Informação	29
1.3.1.3 Difusão Editorial	31
1.3.1.4 Difusão Digital	32
1.3.1.5 Difusão Educativa	35
1.3.1.6 Difusão Cultural	36
2. PRECEDENTES INDISPENSÁVEIS À IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE DIFUSÃO	42
3. METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO	50
4. O MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE	54
5. DIFUSÃO DO ACERVO DE FOTOGRAFIAS DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE	63
5.1 Histórico do Porto e Alfândega do Rio Grande	64
5.2 Estratégias de Difusão hipóteses para construção do Programa de Difusão	79
6. CONCLUSÕES	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – PROGRAMA DE DIFUSÃO	102

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre a difusão do Patrimônio Cultural para a preservação dos acervos. Neste estudo partimos da reflexão sobre a difusão dos bens culturais encontrados nas instituições de memória, ou, também denominadas, unidades de informação, tais como: museus, arquivos e bibliotecas.

A partir do conceito de documento apresentado por Bellotto (2006) como

[...] qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, **a fotografia**, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana. (BELLOTTO, 2006, p.33, **grifo nosso**)

As fotografias são registros documentais que consistem num “meio de informação, um meio de conhecimento e conterão sempre seu valor documental, iconográfico” (KOSSOY, 2001). Anjos (2012) explica isso da seguinte forma.

Revelam os registros fotográficos, cenas do cotidiano que outros tipos de documentos históricos, principalmente os escritos, têm menor facilidade de expressar, pois a imagem traz em si e em todo seu significado um contato direto, visual e quase que instantâneo com a realidade retratada, assim representando, em síntese, um fragmento da memória. (ANJOS, 2012, p.97)

Sejam consideradas pelas técnicas utilizadas em sua produção, ou pelas imagens, estes documentos registram e informam sobre a cultura e a evolução da sociedade, assim, sendo considerados Patrimônio Cultural e, além de preservá-los, é importante que haja uma preocupação com a sua difusão, visto que, esta atribui sentido a preservação desses acervos e a existência das próprias instituições mantenedoras.

Juán Miguel Sánchez Vigil e Maria Oliveira Zaldua, dizem que as fotografias são documentos comuns a todas essas unidades de informação.

Los archivos, bibliotecas y centros de documentación conservan documentos personales de investigadores, artistas, científicos o coleccionistas que en su mayoría han sido el punto de partida de fondos excepcionales. Estas colecciones evidencian el atractivo y la fuerza de la imagen, cuyo contenido va más allá de los elementos que componen la escena, ya que se descubren lugares, tipos y objetos, o bien se justifican los hechos. (Sánchez Vigil e Zaldua, 2011 p. 02)

Portanto, apresentamos nesse trabalho aspectos e estratégias de difusão tendo como foco principal o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande, pois consideramos uma das instituições de maior representatividade em relação à preservação do Patrimônio Cultural, da Cidade do Rio Grande dada à dimensão, a integridade do seu acervo e do prédio.

Problemática

Muitas vezes, as equipes das unidades de informação utilizam sua mão de obra e seu tempo em ações prioritárias, relacionadas a preservação e segurança do acervo. Estas não são menos importantes, entretanto a difusão é a última etapa do serviço nas unidades de informação, deve ocorrer após a realização de todas as demais atividades técnicas, é a “cereja do bolo”. Porém, geralmente as atividades anteriores à difusão são priorizadas e essa acaba sendo relegada a segundo plano. O que pode levar as instituições a enfrentar algumas dificuldades relacionadas à difusão dos bens culturais e serviços, executando, por vezes, ações pouco abrangentes não atingindo seus objetivos de forma plena.

A maioria das unidades de informação são instituições de caráter público, onde o investimento na difusão muitas vezes não é priorizado. Outras instituições, como é o caso do Museu da Cidade do Rio Grande, são mantidas por associações nas quais é normalmente difícil angariar fundos. Quando a verba é disponibilizada, é investida na conservação e preservação do acervo e a difusão acaba por ser realizada com a utilização dos recursos remanescentes.

As unidades de informação são especializadas na organização e preservação de seus acervos, tais atividades são executadas com a finalidade de permitir o acesso ao acervo. Sendo assim, as instituições devem trabalhar com uma grande movimentação de usuários e públicos interessados nas informações que dispõem. Podemos dizer que naquelas unidades de informação onde são escassos os usuários não estão cumprindo de forma plena sua função social. Afinal, um acervo que esteja organizado, preservado perde sua finalidade maior se o acesso às informações não for promovido.

Além disso, observa-se a relevância do acervo para a história e a memória da comunidade local, visto que retrata aspectos da cidade do Rio Grande dos séculos

XIX e XX. Sendo assim, salientamos a importância da difusão do acervo e do Museu da Cidade do Rio Grande.

Diante desse contexto, investigamos estratégias de difusão que trazem maiores retornos, ou seja, maior público, para as instituições utilizando da melhor forma possível os recursos disponibilizados?

Objetivos

O objetivo geral desse trabalho consiste no estudo e planejamento de ações voltadas para a difusão do acervo fotográfico da Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande. Alinhados a tal objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Sistematizar os tipos e formas de difusão e seus aspectos relacionados à difusão informacional, editorial, educativa, digital e cultural;
- Elucidar sobre os pré-requisitos para a execução de ações de difusão;
- Recomendar ações direcionadas à difusão cultural, ações educativas, serviços editoriais e difusão digital para o acervo fotográfico da instituição;
- Elaborar um Programa de Difusão para o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande

Justificativa

A justificativa desse trabalho está pautada na própria finalidade da difusão: esta, que por sua vez justifica a preservação dos bens culturais, consiste em levar ao maior número de pessoas as informações encontradas nos acervos das unidades de informação. Nesse sentido, as ações de difusão aqui apresentadas são aplicáveis de forma similar para outras unidades de informação. Logo, este trabalho não se encerra em si mesmo, podendo ser aplicado em outras instituições, com as mesmas características, que busquem realizar a sua própria difusão.

O acervo fotográfico foi constituído através de doações das famílias pertencentes à elite burguesa da cidade, de comerciantes e empresários que detinham maior poder aquisitivo para “consumir” esse tipo de produto e serviço,

contratar fotógrafos e adquirir fotografias ou câmeras e os materiais necessários para a produção das imagens. As fotografias encontradas no acervo revelam a cidade do Rio Grande nos séculos XIX e XX, suas indústrias, as paisagens urbanas, orlas marítimas, lugares de memória, pessoas e costumes da época. Retratando assim, a evolução econômica, as transformações urbanas e culturais, da cidade mais antiga do Rio Grande do Sul. Com isso, podemos observar a relevância do acervo fotográfico no conjunto das demais peças do museu.

Sendo assim, podemos perceber a importância deste acervo que não merece ficar restrito às instalações do museu. Devendo ser do conhecimento da população rio-grandina. Para tanto, propomos a realização de uma exposição, que além de resultar em um catálogo, estará integrada às outras de difusão educativa, cultural e digital. Justificamos então o presente trabalho que busca contribuir com a difusão desse patrimônio histórico e cultural encontrado no Museu da Cidade do Rio Grande.

A partir dessa contextualização apresenta-se o trabalho que está estruturado da seguinte forma: na introdução apresentamos os objetivos, a problemática e a justificativa. Logo, apresentamos a discussão teórica envolvendo Patrimônio Cultural, a fotografia enquanto patrimônio documental, os aspectos acerca da difusão do Patrimônio Cultural, além disso, propomos uma discussão acerca dos precedentes necessários à difusão. Após o referencial teórico, apresentamos a metodologia e o plano de trabalho, seguindo para a apresentação e contextualização do Museu da Cidade do Rio Grande e seu acervo. Logo, apresentamos uma discussão sobre as propostas de estratégias de difusão aplicáveis ao acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande. Por fim temos as conclusões e o Programa de Difusão como produto desse trabalho (APÊNDICE A).

CAPÍTULO 1

PATRIMÔNIO CULTURAL, FOTOGRAFIA E DIFUSÃO

1. PATRIMÔNIO CULTURAL, FOTOGRAFIA E DIFUSÃO

Neste capítulo apresentamos reflexões acerca dos principais temas estudados para o desenvolvimento deste trabalho. A partir do exposto por autores da área abordamos questões relativas ao Patrimônio Cultural, acervos fotográficos e a difusão.

1.1 O Patrimônio Cultural e a interdependência entre preservação e difusão

Qualquer pesquisador que inicie seus estudos na área de patrimônio encontrará a definição de que patrimônio consiste naquilo que é transmitido de geração em geração e, nesta direção, apresentamos a definição de HORTA que diz

que foi acumulado e herdado dos pais, dos ancestrais. Uma “herança” de conceitos, valores e práticas, representados concretamente por palavras, sons, ritmos, gestos, expressões faciais e corporais, rituais, histórias e lendas, tecnologias e práticas, imagens, coisas, artefatos, construções e monumentos (2000, p.15).

Atualmente, a discussão acerca de Patrimônio Cultural ultrapassou a perspectiva da preservação do patrimônio edificado e artefatos históricos, abrangendo a salvaguarda de culturas, folclores, tradições, paisagens (entre outras importâncias de caráter imaterial) fundamentais para a preservação da nossa cultura, memória e identidade como sociedade.

Pelegri e Funari (2008) afirmam que cultura material e imaterial são complementares, exemplificando da seguinte forma

[...] podemos tocar nos instrumentos musicais, nas pessoas e nas roupas, mas uma dança popular não pode, enquanto conjunto da representação a ser “tocada”. Aí está a imaterialidade: o todo compreende a cultura material, mas é maior do que a soma dessas materialidades (p. 27).

Os autores dissertam também, sob a ótica do Patrimônio Cultural Imaterial, sobre as identidades e políticas de preservação cultural. Nessa perspectiva, citam o documento que sintetizou a “Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais”, ocorrida em 1982, momento em que se definiu “identidade cultural” como

[...] uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação (PELEGRINI e FUNARI apud Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, 2008 p. 37)

Dessa forma, salienta-se, então, que uma das principais maneiras de um povo “nutrir-se de seu passado” constitui-se a partir da preservação do seu Patrimônio Histórico Imaterial, caracterizado conforme a UNESCO como

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (www.unesco.org.br. Acesso em: 03/05/2012)

O autor Mario Chagas (2002) apresenta em seu texto: “Cultura, patrimônio e memória” a união desses três elementos relacionados a “poder” e “documento” na constituição do Patrimônio Cultural. O autor parte de uma análise da fala da professora Waldisia Rússio, publicada em 1984 no livro “Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural” de A. Arantes. Segundo Chagas (2002), Rússio (1984) disse que “trabalho é patrimônio”, e assim, reiteramos que “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas” (UNESCO, 2012) originam os bens culturais. Retomando a análise de CHAGAS (2002) sobre patrimônio

é ação transformadora do homem sobre a natureza, sobre si próprio e sobre as relações entre os homens”; o trabalho gera bens a que se atribui valores e significados, esses bens conformam o patrimônio cultural; o patrimônio pode ser criado, preservado e destruído. Para Rússio a ação preservacionista no campo dos patrimônios contribui para a constituição de identidades culturais, o que está articulado com “uma questão muito séria que é a questão de soberania e de autodeterminação.” (Chagas, 2002, p.17)

Segundo Chagas (2002), a análise das palavras de Rússio, sobre o processo de musealização e preservação do patrimônio cultural percebe-se que o Patrimônio Cultural consolida-se da seguinte forma

É preciso dizer também que assim como um determinado conjunto matemático é regido por lei específica, assim também o patrimônio cultural se constitui a partir da atribuição de valores, funções e significados aos elementos que o compõem. O reconhecimento de que o patrimônio cultural não é um dado, mas uma construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos, permite avançar em direção à sua dimensão política, econômica e social; permite compreendê-lo como espaço de disputa e luta, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses. (Chagas, 2002, p.17)

Pode se inferir a partir do texto que: apesar das características físicas e dos valores, em termos culturais, do que se busca transformar em bem cultural, isto só ocorre através da ação humana. Quando um indivíduo ou coletividade, dotados de poder para tal, firmam a atribuição (existência) de valores e significados objetivando a preservação daquilo que será considerado patrimônio cultural.

Desta forma, entende-se ser primordial que a iniciativa para a preservação dos bens culturais emane da comunidade. Para tanto é fundamental que a sociedade “se aproprie”, ou seja, tenha o “sentimento de pertencimento” em relação aos bens que deseja preservar. Cabe ressaltar a importância das ações de educação patrimonial que entre outros objetivos, busca uma reaproximação dos bens culturais e ambientais com a sua comunidade.

Visando oficializar a preservação da nossa identidade cultural através do patrimônio material, podemos contar órgãos competentes como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) e com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) os quais têm o poder de classificar e tomba os bens patrimoniais de interesse estadual e nacional. Segundo o IPHAN os bens são tombados em conformidade com quatro livros tomo. São eles:

- arqueológico, paisagístico e etnográfico;
- histórico;
- belas artes; e
- das artes aplicadas.

O IPHAN caracteriza ainda, os bens materiais, como **bens imóveis**, que consistem em “núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais”.

Os **bens móveis**, segundo o instituto, se constituem em “coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”. (IPHAN)

Além do IPHAN, o Estado Brasileiro define o patrimônio cultural, se compromete em proteger, divulgar e disponibilizar acesso aos bens culturais através dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 (CF-88)

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De forma mais pontual, segundo Chagas (2002) museus, arquivos e bibliotecas, tem a função social de preservar os documentos considerados patrimônio cultural, em conformidade com o IPHAN e com a Constituição Federal de 1988. Cada instituição possui as suas especificidades técnicas, mas todas com o objetivo em comum de prover acesso aos documentos.

Pelo senso comum sou levado a compreender que as três instituições têm existência espacial concreta, mas têm também existência social; ou seja, elas não existem ao natural, e sim em sociedade, como um fenômeno sociocultural. Elas apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais são reunidos e preservados. A preservação, como foi visto, não dispensa o uso social. Em outros termos: museus, arquivos e bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas. Nos três casos temos a identificação de um lugar (espacial e social), a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico. (Chagas, 2002, p.21)

Reiterando a proposta desse trabalho Chagas (2002), retoma a questão da preservação dos documentos, no entanto faz a seguinte reflexão sobre a finalidade das unidades de informação que devem realizar a preservação e a difusão (comunicação) da existência desses bens.

A preservação do suporte é contingente em relação à preservação da informação. O que fazer com o objeto preservado? A preservação por si só não lhe confere o caráter de documento. É necessário que ao lado da preservação, como já foi insinuado, se instaure o processo de comunicação. É pela comunicação que a condição de documento emerge. A comunicação é que torna possível a emergência do novo. Em outros termos: o processo de comunicação é base necessária para a produção de conhecimento original a partir do bem cultural preservado. De outro ângulo: o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação. (Chagas, 2002, 25)

Inferese então que existe uma relação de interdependência entre preservação e difusão, pois, entendemos que os bens culturais devem ser preservados, para que, a partir da sua difusão, cumpram a sua função social

enquanto registros culturais que, identificam, informam e transformam a sociedade atual.

Segundo Fugueras (2001 apud NOGUEIRA, 2012, p. 21) a difusão não se resume apenas no acesso e consulta aos bens patrimoniais “mas também na passagem de determinados valores aos cidadãos: valor de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento.”

Ao explanar sobre a importância dos arquivos como patrimônio o autor diz que os mesmos “*son memoria*” e “*son identidad*” pois, garantem a promoção e a “recuperação” da memória coletiva. No entanto, o autor assume que não é exclusividade dos arquivos, mas que bibliotecas e museus, que chama de “*instituciones memorizadoras*” (Petrucci apud Fugueras, 1999), são imprescindíveis para o exercício de reflexão histórica.

Nessa linha, o autor explica que a pesquisa histórica é um elemento básico para que as pessoas possam conhecer as suas origens, assim como, as origens da sociedade em que vivem, por isso se relaciona de forma quase inseparável com os conceitos de memória e identidade Fugueras (2001, p. 16).

A autora Lourdes Boix Llonch (2001) considera o dinamismo da sociedade atual como fator para a preservação e difusão do patrimônio

Todo cambia tan rápidamente que se pierde perspectiva, y con ella, profundidad. Aquello que en otro tiempo constituía un proceso lento que duraba una generación o dos, ahora puede pasar en unos pocos años. (LLONCH, 2001, p. 108)

Salientamos assim, a importância das instituições conservadoras do patrimônio, pois estas permitem o acesso às informações sobre a sociedade do passado através da conservação dos documentos e da difusão dos acervos.

1.2 Fotografia: documento e patrimônio

Após a discussão a respeito do Patrimônio Cultural, dos bens culturais e do papel fundamental exercido pela difusão, partimos para uma reflexão sobre as fotografias enquanto documentos/bens patrimoniais.

Evocamos novamente as palavras de Bellotto (2006) que conceitua documento enquanto qualquer artefato que seja produzido a fim de registrar e

expressar a atividade humana. Na mesma linha, citamos as palavras de Kossoy (2001) a respeito de fotografia

A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos.[...] O produto final, a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia. (KOSSOY, 2001, p.37)

A partir dessas considerações sobre a constituição e o significado de fotografia, reiteramos o disposto anteriormente acerca de patrimônio cultural e bens culturais. As fotografias são produtos de ação humana, que objetivam registrar imagens do mundo real. Através destas, é possível estudar, constatar e perceber a evolução da cultura e da sociedade. Por isso, sem dúvida se enquadram na perspectiva de bens culturais.

Revelam os registros fotográficos, cenas do cotidiano que outros tipos de documentos históricos, principalmente os escritos, têm menor facilidade de expressar, pois a imagem traz em si e em todo seu significado um contato direto, visual e quase que instantâneo com a realidade retratada, assim representando, em síntese, um fragmento da memória. (ANJOS, 2012, p.97)

Além das informações transmitidas pelas imagens, ou conforme Kossoy (2001) “fragmento selecionado do real”, as fotografias enquanto artefatos fornecem outras informações. O autor diz que a partir do artefato podem ser inferidas informações sobre “um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético, etc.)”(p.39) através da identificação dos materiais e tecnologias utilizados.

A fotografia é uma expressão plástica (forma de expressão visual) indivisivelmente incorporada ao seu suporte e resultante de procedimentos tecnológicos que a materializaram. Uma fotografia original é, assim, um *objeto-imagem*: um *artefato* no qual se pode detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido. Um original fotográfico é uma fonte primária. (KOSSOY, 2001, p.40)

A partir disso, Kossoy apresenta a importância do “objeto-imagem”, a fotografia original, que considera como um objeto museológico. Conforme ao que apresentamos anteriormente, a musealização (ou tombamento) de um artefato ou conjunto documental, busca a garantia de sua preservação para que continue

executando uma função social. O autor considera também a importância das reproduções

O objeto-imagem de primeira geração – o original – é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a história da técnica fotográfica, além de seu valor histórico intrínseco, enquanto o de segunda geração – a reprodução sob os mais diferentes meios – é, em função da multiplicação do conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação de informação histórico-cultural. Daí a importância da organização da informação de arquivos sistematizados de imagens: iconotecas destinadas a preservar e difundir a memória histórica. É em função dessa multiplicação da informação que a fotografia alcança sua função social maior. (KOSSOY, 2001, p.42)

Alinhados as reflexões que temos proposto Sánchez Vigil e Zaldua (2011), expõem sobre a importância da preservação das coleções fotográficas como fontes para a pesquisa histórica e propõem que as instituições melhorem os serviços relacionados ao acesso a estes acervos.

Las colecciones particulares fotográficas son imprescindibles para el estudio de la historia en general, y en particular para el análisis de los temas representados, así como para la historia de la fotografía. La abundancia de colecciones en centros públicos y privados justifica la necesidad de la creación de un centro público encargado de inventariar, controlar y difundir dicho patrimonio, sin perjuicio para las instituciones propietarias del mismo. El prestigio de las instituciones depende en ocasiones de su patrimonio y del tratamiento del mismo, en especial de la facilidad de acceso al investigador y de la difusión de los contenidos. (p. 11)

Segundo Blaya Perez (2004, p. 165) acervos fotográficos podem ser encontrados em diversas instituições encarregadas de “produzir, adquirir, avaliar, classificar, descrever, conservar e difundir os documentos fotográficos.” Através de uma análise dessas instituições o autor apresenta as particularidades no que tange ao tratamento e acesso aos acervos fotográficos em arquivos, bibliotecas, museus e fototecas.

Em arquivos, Blaya Perez (2004, p.188) diz que estes preservam “os fundos fotográficos como um conjunto de documentos reunidos ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas”, estão mais direcionados para os usuários internos, o que possibilita uma maior durabilidade do acervo devido a menor incidência de manuseios. Segundo o mesmo, as bibliotecas possuem além de seus acervos fotográficos, acervo com obras de referência e um grande fluxo de usuários, o que contribui com a difusão. O autor ressalta também uma das vantagens dos museus: a realização de exposições e a possibilidade da utilização de variadas peças do acervo em conformidade com o tema.

Apesar de apresentarem características específicas, as unidades de informação tem o dever de disponibilizar e difundir seus acervos como fontes de informação, o que corrobora com a temática dessa pesquisa voltada para a difusão em unidades de informação a partir da constatação das fotografias enquanto patrimônio documental a ser preservado e difundido.

1.3 As diversas faces da Difusão do Patrimônio Cultural

Apresentamos uma reflexão sobre a difusão do Patrimônio Cultural. Para tanto, partiremos de um entendimento genérico acerca de difusão até suas particularidades seu tipos e formas, a fim de aprofundar seu entendimento .

Para tanto, buscamos o significado dos termos “divulgação” e “propagação” para os quais encontramos: “ato ou processo de tornar algo público, ou seu efeito; difusão” e “multiplicar(-se) por meio da reprodução [...] tornar(-se) muito conhecido; difundir (-se)” . (HOUAISS e VILLAR, 2008, p. 259 e 609)

Segundo Bellotto (2006) além da aquisição e preservação dos acervos as instituições devem realizar a difusão dos mesmos e de seus serviços

[...] além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora seja secundária, é a que melhor pode desenhar seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (Bellotto, 2006, p.227)

Por se tratar de um termo com muitos sinônimos e de definição abrangente, constata-se que a difusão e os termos relacionados são muito genéricos. Sendo assim, partimos para a investigação de referências ao termo nos léxicos e na bibliografia da área.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004) não contempla o termo “difusão” sendo a expressão mais próxima encontrada “disseminação da informação” cuja definição é “Fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (DBTA, 2004, p. 71).

Já, Cunha e Cavalcanti (2008) no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia apresentam conceitos genéricos¹ acerca de difusão, no entanto apresentam o seguinte conceito relacionado com a reflexão que propomos

[...] difusão do conhecimento: numa comunidade especializada de usuários, a transmissão da informação orientada para a pesquisa e desenvolvimento.
 [...] difusão eletrônica de documentos: serviço de comutação bibliográfica eletrônica. (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 125)

Marta Nogueira (2012) apresenta uma análise acerca dos significados que podem ser atribuídos e sobre a terminologia da “difusão” em Portugal e em diversos países, abordando questões relativas à abrangência e a pouca especificidade do termo e a utilização no campo dos arquivos e diz que geralmente a difusão se resume a ações ou processos relacionados à divulgação, disseminação, e promoção dos acervos documentais.

Alguns dos significados genéricos [...] são utilizados no âmbito dos Arquivos: a difusão enquanto “divulgação” dos acervos documentais “através de um ou mais canais de comunicação, de modo a atingir grande número de receptores”. [...] Esta abrangência dos significados pode ser verificada no conceito de difusão no âmbito da terminologia arquivística portuguesa: “função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do acervo documental” (IPQ, NP 4041:2005, p.14). Se os significados genéricos de difusão definem que “difundir” é “divulgar e disseminar”, no âmbito dos Arquivos, “difundir” é “promover”. A promoção engloba, no entanto, as (sic) acções de divulgar e disseminar. (p. 18-19)

Portella (2012) simplifica o conceito de difusão caracterizando-o como “o ato de comunicar a sociedade os acervos, instigando-a a pesquisa”. Para Nogueira (2012)

O enquadramento teórico atribuído à difusão tem, pois, por princípio previsível de que apenas é possível “difundir” o que pode ser comunicado. E efectivamente apenas pode ser difundido o que cumpre as especificações de comunicabilidade. No entanto, a difusão não se deveria esgotar neste

¹ Entre os conceitos que consideramos genéricos, estão os seguintes que entendemos não apresentarem relação direta com a proposta desse trabalho: “**d.de áudio digital** *digital áudio broadcasting* tecnologia que possibilita aparelhos em veículos ou equipamentos portáteis recebam som de alta qualidade com uma antena comum. **d. direta por satélite** *direct broadcast satellite TV, direct broadcasting* transmissão direta do satélite para antenas residenciais. [...] **d. de inovação** *diffusion of innovation* expansão da tecnologia recente e inovativa dentro de uma indústria ou país, com reflexos sociais e econômicos. [...] **d. tecnológica** *technological diffusion* processo de propagação de inovações tecnológicas entre usuários potenciais (adoção de novos produtos, processos e técnicas). (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, P.125)

“primeiro patamar”, que corresponde a um conjunto de possibilidades num primeiro nível. Este enquadramento limita as possibilidades da *difusão* na medida em que regula à partida o campo da (sic) acção da *difusão* ao da *comunicação*. Enquadra a difusão num conjunto de funções onde predomina o acesso, o conhecimento e a utilização do acervo na perspectiva da consulta. (p. 26-27)

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia apresenta diversas expressões relacionadas ao termo comunicação, dentre essas, destacamos os termos

Comunicação de massa *mass communication media, mass media* divulgação pública e simultânea da informação dirigida a um grande número de pessoas, utilizando-se de uma fonte organizada e meios técnicos adequados; comunicação coletiva, meio de comunicação de massa. [...] **c. documentaria** *communication* atendimento a um pedido de informação mediante a transmissão não somente da informação, mas também dos documentos que lhe servem de suporte. [...] **c. eletrônica** *e-communication, eletronic communication* difusão de informações e recursos informacionais por meio de redes de computadores, especialmente por rede local, interna ou internet. (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p.98)

A partir disso, buscamos de forma complementar o aporte teórico da Museologia onde a palavra “comunicação” é bastante utilizada

No contexto dos museus, a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). Esta perspectiva vê a exposição não apenas como parte integrante do processo de pesquisa, mas, também, como elemento de um sistema de comunicação mais geral, compreendendo, por exemplo, as publicações científicas. Esta é a lógica que prevaleceu no sistema PPC (Preservação – Pesquisa – Comunicação) proposto pela *Reinwardt Academie* de Amsterdam, que inclui no processo de comunicação das funções de exposição, de publicação e de educação exercidas pelo museu. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013)

No entanto, através da própria legislação de museus no Brasil, é possível constatar que não existe uma padronização. A Lei 11.904 de 2011, que institui o estatuto de museus, apresenta os seguintes postulados no que tange a difusão e comunicação

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

[...]

Art. 32. Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

[...]

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 36. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 46. O plano museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

[...]

IV – detalhamento dos programas:

[...] d) de exposições; e) educativo e cultural; [...] **j) de comunicação.**
(BRASIL. Lei nº 11.904/09, grifo nosso)

Além da Lei 11.904/2011², o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em sua Portaria Normativa nº 1, de 5 de Julho de 2006, dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico para os museus do IPHAN (de forma análoga a lei 11.904/09) define em seu Art. 5º que o Plano Museológico é composto por duas partes: I) identificação da instituição e II) programas. Conforme apresentados na portaria do IPHAN, discriminamos a seguir aqueles que entendemos estarem relacionados à difusão.

Art. 5º [...]

II) Programas [...]

d) Programa de exposições, aquele que trata de todos os espaços e processos de exposição do museu, sejam eles intra ou extramuros, de longa, média ou curta duração.

e) Programa educativo e cultural, aquele que compreende os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições.

f) Programa de pesquisa, aquele que contempla o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucional e de projetos voltados para estudos de público, de patrimônio cultural, de museologia, de história institucional e de outros estudos.

[...]

j) Programa de difusão e divulgação, aquele que trata da divulgação e popularização dos projetos e atividades da instituição, além da disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: editorial, de intercâmbio institucional, de comunicação social, de comunicação visual e outros. (IPHAN. PN nº1 de 05/06/06).

É notória a similaridade dos programas apresentados na Lei nº 11.409/11 e na Portaria Normativa do IPHAN, apesar de exigirem “Programa de Comunicação” e

² Salienta-se que a Lei 11.904/2011, apresenta as seguintes expressões relacionando-as à difusão e comunicação: ‘se fazer conhecer’, ‘exposições’, ‘promover acesso’, ‘publicações’, ‘acessibilidade universal’, ‘estatísticas de visitantes’ e “programas: de exposições; educativo e cultural; e de comunicação’. Como será apresentado a seguir, cada um desses termos está relacionado a um tipo ou forma de difusão.

a outra “Programa de Difusão e divulgação” (novamente a inconsistência no vocabulário) observamos se tratar de programas semelhantes. Os programas “de exposições”, “educativo e cultural” em ambas, são compreendidos de forma distinta daqueles que envolvem a difusão, no entanto, estes programas devem estar diretamente relacionados.

Apesar da falta de padrões no que tange a terminologia, podemos dizer entendemos que a difusão aplicada às unidades de informação consiste em utilizar estratégias e técnicas para levar ao máximo de pessoas o conhecimento sobre a existência das instituições, assim como, as informações existentes nos acervos

1.3.1 Tipos e formas de difusão

Após verificarmos a amplitude a que o termo difusão pode ser aplicado e de um maior entendimento acerca da difusão (e termos correlatos) voltados para as unidades de informação, partiremos para a sua especificação visando estudar a sua aplicabilidade nas mesmas.

A seguir apresentamos as particularidades de cada tipo de difusão iniciando por aquelas definidas pelas necessidades de informação, posteriormente as que se definem pelo tipo de suporte necessário e posteriormente pela oferta cultural.

1.3.1.1 Difusão Informacional

Encontramos no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) os termos “difusão da informação e disseminação da informação” como sinônimos. Sua definição apresenta-se da seguinte forma

disseminação da informação *active dissemination, dissemination, dissemination of information, information on dissemination, information provision* difusão de informações ou documentos distribuídos a pessoas ou entidades, a partir de um ponto central de armazenamento (CUNHA E CAVALCANTI, 2008, p.130)

Este pode ser complementado por Marta Nogueira (2012) que explica

A difusão informacional prevê a difusão dos arquivos no âmbito das possibilidades de um maior conhecimento sobre os mesmos e um aumento da sua consulta. Encontra-se no âmbito da descrição e da comunicação.

Inclui serviços no âmbito do Serviço de referência e pode incluir serviços como o Serviço de difusão selectiva da informação. (p.36)

Esse tipo de difusão está relacionado diretamente às informações existentes nos acervos. No caso, a autora escreve estritamente sobre os arquivos, no entanto, observa-se que independente do gênero ou suporte de documento (documento textual, fotográfico, artefatos museológicos, etc.) os acervos das demais unidades de informação contém diversas informações relevantes em várias áreas do conhecimento. Portanto entendemos que a pesquisa a fim de se obter maior conhecimento sobre os acervos, assim como, a descrição, os inventários e catálogos são importantes formas de difusão da informação.

A fim de complementar esse conceito, seguimos com a definição dos tipos de difusão que estão diretamente relacionados a este: a difusão seletiva da informação e, posteriormente, a difusão editorial.

1.3.1.2 Difusão seletiva da informação

Novamente, no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) são apresentados os termos “difusão seletiva da informação e disseminação seletiva da informação” como sinônimos .

disseminação seletiva da informação *selective dissemination of information* difusão automática, selecionada, permanente e personalizada de informações correntes, relativas a assuntos específicos. A divulgação pode ser por meio de índices, resumos, boletins cópias de sumários e outros documentos semelhantes; divulgação seletiva da informação; notificação seletiva. (CUNHA e CAVALCANTE, 2008, p. 130)

Igualmente podemos complementar essa informação com as palavras de Nogueira (2012) que diz

Este serviço consiste em selecionar e transmitir informação, de acordo com necessidades e/ou interesses específicos do utilizador. Na respectiva designação, a abrangência da palavra difusão é determinada à distribuição de um conjunto de informação, selecionada em função das necessidades especificadas de um utilizador ou um conjunto de utilizadores. Trata-se de uma difusão que se tipifica pela especificidade daquilo que se transmite, em função de uma realidade específica, que é o perfil de um utilizador.(NOGUEIRA, 2012, p.31)

Neste sentido, entendemos que existem duas formas de atender a essas demandas. A primeira que podemos indagar está relacionada aos indicadores

de solicitações de pesquisas, quando estes apresentam as maiores demandas (ou preferências dos pesquisadores) por determinados itens do acervo os quais são solicitados com maior frequência. Relativo a isso, podemos propor a elaboração de catálogos seletivos do acervo. Ou seja, selecionar aqueles documentos que possuem uma maior frequência nas solicitações de pesquisa e disponibilizar para o público interessado, através de livros ou catálogos que contenham estas informações e outras de forma complementar.

Outra forma de atender a essa demanda, seria a localização dos itens do acervo relativos ao assunto ou tema solicitado pelo pesquisador e a apresentação dos mesmos ao pesquisador. Essa última vai de encontro as normas de preservação e conservação dos documentos, principalmente no que diz respeito a fotografias. Comumente, os acervos de fotografias são disponibilizados em bancos de dados digitais ou através de reproduções em alta definição, geralmente utilizadas em exposições.

A difusão seletiva da informação baseia-se na solicitação de informações a partir dos usuários.

Podemos classificar os usuários internos e externos. Usuários internos são aqueles que produzem a informação. Por exemplo, em empresas ou instituições governamentais que remetem os documentos aos seus arquivos intermediários e eventualmente solicitam acesso às informações. Já os usuários externos são aqueles que solicitam informações existentes no acervo, mas que não são obrigatoriamente produtores dos documentos.

Nesse sentido, destacamos alguns tipos de usuários segundo BESUNCE apud PEREZ (2004)

- **Usuário prático:** busca uma informação que sirva, de imediato, para fazer algo ou tomar decisões.
- **Usuário acadêmico** (pesquisador): busca e seleção de dados para a elaboração intelectual que vale por si mesma, além do produto que eventualmente venha a gerar.
- **Usuário popular:** o homem comum, pessoas da comunidade. Oferecem a gama mais ampla, indiscriminada e menos específica de necessidades.
- **Usuário artístico:** aquele que busca informações e inspiração sobre o seu tema de criação.

- **Usuário editorial:** a criação de um produto – documento secundário.

É importante que se tenha conhecimento dos tipos de usuários, ou seja, dos públicos a que as unidades de informação costumam atender. Dessa forma torna-se mais fácil elaborar instrumentos para facilitar a difusão e acesso às informações do acervo, voltados diretamente para o interesse dos usuários, no caso o público.

1.3.1.3 Difusão editorial

A difusão editorial pode ser definida tanto no que concerne as necessidades de informação como quanto ao suporte. Bellotto (2006) indica que as publicações, ou conforme chama, “serviço editorial” levam ao público e usuários informações acerca do conteúdo do acervo, assim como, das atividades institucionais, atraindo o interesse das pessoas.

Conforme elucidamos anteriormente a elaboração e publicação de catálogos seletivos, catálogos de exposições e livros técnicos, consistem em exemplos de difusão editorial. No entanto, outros materiais podem ser elaborados e publicados. Os relatórios de atividades institucionais são ótimos meios de coletar informações e publicar artigos sobre as atividades desempenhadas nas unidades de informação. Podem ser publicados textos sobre itens do acervo, sobre a conservação, sobre as políticas de acesso, sobre a sua gestão, até mesmo indicadores de acesso, públicos e solicitações de pesquisas podem servir como temáticas para a elaboração de material editorial.

As fundamentais pesquisas realizadas pelas próprias unidades de informação sobre os itens de seus acervos também devem ser publicadas em nome da instituição. Estas além de aprofundar o conhecimento da equipe sobre o acervo ao serem publicadas para o público mostram a seriedade e o comprometimento da instituição com o acervo e com a sociedade à qual serve.

O material didático utilizado nas ações educativas, também pode ser compilado e publicado possibilitando que as informações acerca do acervo, do patrimônio cultural e das atividades institucionais sejam acessíveis e disseminadas através do público escolar ou técnicos.

Salientamos que atualmente a internet é uma poderosa ferramenta de comunicação global, nesse sentido, os produtos relacionados à difusão editorial podem ser selecionados e adaptados para serem disponibilizados em versão digital e on-line. Sendo assim, passamos a aprofundar sobre a utilização dos meios e ferramentas que podem ser utilizadas na difusão digital.

1.3.1.4 Difusão digital

Conforme Marta Nogueira (2012) este tipo de difusão se caracteriza em função do suporte

Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) surgiram duas expressões: a difusão electrónica e a difusão digital. Ambas correspondem a um tipo de difusão que se tipifica a partir da natureza do suporte (o electrónico e o digital) e que se encontram relacionados com a disseminação das TIC's nos Arquivos (internet, arquivos digitais, produtos multimédia, publicações electrónicas e a digitalização de documentos). (NOGUEIRA, 2012, p. 31)

Entretanto, entendemos que a difusão digital não se resume apenas aos exemplos citados pela autora, seja no âmbito dos arquivos ou das demais unidades de informação. Atualmente a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, como a internet e as redes sociais é fundamental para qualquer pessoa ou instituição que deseja se comunicar.

A internet é de fato uma ferramenta poderosa para a disseminação de informações. Muitas instituições que desejam implantar programas de difusão pensam que a criação de um site na web basta. No entanto, somente a criação de um sítio na *web* não consiste em difusão cultural, existem outros meios que, associados a correta utilização da tecnologia digital, contribuem para a solidificação de uma imagem institucional.

Segundo Desvallées e Mairesse (2013) diversos museus estão modificando seus organogramas e criando setores específicos para a implementação de atividades inovadoras para atingir públicos diversificados. Segundo os autores, o desenvolvimento de sites na internet “constituem uma parte significativa da lógica comunicacional destas instituições” (p. 37)

Iniciamos discutindo aspectos da digitalização dos acervos, pois essa é fundamental para fins de acesso e registro, pois evita o manuseio dos originais contribuindo com a sua preservação.

Para tanto, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ recomenda que para realizar a digitalização de acervos os profissionais devem considerar diversos aspectos.

A adoção de um processo de digitalização implica no conhecimento não só dos princípios da arquivologia, mas também no cumprimento das atividades inerentes ao processo, quais sejam a captura digital, o armazenamento e a disseminação dos representantes digitais. Isto quer dizer que os gestores das instituições arquivísticas e os demais profissionais envolvidos deverão levar em consideração os custos de implantação do projeto de digitalização, compreendendo que um processo como este exige necessariamente um planejamento com previsão orçamentária e financeira capazes de garantir a aquisição, atualização e manutenção de versões de software e hardware, a adoção de formatos de arquivo digitais e de requisitos técnicos mínimos que garantam a preservação e a acessibilidade a curto, médio e longo prazos dos representantes digitais gerados. (CONARQ, 2010, p. 04)

Importante salientar que a digitalização é uma ótima estratégia para a preservação dos originais desde que a instituição esteja atenta para a preservação dos representantes digitais. Caso não o faça, está sujeita a perder as matrizes digitais³. Segundo Miguel Ferreira (2006)

o material digital carrega consigo um problema estrutural que coloca em risco a sua longevidade. Embora um documento digital possa ser copiado infinitas vezes sem qualquer perda de qualidade, este exige a presença de um contexto tecnológico para que possa ser consumido de forma inteligível por um ser humano. Esta dependência tecnológica torna-o vulnerável à rápida obsolescência a que geralmente a tecnologia está sujeita. (FERREIRA, 2006, p.17-18)

Outra estratégia que está sendo muito discutida na atualidade que são os repositórios digitais. Como por exemplo, o *software Archivematica*, distribuído na política de software livre, sua finalidade é armazenar documentos em formato digital conforme os padrões exigidos torna-los acessíveis a longo prazo. Para isso o programa agrega diversas estratégias de preservação digital, como a conversão de formatos fechados para formatos abertos e o armazenamento “na nuvem”, auxiliando com aspectos como obsolescência de hardware e deterioração das mídias.

³ **Matriz digital:** Os representantes digitais denominados como tal deverão ter alta qualidade de captura (resolução óptica em dpi e profundidade de bit) e ser armazenados e gerenciados por profissionais altamente qualificados em Tecnologia da Informação; o acesso deverá ser restrito e sob nenhuma hipótese autorizado a usuários não credenciados. O armazenamento desta matriz deverá ser feito em ambiente altamente protegido e fora dos sistemas e redes de dados para acesso remoto.(CONARQ, 2010, p.14)

Visando facilitar o acesso aos acervos digitalizados sugere-se a descrição dos mesmos utilizando o software Ica-AtoM (*International Council of Archives – Access to Memory*) que consiste em “um software fundamentado em ambiente web, onde sua interação com o sistema é realizada no navegador de internet do usuário” (SANTOS, 2012, p.44). Após o processo de descrição das imagens, torna-se possível disponibilizar o acervo aos pesquisadores no site da instituição. Evitando, dessa forma, o manuseio dos originais e facilitando o acesso, tanto para a equipe das instituições, quanto para o público.

A utilização dessas ferramentas na internet requer cautela. Muitas instituições sentem a necessidade de conhecer e controlar a utilização das informações de seu acervo. Nesse sentido, é recomendável que os sites solicitem um cadastro dos visitantes. Entendemos que isso não é garantia de segurança, no entanto, auxilia a controlar os acessos e a estabelecer contato com o público. Conforme Desvallées e Mairesse (2013) como resultado dessa integração dos museus (e outras unidades de informação) ao mundo virtual

têm-se as várias exposições virtuais ou cibrexposições (domínio no qual o museu pode apresentar uma *expertise* real), os catálogos digitalizados, os fóruns de discussão mais ou menos sofisticados, e as diversas incursões dessas instituições nas redes sociais (YouTube, Twitter, Facebook, etc.). (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p.37)

Sendo um dos principais meios de comunicação, a internet, através de *sites*, *blogs*, redes sociais e *e-mail*, pode servir como um ótimo canal de relacionamento com o público. Após estabelecida a comunicação com o público, é possível realizar pesquisas de satisfação, conhecer as necessidades do público, criar debates sobre temas pertinentes, salientar particularidades do acervo, etc.

As redes sociais se destacam no que diz respeito à relacionamento com o público. Todavia, qualquer instituição que deseje utilizar essa ferramenta deve cuidar para não perder a credibilidade ou manchar a sua imagem, mas que sirva para que a instituição seja lembrada e reconhecida pela sociedade como referência.

Para isso é importante considerar alguns fatores importantes (INGAGE Digital Branding, 2014):

Planejar as publicações: é importante publicar artigos originais relacionados ao trabalho desenvolvido pela instituição e sincronizar as publicações das redes sociais, com aquelas do blog, site ou até outras mídias (TV, Jornais, etc.)

- Periodicidade regular: além das publicações que devem ocorrer com uma frequência regular (mas não tão frequentes a ponto de ser considerado spam).
- Socializar: é importante também estimular a participação das pessoas. Afinal esse é o objetivo da rede **social**. Pedir a opinião do público, fazer perguntas, responder aos comentários e solicitar compartilhamento são formas de se aproximar do público e interagir.
- Ouvir o público: é importante estar sempre atualizado quanto aos “likes”, compartilhamentos de conteúdo. Isso pode servir como um indicador para saber o grau de satisfação do público.

Para a publicação de conteúdos em *sites* ou redes sociais, é importante que sejam definidos responsáveis para a elaboração e aprovação de conteúdo. Essa equipe deve trabalhar em conjunto e definir a periodicidade das publicações. Podem ser publicadas as realizações das mais diversas atividades e eventos institucionais. Por exemplo, as atividades programadas especialmente para o público: exposições, cursos, seminários, etc. Estas devem ser amplamente divulgadas antes de ocorrerem, e, posteriormente devem ser divulgados os seus resultados.

Além disso, também servem como sugestões de conteúdos para publicação na redes sociais: a divulgação de ações desenvolvidas para melhorar os serviços, para preservar o acervo, restaurações, digitalização, etc; o lançamento de publicações técnicas, assim como, detalhes e particularidades sobre o acervo.

No entanto, é importante salientar que qualquer gafe pode afetar os esforços realizados para a consolidação de uma imagem factível da instituição, podendo desencadear diversas impressões negativas sobre a mesma.

1.3.1.5 Difusão educativa

Com relação às ações educativas Bellotto (2006) apresenta diversas sugestões que vão além da visita guiada, como a firmação de parceria entre as unidades de informação e escolas. É essencial conquistar, preparar e municiar os professores do ensino fundamental e médio.

A aproximação estudante-documento pode ser abordada por dois ângulos: o contato direto do aluno com as fontes primárias e a possibilidade de

selecionar documentos para o ensino da história dentro dos conteúdos programáticos escolares. (Bellotto, 2006 p. 234)

Bellotto (2006) cita ainda o caso dos serviços educativos na França, onde, desde a década de 1950, uma renovação pedagógica aumentou de forma substancial o número de usuários nos arquivos, e explica que

O. Ermisse, organizador e grande entusiasta dos serviços educativos, explica esse crescimento ligando-o às próprias diretrizes do Ministério da Educação com relação aos programas escolares, que valorizam a história local: “Graças à história local, o aluno se apodera das referências culturais que lhe permitem conhecer melhor e amar sua cidade e sua região e, talvez, interessar-se mais por essa história geral que lhe parece, muitas vezes, demasiado austera e afastada do seu meio.” (Bellotto, 2006, p.235)

Novamente, podemos observar a elucidação de uma ação que envolve a valorização da cultura local, o que vem ao encontro da proposta desse trabalho considerando o nosso objeto de pesquisa.

Além do público escolar, podem ser propostas ações educativas para outros tipos de públicos. Nesse sentido, podem ser programadas atividades que envolvam a transmissão de informações técnicas acerca do tratamento de acervos, para um público que deseje aprofundar seus conhecimentos na área de gestão ou preservação de acervos e do patrimônio cultural.

Conforme mencionado anteriormente, as ações de difusão educativa também podem estar ligadas a produtos de difusão editorial. Um programa de difusão educativa deve prever a elaboração e distribuição de materiais didáticos a serem utilizados nos projetos, sejam estes em escolas, cursos ou oficinas.

1.3.1.6 Difusão cultural

A difusão cultural é a forma mais abrangente e genérica para propor ações de difusão aplicadas às unidade de informação e ao patrimônio cultural. Conforme Nogueira (2012) as mais variadas atividades e produtos podem ser criadas a fim de ampliar e desenvolver o relacionamento com o público.

A difusão cultural prevê a produção de actividades e produtos culturais numa perspectiva de utilização e usufruição, enquanto recurso para o desenvolvimento pessoal e social e envolvimento do público em geral com o património.(p. 36)

Verifica-se que a expressão “difusão cultural” também é empregada pela antropologia, para remeter a teorias relacionadas à transmissão de práticas culturais

de uma sociedade a outra, esta teoria também conhecida como “difusionismo” originou-se no século XIX, é contemporânea a teoria do evolucionismo e foi uma resposta alternativa à essa última. No caso, os estudos referem-se a grupos sociais que transmitem seus costumes a outros grupos.

Ao contrario do evolucionismo, do qual também eram críticos, os autores difusionistas colocavam todo o peso explicativo da questão da diversidade cultural humana na ideia de difusão. Ou seja, ao invés de supor, como os evolucionistas, que a ocorrência de elementos culturais semelhantes em duas regiões geograficamente afastadas seria prova da existência de um único e mesmo caminho evolutivo, os difusionistas pressupunham que deveria ter ocorrido a difusão de elementos culturais entre esses mesmos lugares (por comércio, guerra, viagens ou quaisquer outros meios). (BOAS, 2005, p.17)

No entanto, a expressão vem sendo bastante utilizada nos estudos e práticas das instituições responsáveis pela preservação e difusão do Patrimônio Cultural. Conforme o que foi discutido anteriormente, podemos ventilar que em certo ponto, estes conceitos se encontram. A preservação do Patrimônio Cultural tem a sua finalidade na perpetuação e transmissão das práticas culturais vividas pela sociedade visando informar e transformar a sociedade atual por meio do conhecimento do seu passado. Em outros termos, podemos dizer que através do Patrimônio Cultural a sociedade do passado transmite suas práticas culturais à sociedade dos dias atuais a fim de construir a sua identidade, sua memória e sua história.

Lourdes Boix Llonch (2001) diz que uma das formas de difusão cultural que mais tem se desenvolvido é a que trata de documentos da história local, pois nesta os cidadãos são os protagonistas.

Una de las vertientes del archivo que ha experimentado un mayor desarrollo en sintonía con la demanda es la difusión de la historia local. Especialmente en los archivos municipales es donde se han manifestado los mejores casos de investigación del archivo en la comunidad. Hay multitud de excelentes ejemplos que van desde las publicaciones de historia local, los talleres de historia, las exposiciones de fotografías antiguas del entorno, la conmemoración de hechos históricos o efemérides de significación especial, los itinerarios y las rutas históricas. En todas partes el archivo constituye una buena plataforma de difusión y democratización de la historia de un Pueblo o ciudad contribuyendo de la manera más eficaz a la recuperación de la identidad, fomentando la conciencia cívica y la cohesión social de los ciudadanos. (p.110)

Apesar de a autora referir-se diretamente a arquivos municipais, vimos que estes são considerados instituições de memória (junto com as bibliotecas e museus). Nesse sentido, entendemos que, devido ao acervo ter sido constituído

através de doações na comunidade, o Museu da Cidade do Rio Grande, consiste em uma das principais instituições locais onde a população pode ver retratada a sua história.

Outra sugestão que pode ser usada para a elaboração de estratégias de difusão, é a utilização das efemérides como temas para a realização de atividades culturais.

Uno de los actos de difusión del archivo que más contribuyen a vincular a toda una comunidad directamente con su pasado es la conmemoración de efemérides de hechos históricos o de la vida cotidiana [...] Se trata de aprovechar hechos históricos importantes para una comunidad con el fin de rentabilizar su difusión en beneficio de la recuperación del patrimonio, tanto material como inmaterial, debido al enorme potencial de comunicación que generen las efemérides. (LLONCH, 2001. p.119)

As ações de difusão cultural também podem ser propostas para outros públicos, adultos, idosos, ou portadores de necessidades especiais.

O Museu da Cidade do Rio Grande, por exemplo, integrou atividades de ação educativa e cultural com o projeto Olhar Autista Artista.



FIGURA 01 – Logotipo do Projeto Olhar Autista Artista
FONTE: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 01 – Projeto Olhar Autista Artista - escolha do tema para produção das obras de arte
FONTE: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 02 – Projeto Olhar Autista Artista - Exposição das obras produzidas pelos alunos
FONTE: Museu da Cidade do Rio Grande

Desenvolvido durante quatro anos, foi suspenso no ano de 2014 devido às obras de modernização do museu. O projeto visa a produção e a exposição de obras de arte dos alunos, portadores de autismo, da Escola Municipal Especial Maria Lúcia Luzzardi.



IMAGEM 03 – Projeto Olhar Autista Artista - Exposição das obras produzidas pelos alunos. **FONTE:** Museu da Cidade do Rio Grande

O projeto também envolvia a participação das mães dos alunos que, devido a dedicação da maior parte do seu tempo ao cuidado dos filhos portadores de autismo, essas não possuem muitas alternativas de interação social, assim como, acesso à cultura e momentos de lazer.

Enfim, podemos observar que conforme Nogueira (2012) a difusão pode ser compreendida de acordo com: as “necessidades de informação, realidade material (tipo de suporte) e oferta cultural e educativa”. Para tanto, sistematizamos os tipos de difusão conforme pode ser observado no Quadro 01 - Sistematização dos Tipos de Difusão:

Sistematização da difusão quanto à:	Tipo de difusão
Necessidades de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão informacional • Difusão seletiva da informação • Difusão editorial
Realidade Material (tipo de suporte)	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão editorial • Difusão digital (ou eletrônica),
Oferta Cultural e Educativa	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão educativa • Difusão cultural
Quadro 01 – Sistematização dos Tipos de Difusão Fonte: Sara Orcelli dos Santos (síntese de conteúdos).	

Seja através de exposições, publicações, catálogos, consultas, sites ou ações culturais e voltadas para a educação, é imprescindível que as unidades de informação cumpram a sua função perante a sociedade: a preservação da história e da memória através da difusão do patrimônio.

CAPÍTULO 2

**PRECEDENTES INDISPENSÁVEIS À IMPLANTAÇÃO DE UM
PROGRAMA DE DIFUSÃO**

2. PRECEDENTES INDISPENSÁVEIS À IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE DIFUSÃO

A criação ou implantação de um programa de difusão exige seriedade no trabalho desempenhado junto ao acervo assim fortalecendo a imagem da instituição. Desta forma, para desenvolver um programa de difusão devemos realizar um levantamento de informações relacionadas à instituição. Primeiramente, é necessário ter bem definida a missão da instituição, pois essa constitui o perfil institucional, onde está definida a finalidade, os objetivos e o público-alvo.

É importante também que seja realizado um diagnóstico da instituição voltado para o segmento que se deseja atingir. No caso da difusão, analisar os produtos e serviços que vem sendo oferecidos pela instituição, pois refletem diretamente na sua imagem pública.

Devido ao projeto de modernização que está sendo executado com o auxílio financeiro do BNDES, o Museu da Cidade do Rio Grande está trabalhando na revisão da sua missão, assim como na melhoria dos espaços do museu, que passará a contar com novos espaços para exposições e novas instalações proporcionando maior segurança para o acervo, bem como, o conforto e segurança dos seus usuários.

A imagem de uma instituição não é composta somente pelos seus slogans e pelo valor e apreciação dos itens encontrados em seus acervos. Todo o serviço prestado pela instituição envolve dedicação e esforços para preservar e disponibilizar o acervo ao público. Ao passo que, o trabalho técnico nos acervos seria em vão se as informações existentes neles não chegassem até o público. Logo, isso está diretamente relacionado à construção de uma imagem institucional.

Rousseau e Couture (1998) sistematizaram as sete funções arquivísticas que consistem na “produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos documentos arquivísticos” (p.265). Ou seja, a difusão é a última função apresentada, pois existem etapas as quais devem ser desenvolvidas junto aos acervos até que se possa realizar a difusão. Apesar das especificidades técnicas de cada área, museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação, antes de planejarem a execução de projetos de difusão, devem realizar essas

etapas que correspondem ao tratamento técnico dos seus acervos. Considerando que o objetivo principal da difusão é levar ao grande público as informações acerca dos acervos, divulgar os serviços prestados pelas mesmas também é fundamental para construir uma imagem forte.

Uma instituição que realize ações de difusão como, por exemplo: logomarca, a criação de *site* na *web*, página em rede social, exposições, atividades culturais, seminários, oficinas, publicações as quais abrangem grande contingente de pessoas. Deve estar preparada, pois passará a receber um número maior de visitantes e usuários interessados nas informações que lá podem ser encontradas. No entanto, caso a instituição não satisfaça as necessidades de pesquisa de seus usuários por não localizar as informações, por não ter investido na preservação e conservação do acervo, por permitir práticas que venham a contribuir com a degradação ou que possam acarretar em qualquer tipo prejuízo ao acervo⁴, entre outras possibilidades. Estará fadada a fracassar enquanto busca a consolidação de sua imagem. A melhor forma de uma unidade de informação garantir a sua imagem como uma instituição séria e comprometida com o seu objetivo (preservar e difundir informações) é exatamente tendo o comprometimento em preservar seu acervo e difundir as informações de forma responsável e ética.

Portanto é fundamental que a gestão e as atividades técnicas nos acervos estejam adiantadas à difusão, por exemplo: organização, classificação, documentação, catalogação, tombamento, desdobramentos de peças, identificação, seleção, higienização, restauração, manutenção dos invólucros de proteção, descrição, etc., ou seja, o serviço técnico das unidades de informação deve preceder a realização da difusão.

O serviço, a difusão e a imagem institucional estão diretamente relacionados. Uma instituição que não executa seus serviços de forma séria, com foco nos seus objetivos (preservação do acervo e acesso público) não terá êxito ao executar ações de difusão. Assim, as ações para melhorar a sua imagem terão sido em vão e o efeito será justamente oposto ao desejado.

⁴ Salientamos que é extremamente importante evitar que sejam expostas fotografias e documentos originais, sob a pena de ocorrer qualquer sinistro inclusive a ação degradante dos fatores ambientais como temperatura, humidade relativa e iluminação que não sendo ideais causam danos aos suporte e aos materiais utilizados para fixar a imagem, inclusive o esmaecimento da imagem. Além disso, é recomendável que a publicação de todas as imagens sejam identificadas pela marca d'água da instituição.

Dessa forma, verifica-se que as atividades-fim das unidades de informação consistem em reunir e preservar o patrimônio documental a fim de possibilitar o seu acesso ao público. O que é facilitado pela difusão uma vez que o objetivo desta consiste em levar as informações existentes nos acervos ao grande público⁵.

Sendo assim, essas instituições podem ser enquadradas na teoria de sistemas. Conforme Chiavenato (1994) um sistema é

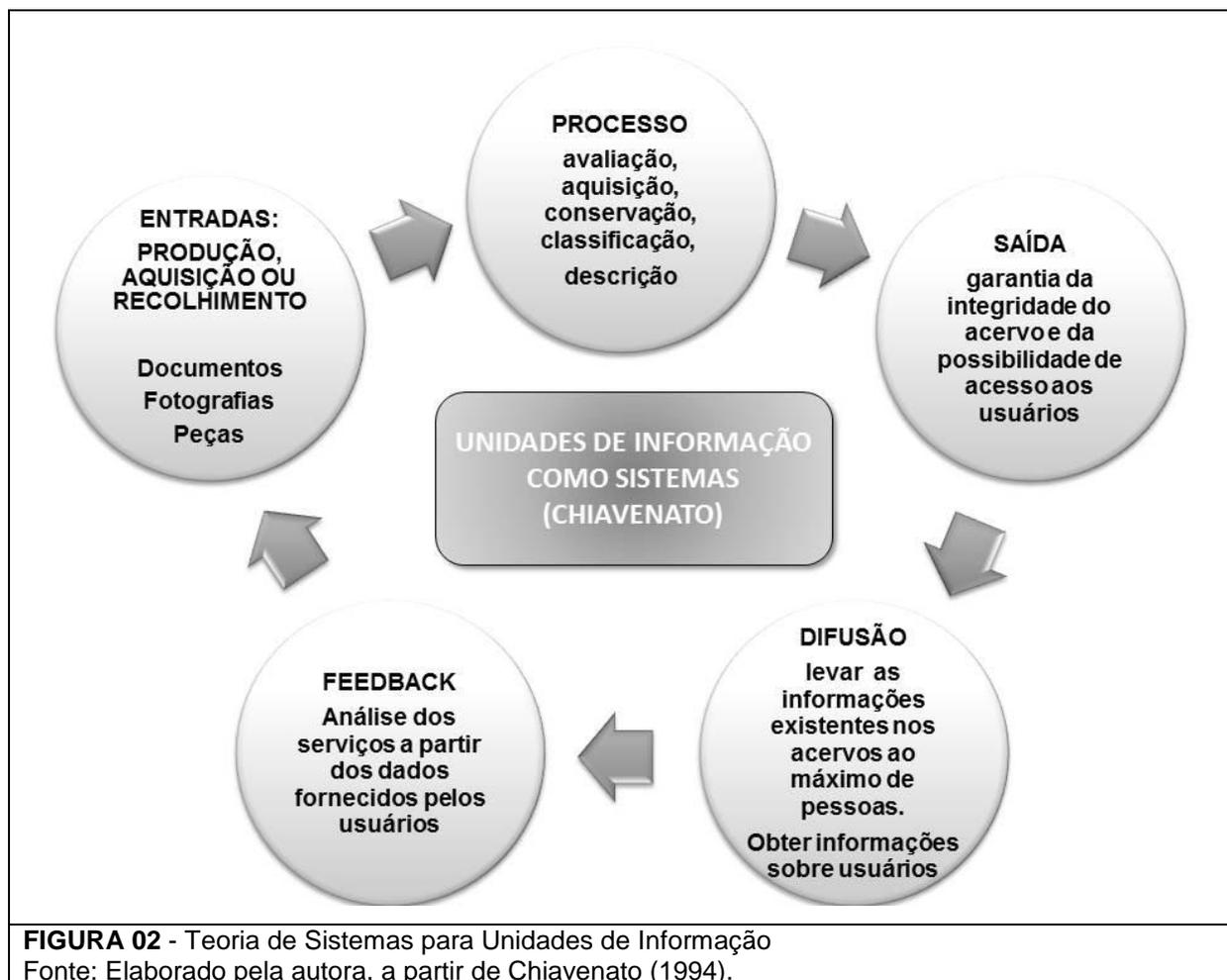
Um conjunto de elementos (que são partes ou órgãos componentes do sistema), isto é os subsistemas. Dinamicamente inter-relacionados (isto é, em interação ou interdependência), formando uma rede de comunicações e relações em função da dependência recíproca entre eles. Desenvolvendo uma atividade ou função (que é a operação, atividade ou processo do sistema). Para atingir um ou mais objetivos ou propósitos (que constituem a própria finalidade para a qual o sistema foi criado). (CHIAVENATO, 1994, p.58-59)

Aplicando esta definição às unidades de informação concluímos que estas constituem sistemas nos quais as entradas (matéria prima) são os documentos, livros, peças, objetos, artefatos, etc, que sejam considerados patrimônio cultural e histórico. O processamento dessa “matéria prima” consiste nas atividades desenvolvidas pelas instituições como a organização, elaboração de instrumentos de pesquisa, técnicas de conservação (higienização, invólucros de proteção, etc), restauração e outras medidas voltadas para a preservação dos acervos. O produto é a garantia da integridade dos acervos, com a finalidade de permitir o acesso às informações e a difusão dos mesmos, já que, para realizar ações de difusão são fundamentais as condições obtidas com o desenvolvimento do processo.

Além disso, o sistema prevê uma retroalimentação (também chamada de retroação ou *feedback*) com a qual a difusão tem potencial colaborativo.

Segundo Chiavenato (1994) *feedback* consiste no retorno ao sistema de parte de suas saídas ou resultados, que passam a influenciar o seu funcionamento. Dessa forma, é fundamental acompanhar os resultados das ações de difusão e verificar se estão sendo satisfatórios, realizando ajustes caso sejam necessários. Uma forma de coletar dados para o *feedback* é através dos usuários, visto que as ações de difusão são voltadas especificamente para o público.

⁵ Importante atentar para não confundirmos difusão, acesso e acessibilidade. O acesso consiste em proporcionar aos usuários a informação desejada, seja em consulta presencial ou a distancia. Pode ser confundido também com acessibilidade que consiste na “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, Decreto 5.296/04)



Sendo assim, torna-se a salientar a importância de conhecer a instituição bem como, o seu público-alvo, o que pode ser identificado primeiramente através da missão institucional.

Consideramos público das unidades de informação todos aqueles que de alguma forma utilizaram a instituição para acessar as informações de seus acervos e serviços que esta coloca a disposição dos seus usuários. Para tanto, buscou-se elucidar conceitos das áreas de museologia, biblioteconomia e arquivologia.

Assim, encontram-se nessa categoria não só o público visitante das exposições, mas também pesquisadores e estudiosos das coleções científicas, professores que lecionaram no Museu, estudantes que solicitaram ajuda e orientação, cientistas que contribuíram com doações e realizaram intercâmbios científicos etc. (KOPTCKE e PEREIRA, 2010).

Já o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia apresenta conceito de público também alinhado com a área da administração e ligado ao conceito de usuário.

público *cliente* ADM qualquer grupo que tenha um interesse real ou potencial ou impacto na habilidade de uma organização de alcançar seus objetivos. **p. - alvo** *target audience, target group* COMN MKT segmento da sociedade com determinadas características em comum (idade, sexo, profissão, interesses, etc.) ao qual se dirige uma mensagem ou um conjunto de mensagens. (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p.303)

usuário *borrower, cart holder, client, customer, information seeker, information user, library patron, library user, reader, stakeholder, user*

1. ^{ARQ} “pessoa que consulta os documentos de um arquivo. Erroneamente denominado leitor.” (^{ICA})

2. ^{BIB} pessoa que utiliza os serviços da biblioteca no próprio local ou por meio da retirada de documentos por empréstimos, ou pela solicitação, entre outros serviços, de buscas bibliográficas e pesquisas sobre temas especializados; parte interessada [...]. (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 361)

A difusão, assim como o marketing, deve ser vista como um processo gerencial, como uma função das unidades de informação, cujo objetivo é levar as informações existentes em seus acervos ao grande público, sendo assim, deve se apropriar dos conceitos de marketing.

Segundo Oliveira (2004) a utilização das técnicas de marketing para unidades de informação melhora a relação e o feedback com seus usuários. Quando seus princípios são adotados, objetiva-se “a melhoria nos produtos e serviços oferecidos, e, conseqüentemente, a satisfação dos clientes e a expansão no mercado”.

É interessante refletir sobre as vantagens de marketing como ferramenta gerencial para melhorar o desempenho das unidades de informação. Essa reflexão poderá contribuir no sentido que as unidades de informação cumpram satisfatoriamente o seu papel como organizações essenciais para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade. (Amaral apud Oliveira, 2004).

Segundo Kotler (2000) o foco do marketing são as necessidades dos clientes. Para as unidades de informação os clientes são considerados: o público, os usuários e pesquisadores, por isso, todas as atividades da instituição tem a finalidade de satisfazer as necessidades de informação e/ou lazer do público e usuários. Com isso, podemos considerar que quanto maior o público, maior “lucro” da instituição, pois desempenhando a sua função social. Arquivos, bibliotecas e museus, que geralmente são instituições mantidas com recursos públicos, logo, não visam o lucro em termos monetários. O “lucro” equivale ao aumento de acessos, de usuários e visitantes, assim, ampliar o número de acessos significa proporcionar a população um retorno sobre os impostos recolhidos pelo governo com a finalidade de manter

estas instituições. Justificando assim a preservação dos acervos, a existência das instituições especializadas e o cumprimento das suas devidas funções sociais.

Nesse sentido, o foco das ações de difusão deve ser os clientes, ou seja, o público, os usuários das informações. Isso quer dizer que devemos conhecer o perfil e as necessidades do nosso público. Quanto melhor se conhecer o perfil dos usuários, também melhor será o direcionamento das ações de difusão, levando a uma otimização dos recursos. Por isso, é importante que as instituições tenham cadastros sempre atualizados dos seus usuários.

Para tanto o registro do nome e o e-mail é fundamental para que a instituição estreite sua relação com os usuários. Através de mensagens eletrônicas os mesmos poderão ser informados das próximas atividades desempenhadas pela instituição. Além disso, consideramos que seja importante coletar dados como: data de nascimento, endereço, e-mail, telefone, formação acadêmica, profissão, histórico de solicitações de pesquisa, etc. Esses registros são importantes pois geram dados que podem ser utilizados para entrar em contato com os usuários caso existam outros materiais que possam estar alinhados com os seus interesses de pesquisa ou podem ser compilados e utilizados para apresentar indicadores e estatísticas de trabalho como um *feedback* dos serviços prestados pela instituição.

Estas estatísticas e indicadores de produção podem ser divulgados através de publicações contribuindo para a construção da imagem institucional. Esses dados, quando associados à pesquisa de públicos ou estudos de usuários, são fontes de informação e podem auxiliar na obtenção de respostas a questões pontuais sobre públicos e suas preferências. Além do cadastro dos usuários do acervo fotográfico, existem diversos meios para a obtenção desses dados como: entrevistas presenciais, questionários via *web*, observação direta, pesquisa através das requisições preenchidas solicitando informações, ficha de identificação dos usuários, ficha de acompanhamento das pesquisas, etc.

No caso de instituições que apresentem exposições, é importante manter sempre atualizado o livro de visitantes, em um local visível e de fácil acesso. Este possibilita um controle da quantidade de pessoas que visitaram a exposição e associado a isso se sugere que sejam solicitadas as seguintes informações: nome, data da visita, opinião sobre a exposição.

O marketing consiste em ações que levem à construção e manutenção de relacionamentos de troca com um público-alvo em relação a algum produto, serviço, ideia ou outro objeto. O objetivo é mais do que simplesmente atrair novos clientes e criar transações; é reter os clientes e expandir os negócios deles com a empresa. (KOTLER e ARMSTRONG, 2007, P.06)

Por isso, é fundamental que sejam coletados esses dados sobre o público para que seja possível entrar em contato com os usuários individualmente quando necessário. Canais de relacionamento com os clientes, são ferramentas que além de servirem como um controle para o grau de satisfação dos clientes, também auxiliam na disseminação de informações, seja através de e-mail, redes sociais, telefone ou serviços postais.

Sendo assim, reiteramos que não basta conhecer e selecionar deliberadamente uma estratégia de difusão a ser aplicada em uma unidade de informação. É fundamental que as equipes das unidades de informação tenham responsabilidade com o patrimônio e no trabalho desempenhado junto ao acervo a fim de fortalecer a imagem da instituição e, com isso, aumentar os indicadores de públicos.

CAPÍTULO 3
METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO

3. METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO

Por ser uma instituição que possui diversas peças significativas em termos históricos e culturais, o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande motivou o desenvolvimento dessa pesquisa e do produto.

Para atingir os objetivos propostos foram traçadas as seguintes etapas de trabalho, caracterizando a pesquisa com temporalidade transversal:

Primeira etapa: Levantamento bibliográfico e análise do acervo e das ações executadas ou previstas pela instituição, por meio de reuniões *in loco* com os funcionários e a diretora da instituição. A partir da análise descritiva dessas informações passa-se a segunda etapa.

Segunda etapa: Apresentação de propostas de estratégias aplicadas à difusão da instituição, atreladas aos diversos programas solicitados pela Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009 e pela Portaria Normativa do IPHAN.

Terceira etapa: Consolidação do Programa de Difusão. Nesse, estratégias de difusão serão reunidas num instrumento de orientação para a implementação de ações de difusão voltadas para o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande. Além disso, servirá como sugestão para a difusão nas demais unidades de informação (arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação).

A pesquisa, realizada para o desenvolvimento desse trabalho, pode ser caracterizada por uma abordagem qualitativa. Por isso, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas pertinentes ao trabalho: patrimônio cultural, fotografia, difusão, marketing, museologia e história da Cidade do Rio Grande.

Para se tomar conhecimento sobre a instituição, foram coletados dados através da realização de estudo bibliográfico e reuniões com a diretora do Museu.

Atualmente o museu encontra-se fechado **para visitação** devido a um projeto financiado pelo BNDES, o qual visa a sua modernização e maior captação de público com a melhoraria do espaço das exposições, ações educativas e construção de um *site*. Sua reinauguração está prevista para o ano de 2015, logo, a proposta desse trabalho vem a contribuir com o momento de transição do museu.

Visando o desenvolvimento dessa pesquisa, o acesso ao acervo fotográfico foi acordado com a direção do museu considerando que a pesquisadora, além de estar cursando o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural na UFSM, também é Servidora Pública Municipal na Cidade do Rio Grande e ocupa o cargo de Arquivista no Arquivo Histórico Municipal. Isso contribui para o desenvolvimento da pesquisa visto que os vínculos com essas instituições denotam um compromisso com a realização dessa. Sendo assim, foram realizadas reuniões com a Diretora do Museu, a Sra. Marisa Beal, a fim de conhecer a instituição e a discutir as propostas de estratégias de difusão para o acervo.

Nessas reuniões percebeu-se que justamente devido ao processo de reestruturação algumas propostas podem não ser aceitas pela instituição. Algumas estratégias, principalmente aquelas que envolvem a utilização de ferramentas digitais, não foram aceitas pela instituição, pois, já existem mecanismos definidos previamente em conformidade com a política institucional, como, por exemplo, a publicação de imagens online e a utilização de ferramentas de preservação digital (como o repositório digital *Archivematica*). Atualmente instituição trabalha com um banco de dados que está atendendo as necessidades institucionais de forma satisfatória.

Mesmo assim, contemplamos tais estratégias nesse trabalho, considerando que estas podem ser implementadas pelo Museu posteriormente. Além disso, apresentamos essas soluções para que outras unidades de informação que desejem executar. Tais instituições poderão implementar aquelas ações que vierem ao encontro de seus objetivos e política institucional. Realizando adequações e aperfeiçoamentos que forem cabíveis desde que não haja prejuízo relacionado ao método sugerido.

Considerando ainda que o museu se encontra fechado para visitação e a sua reabertura está prevista para o ano de 2015, apresentamos, como produto desse trabalho, o Programa de Difusão (APÊNDICE A) que propõe, entre outras soluções, aquelas que possibilitam a implementação de formas de difusão do acervo fotográfico enquanto o projeto de modernização da instituição não é concluído.

Salientamos que o Programa de Difusão é para o Museu, porém, considerando as características do acervo fotográfico este será privilegiado em função do grande impacto que causa nos usuários. Afinal, é natural que as pessoas

tenham interesse pelo passado local, presentificado através dos registros fotográficos.

CAPÍTULO 4
O MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

4. O MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

O povoamento da região onde hoje encontramos a Cidade do Rio Grande, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, teve início em 19 de fevereiro de 1737 quando o Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou para garantir a posse destas terras que foram muito disputadas entre Portugal e Espanha devido a sua importância geopolítica e militar (próxima ao Rio da Prata). Fundando no local o Forte Jesus Maria José, constituindo assim, o primeiro núcleo luso-brasileiro no território onde hoje se localiza o estado do Rio Grande do Sul, o que torna a cidade do Rio Grande a mais antiga do estado, onde são encontradas diversas fontes de informação para pesquisas históricas e culturais.

O Museu da Cidade do Rio Grande é uma das principais instituições encarregada de preservar e comunicar tais riquezas herdadas desde a fundação da cidade. Para apresenta-lo, destacamos o estudo realizado por Danielle M. dos Anjos (2012) junto ao acervo da instituição. Em sua dissertação de Mestrado em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, intitulada “Acervo e Sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande- RS”, a autora realiza um estudo da evolução da sociedade rio-grandina através das peças que pertencem ao museu.

A partir do estudo e análise do trabalho de Anjos (2012) é possível constatar que a iniciativa de criar o museu partiu do poder público. A Prefeitura da Cidade do Rio Grande, cria através da Lei nº 2.524 de 18 de outubro de 1971, o Museu da Cidade do Rio Grande. No entanto, o mesmo passou a funcionar efetivamente em 19 de fevereiro de 1984, mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande até os dias atuais.

Em homenagem ao 247º aniversário de fundação da cidade do Rio Grande, aos 19 de fevereiro de 1984, na Praça Xavier Ferreira, junto do Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, teve lugar o ato de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande, constituído pela Fundação da Cidade do Rio Grande, a qual se incumbiria de sua administração, de modo que, com a cooperação da Prefeitura Municipal, a Fundação proveria ao funcionamento e organização patrimonial e financeira do Museu. Na ocasião, a criação de um museu com a finalidade de preservar a memória histórica da cidade e do seu desenvolvimento econômico nos diversos aspectos da sua evolução, desde os primórdios da fundação da cidade até os tempos presentes, era encarada como uma antiga aspiração da comunidade rio-grandina. (<<http://museucrg.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 05 out 2014)

A formação do museu ocorreu através da cooperação entre a Fundação, a Prefeitura Municipal, a Mitra Diocesana, as Empresas de Petróleo Ipiranga e a

Superintendência da Receita Federal. Esta última cedeu parte do prédio da Alfândega, local que sedia a Coleção Histórica do Museu desde 1987.

O Museu da Cidade do Rio Grande possui um acervo com aproximadamente nove mil (9.000) peças de caráter histórico divididas em duas coleções: a Coleção de Arte Sacra e a Coleção Histórica. Nessa última, podemos encontrar o acervo fotográfico, objeto desse estudo, composto por aproximadamente duas mil e quinhentas (2.500) peças entre fotografias e cartões postais.

Localizadas em prédios distintos, a Coleção de Arte Sacra encontra-se na antiga Capela de São Francisco de Assis desde o ano de 1986. Nesta, são encontrados artefatos, estátuas, documentos, livros etc. que apresentam a arte comumente encontrada nas igrejas e sacralizada pelas mesmas. Este acervo não é o foco deste trabalho, no entanto, ao analisar o acervo de fotografias da Coleção Histórica, foram encontradas diversas imagens de igrejas localizadas na região.

Historicamente, a Igreja Católica foi responsável pela ordem político-administrativa no Brasil Colônia e Império. No Rio Grande não havia como ser diferente. Então, é possível inferir que os acervos da Coleção Sacra e da Coleção Histórica, apresentem itens em comum como, por exemplo, fotografias que apresentem conteúdo que interessa tanto como fonte histórica e religiosa.



FIGURA 03 - Logotipo do Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção de Arte Sacra.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Ainda conforme Anjos (2012), o acervo do Museu da Cidade do Rio Grande foi constituído a partir de doações da população rio-grandina.

A parte da sociedade rio-grandina que mais colaborou para o efetivo acervo foram as famílias tradicionais da cidade, que compunham a alta sociedade, e empresas que também colaboraram, como a Leal Santos que doou o carro de bombeiros do ano de 1910. (ANJOS, 2012, p. 89)

Até os dias atuais, a referida peça (carro dos bombeiros) é destaque do acervo, sendo retratado no logotipo da Coleção Histórica.



FIGURA 04 - Logotipo do Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

No que concerne ao acervo de fotografias, Anjos (2012), apresenta no “Capítulo II – Acervo fotográfico e aristocracia urbana” reflexões acerca do desenvolvimento do Balneário Cassino a partir das fotografias do acervo. A autora percebe que as fotografias foram doadas “por uma classe dominante devido ao seu poder aquisitivo e sua condição de mobilidade” já que conseguiam se deslocar da cidade para a praia, conforme pode observar em sua pesquisa.



IMAGEM 04 – Postal – Chalé da Família Rheigantz
 Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

No “Capítulo III – Acervo e Indústrias dos séculos XIX e XX”, ANJOS (2012), apresenta a partir dos documentos encontrados no museu, uma análise da transformação do espaço urbano e do impacto sociocultural ocorrido na cidade a partir da instalação de grandes fábricas na cidade. No trabalho são apresentadas fotografias das fabricas: Rheigantz, Leal Santos, Charutos Pooch, União Fabril e da construção da Refinaria Ipiranga, apresentadas nas imagens 2, 3, 4 e 5 a seguir. O conteúdo dessas imagens corrobora com a constatação de que o acervo do Museu da Cidade do Rio Grande foi constituído basicamente pela elite local.



IMAGEM 05 – Postal: Companhia União Fabril.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 06 – Escritório e Depósito da Fabrica de Charutos Pooch & Cia.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 07 – Fabrica de biscoitos Leal Santos
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

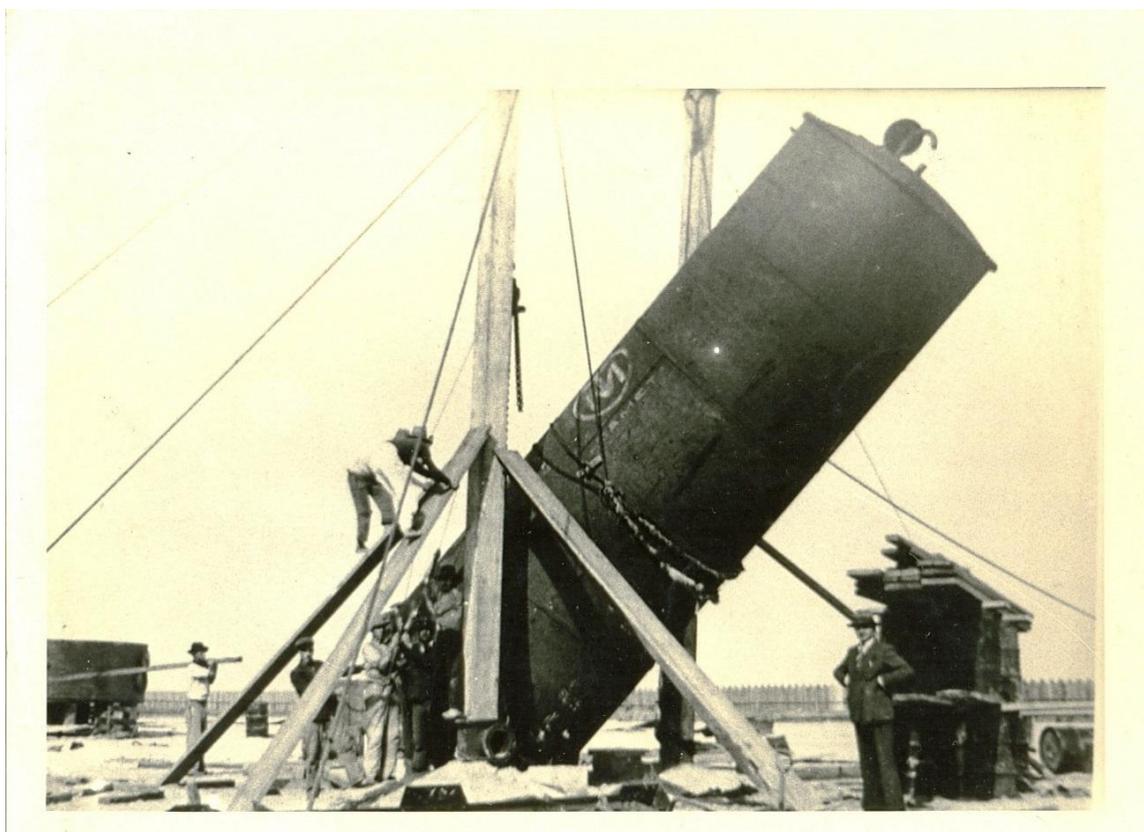


IMAGEM 08 – Instalação de equipamentos durante a montagem da Refinaria Ipiranga.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

No que se refere às condições físicas do Museu, o telhado do prédio da Alfândega⁶ (onde está situada a Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande), está desde o ano de dois mil e onze (2011), em reforma para manter a integridade do edifício, assim como, a segurança dos servidores da Receita Federal do Brasil e do Museu da Cidade do Rio Grande. Sendo assim, foi necessário fechar a Coleção Histórica para visitação e transferir o acervo para armazenagem em outro local.

Atualmente as peças retornaram ao seu espaço no prédio da Alfândega, mas a visitação à Coleção Histórica ainda não é possível, pois o museu encontra-se fechado para visitação devido ao projeto de modernização que está sendo executado junto ao BNDES. A previsão para a sua reabertura está prevista para 2015. No entanto, o museu está disponível para a realização de algumas pesquisas. Percebemos que devido ao fato de não ser possível o público entrar no museu para visitar seu acervo, constitui em mais um desafio a ser respondido através de estratégias de difusão.

Além do projeto de modernização, o impedimento temporário do acesso ao museu justifica-se através do trabalho que a equipe de funcionários está realizando. O diagnóstico completo do acervo está sendo realizado visando à conservação das peças e a implementação do Plano Museológico, estabelecido pela Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 que institui o estatuto de museus e dá outras providências. Com isso, foram identificadas pela equipe necessidades de adequação do registro e documentação das peças no livro tombo e da manutenção dos meios de acondicionamento das peças da reserva técnica.

Uma nova numeração está sendo atribuída às peças, com os seus respectivos desdobramentos. Segundo a museologia, a numeração das peças no livro tombo é dada em conformidade com a data de entrada das mesmas no museu, além disso, é necessário que cada parte que compõe uma peça receba um registro, o que se denomina de “desdobramentos” das peças.

A previsão é que estas atividades sejam concluídas ainda em 2014, pois a Fundação Cidade do Rio Grande (instituição mantenedora do museu) está, junto com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES,

⁶ Construído no período de 1874 a 1879, visando a sua preservação, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN na data de 22 de agosto de 1967.

realizando um projeto de modernização do museu, possibilitando melhores condições para a realização de exposições e ações educativas, objetivando aumentar o número de visitantes.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou duas operações de apoio financeiro, no valor total de R\$ 4,3 milhões, para ações de preservação e restauro do patrimônio histórico brasileiro, nos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Os recursos viabilizarão a reforma do Museu do Rio Grande (RS) [...]. Dos recursos, R\$ 2,3 milhões destinam-se à Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG), cujo projeto prevê renovar o projeto museográfico e expositivo do Museu do Rio Grande, com pesquisas sobre o significado das peças no banco de dados da instituição para aprimorar próximas mostras. As reformas preveem a criação de um espaço multiuso para apresentação de programas educativos, a revisão de instalações elétricas e pintura. Os recursos do BNDES são não reembolsáveis e correspondem a 86,5% do valor total a ser investido no projeto. A operação acontece no âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (BNDES Procult) e deve contribuir para o desenvolvimento cultural e social da cidade, ao elevar o número de visitantes e ajudar na revitalização da área do Porto Histórico. Fundado em 1984, o Museu retrata a história da primeira capital do Rio Grande do Sul, por meio da preservação da memória cultural da cidade [...]. (BNDES, 2014)

Com isso estão previstas pela equipe do museu a criação de um site e projetos de ação educativa para diferentes faixas etárias. Nesse sentido, salientamos a colaboração deste trabalho, pois, no momento em que o acesso ao Museu for liberado será possível desenvolver as ações propostas com o objetivo de aumentar o número de visitantes e usuários. A previsão é a de que o Museu da Cidade do Rio Grande seja reinaugurado em 2015.

Posteriormente a Capela de São Francisco de Assis, onde se encontra a Coleção Sacra, receberá pintura interna e externa, novas vitrines, iluminação, acessibilidade e nova montagem da exposição.

Dado momento de transição em que a instituição se encontra, torna-se importante a colaboração do Programa de Difusão do acervo de fotografias, produto dessa investigação.

CAPÍTULO 5
DIFUSÃO DO ACERVO DE FOTOGRAFIAS DO MUSEU DA CIDADE
DO RIO GRANDE

5. DIFUSÃO DO ACERVO DE FOTOGRAFIAS DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

Apresentaremos uma discussão sobre as estratégias de difusão que foram compreendidas no Programa de Difusão (APÊNDICE A), que é o produto desse trabalho. A partir das discussões elucidadas acima foram elaboradas propostas para cada um dos tipos de difusão aplicáveis ao acervo fotográfico da Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande.

Para tanto, foi necessário realizar um recorte espacial do acervo, optando-se por utilizar fotografias que apresentam aspectos do antigo cais do Porto, atual Porto Velho e da Alfândega do Rio Grande devido à importância fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade e da região.

5.1 Histórico do Porto e Alfândega do Rio Grande

No século XVIII, a Barra do Rio Grande era uma das mais temidas devido aos “fortes ventos que mudavam os bancos de areias, mudando constantemente os caminhos a serem navegados em segurança, tornando a entrada da barra um cemitério de embarcações” (RIBEIRO, 2008, p.88). O canal da barra não possuía profundidade suficiente para a navegação, os bancos de areia eram instáveis.

Até o ano de 1823, as embarcações atracavam em São José do Norte, pois o desembarque no Rio Grande era impraticável (ALVES e TORRES 1997, p. 40). Em decorrência disso, em 1869 foi iniciada a obra de construção do porto que foi concluída apenas no ano de 1872. Contudo, também era necessário realizar a dragagem no canal, removendo os bancos de areia e permitindo o acesso de embarcações maiores ao Rio Grande. Procedimento adotado até a construção dos Molhes da Barra, todavia, a manutenção do canal ainda se faz necessária até os dias atuais.

Devido ao desenvolvimento da Província e da necessidade da Coroa Portuguesa em controlar a entrada e saída de navios mercantes, e “em 15 de julho de 1800 foi mandado estabelecer no sítio mais conveniente, uma Alfândega para as Capitanias do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina” (AZEVEDO, 2004, p. 31).

Conforme Azevedo (2004), em 1º de outubro de 1804 foi fundada a Alfândega do Rio Grande. Na imagem 09, a seguir, observa-se o prédio da Alfândega e o cais do porto, provavelmente entre o final do século XIX e início do século XX. Este prédio não foi a única sede da Alfândega do Rio Grande, mais a terceira, antes dessa construção, a instituição situou-se em outros dois prédios distintos.



IMAGEM 09 – Postal do Cais da Alfândega.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Conforme podemos observar na imagem 10, a seguir, além da sua proximidade com o cais do porto, por onde desembarcavam imigrantes e mercadorias, próximo à Alfândega também se encontra a Praça Xavier Ferreira. Esta que atualmente está mais arborizada.



IMAGEM 10 – Praça Xavier Ferreira, ao fundo, Alfândega
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

A fim de melhorar o acesso ao porto, em 1875, foi contratado pelo Imperador D. Pedro II, um engenheiro inglês que a partir dos seus estudos sobre a barra, apresentou um projeto de construção dos Molhes da Barra, mas, seu projeto não foi adiante. Apenas no início do século XX, as obras do Porto do Rio Grande foram efetivamente realizadas pela “*Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul*”.

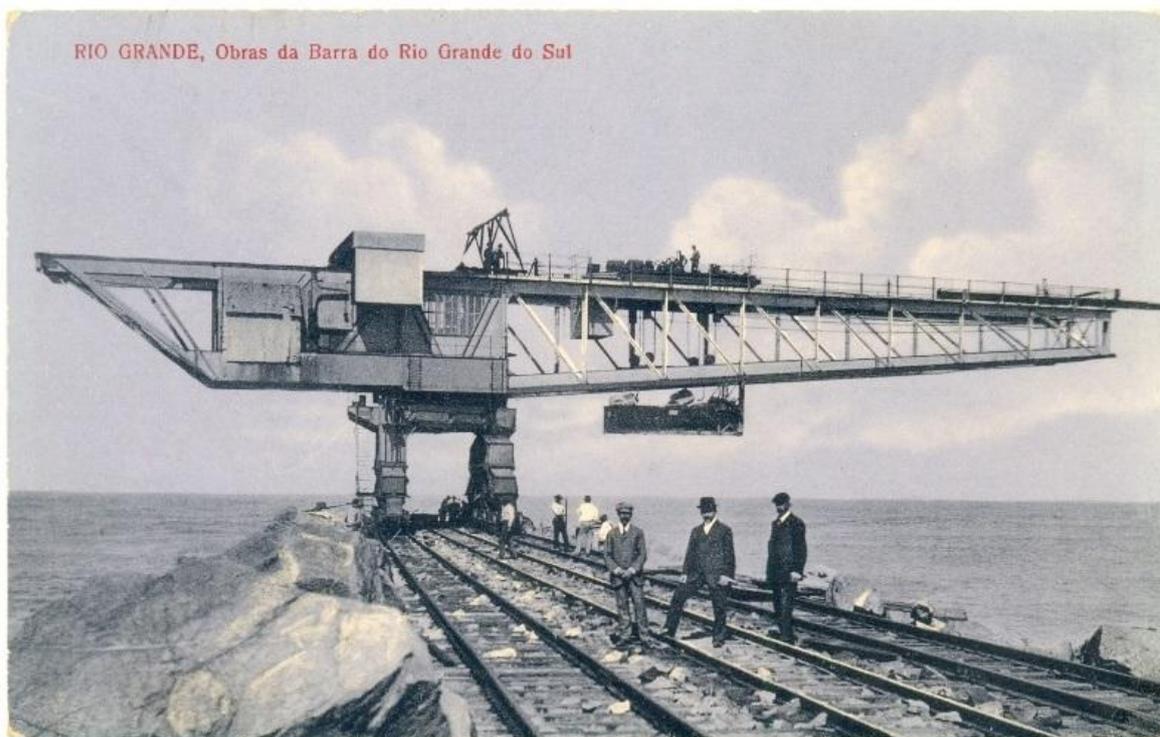


IMAGEM 11 – Construção dos Molhes da Barra
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 12 – Molhe Oeste da Barra
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 13 – Pescaria nos Molhes da Barra, ao fundo, Praia do Cassino (Molhe Oeste)
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Além da construção dos Molhes da Barra, também foram realizadas obras no Cais do Porto e a construção de armazéns para abrigar as mercadorias que chegavam através dele. Conforme podemos observar nas imagens 14, 15, 16 e 17 a seguir.



IMAGEM 14 – Obras da Barra do Rio Grande
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 15 – Rua Riachuelo – Galpões do Porto em construção e comércio
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 16 – Rua Riachuelo, Armazéns do Porto, ao fundo torre da Alfândega.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 17 – Rua Riachuelo - Porto Velho
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Durante a construção do cais do porto surgiu a necessidade de edificar um novo prédio que atendesse melhor às necessidades da Alfândega. O prédio da Alfândega, que podemos observar nas imagens 18 e 19, foi construído no período de 1874 a 1879, está preservado até os dias atuais.

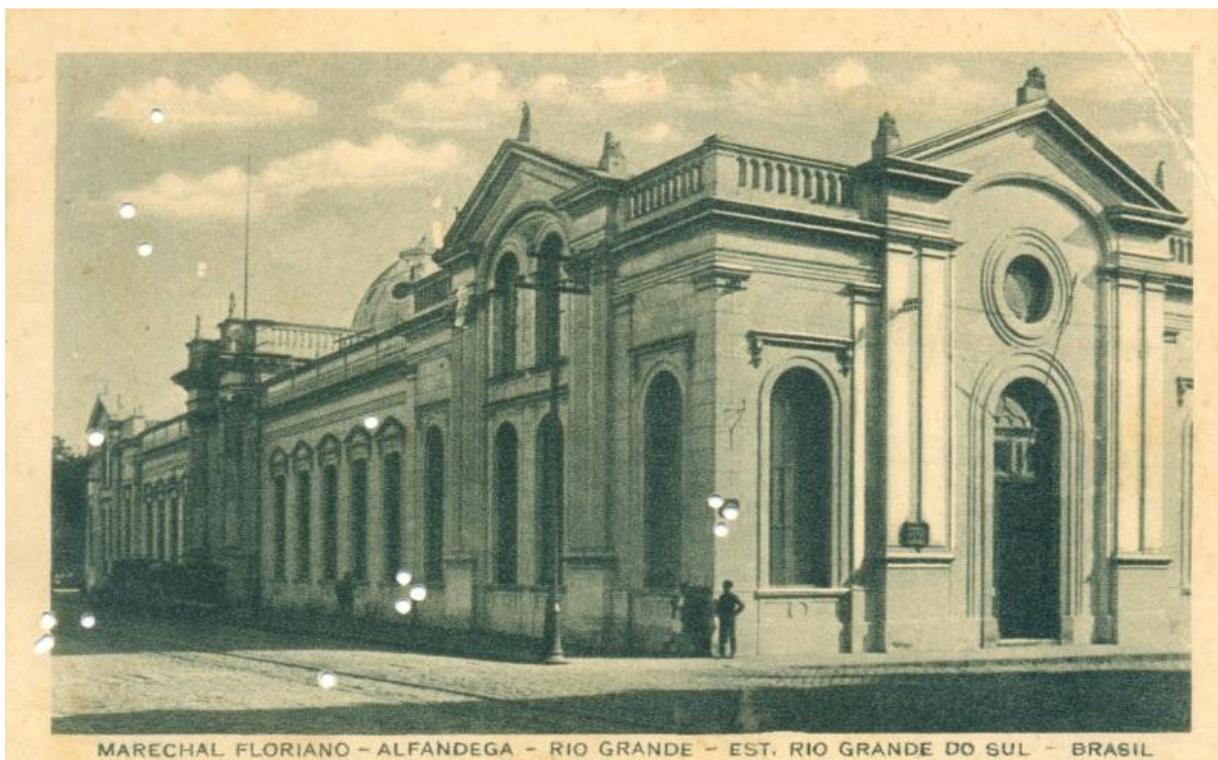


IMAGEM 18 – Alfândega esquina com as ruas Marechal Floriano e Ewbank
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 19 – Vista lateral da Alfândega, Rua Ewbank
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

A imagem 20, postal datado do ano de 1907, podemos visualizar no cais do porto, barris de diversas mercadorias, as charretes que serviam de transporte, os armazéns (onde essas mercadorias eram comercializadas) e, ao fundo, a Alfândega que administra(va) as taxas sobre essas mercadorias e as fiscaliza(va), assim como o desembarque de passageiros e imigrantes.



IMAGEM 20 – Postal da Rua Riachuelo, ao fundo, Alfândega (1907).
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Tombado pelo IPHAN, pertence até hoje ao Ministério da Fazenda e, além do Museu da Cidade do Rio Grande, comporta alguns setores da Alfândega e da Receita Federal do Brasil.



IMAGEM 21 – Praça Xavier Ferreira e Alfândega
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Em 1883, outro engenheiro, Honório Bicalho, apresentou um novo projeto para a construção de dois molhes (Molhe Leste e Molhe Oeste) que estreitam do canal de acesso ao Porto, aumentando a força do fluxo da água que sai da Lagoa dos Patos para o oceano Atlântico, isso proporciona o aumento da profundidade na Barra do Rio Grande pois os sedimentos depositados no fundo do canal são levados pela força da água em direção ao oceano. A obra foi concluída, apenas em 1915 (RAMOS, 2002, p.55)



IMAGEM 22 – Postal da Construção dos Molhes da Barra do Rio Grande.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 23 – Molhes da Barra do Rio Grande - Vagonetas utilizadas para transporte até o fim dos trilhos
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Conforme Ramos (2002), apenas em março de 1915 “o Navio-Escola da Armada Nacional “Benjamim Constant”, calando 6,35 metros transpôs a Barra do Rio Grande sem nenhum problema, atracando no Porto, iniciando assim, uma nova fase de navegação”. Atualmente, o Porto do Rio Grande possui um calado de 40 pés, o que equivale a 12 metros. A imagem 24, a seguir, ilustra a visita do Navio Escola Benjamin Constant.

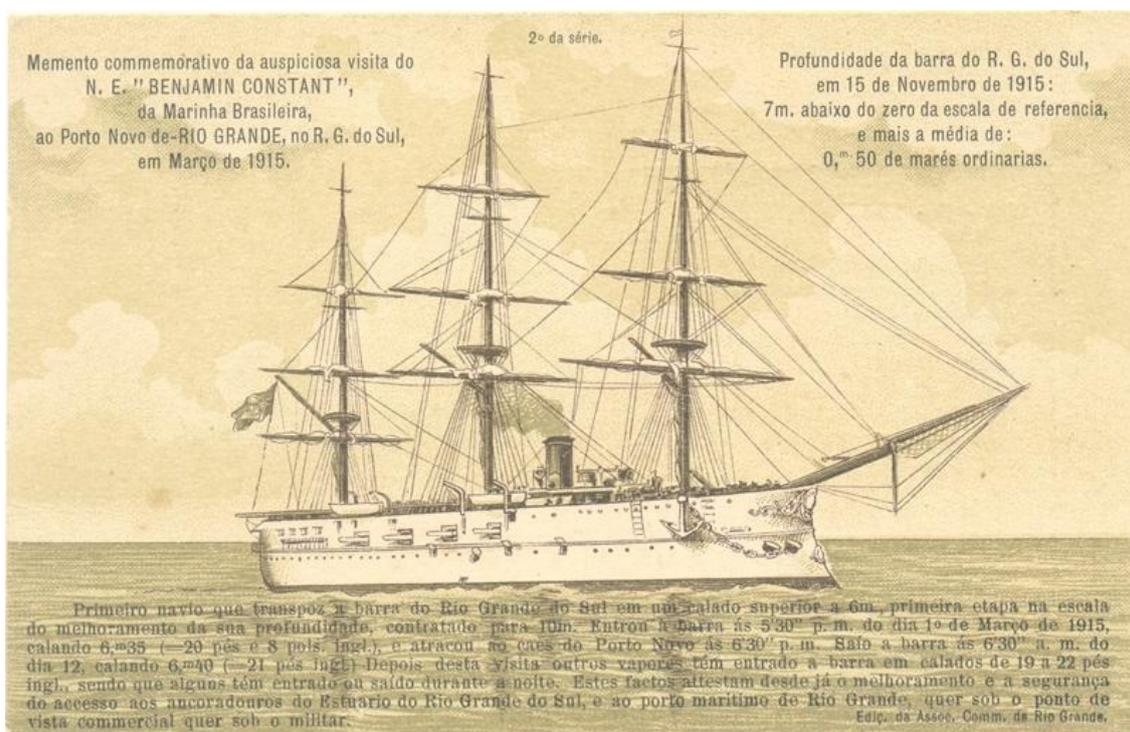


IMAGEM 24 – Navio Escola Benjamim Constant (1915)

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

a metade do século XX, devido à importância do “complexo hidro portuário riograndense”, foi criado o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – DEPRC, pela da Lei Estadual nº 1561, de 1º de outubro de 1951.

As imagens 25 e 26, apresentam a estrutura do cais do Porto do Rio Grande.

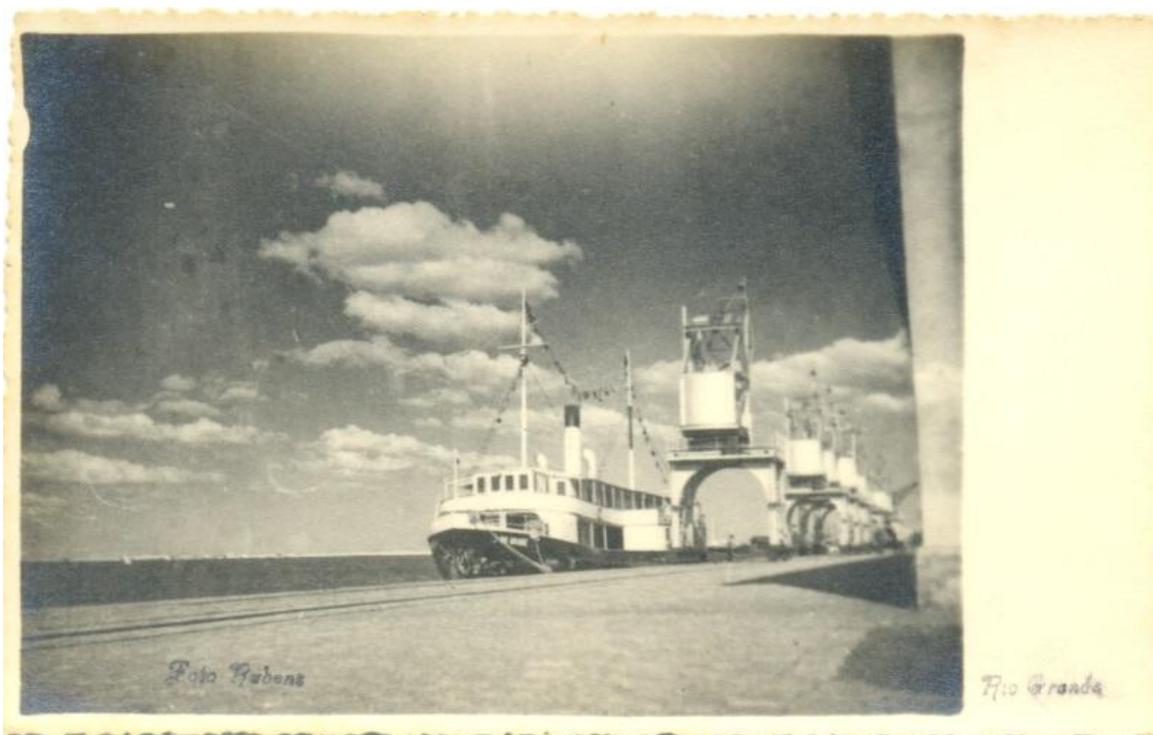


IMAGEM 25 – Porto Velho
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

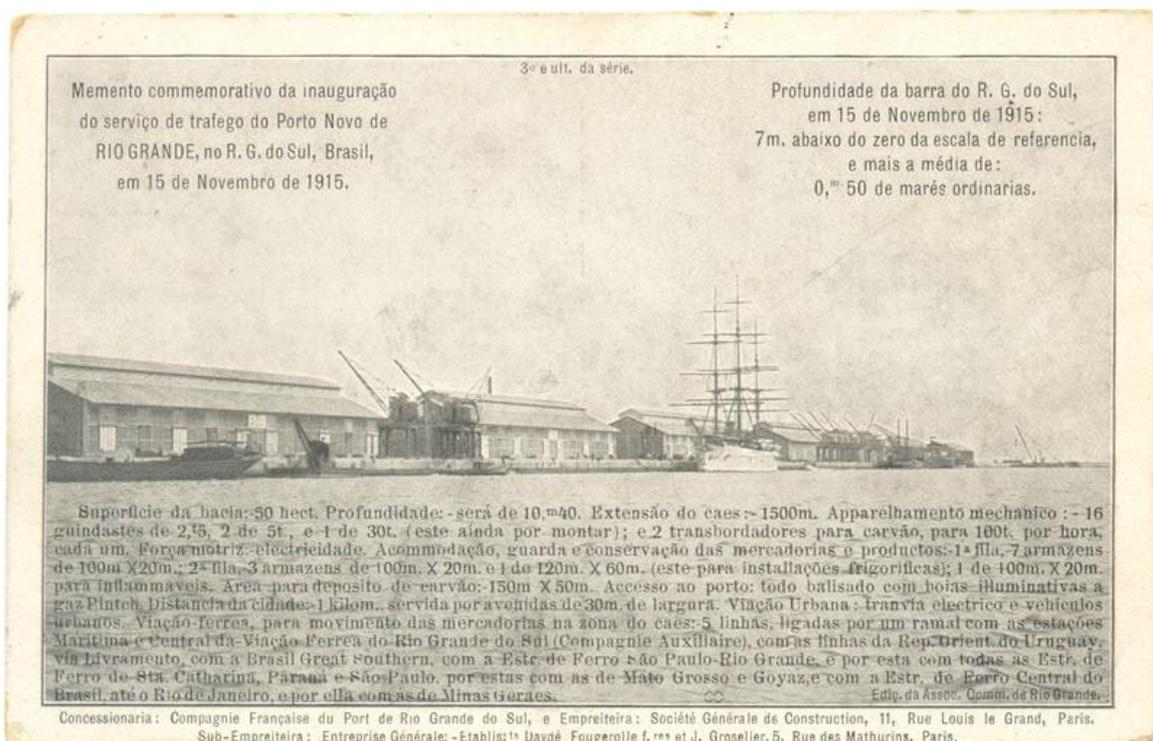


IMAGEM 26 – Armazéns do Porto
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Em 1996, o Porto do Rio Grande foi separado do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais por outra Lei Estadual nº 10.722, de 18 de janeiro de 1996, que criou a autarquia Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, para administração do Porto do Rio Grande.

Conforme apresentado no site da instituição (<<http://www.portoriogrande.com.br/site/index.php>>. Acesso em 17/05/2012), a SUPRG está encarregada de administrar o Porto do Rio Grande, assim como, coordenar e fiscalizar as instituições atuantes no porto, planejar a política portuária, estudando, melhorando e conservando os canais de acesso ao porto (principalmente os Molhes da Barra) e a manutenção de todo sistema hidro portuário do Porto do Rio Grande.

A seguir apresentamos outras imagens a Alfândega. Estas, assim como as apresentadas anteriormente, serão inseridas neste trabalho nas propostas de difusão.



IMAGEM 27 – Rua Marechal Floriano, Alfândega e casa de comércio, ao fundo Praça Xavier Ferreira. Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 28 – Vista do cais, Alfândega e Edifício da Câmara do Comércio
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 29– Praça Xavier Ferreira, Alfândega e Câmara do Comércio
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

5.2 Propostas de ações de difusão para o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande

A seleção dessas imagens é permitiu planejar estratégias de difusão aplicadas ao acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande estas que foram abordadas de forma sistemática pelo Programa de Difusão do Acervo Fotográfico.

Nesse sentido, propomos que primeira etapa da difusão é a visita guiada. Através dela o usuário é treinado, adquirindo uma maior autonomia para conhecer o museu e realizar as suas pesquisas. Sendo assim, ao entrar no Museu o usuário recebe uma explicação sobre a guarda dos seus pertences, como bolsas e mochilas, sobre as instalações, salas de exposições, saídas de emergência, banheiros, etc. Em seguida, os usuários são acompanhados durante a visita das exposições.

No caso do acervo fotográfico, após o usuário visitar a exposição receberá instruções sobre os procedimentos necessários à pesquisa. Devido à sensibilidade do material as fotografias são disponibilizadas aos usuários apenas em meio digital. O Museu da Cidade do Rio Grande adotou essa política como medida de conservação preventiva, a fim de contribuir com a conservação das fotografias, evitando a sua deterioração pelo manuseio. O usuário que desejar imagens sobre algum assunto, tema ou local solicita as imagens e a equipe do museu que realizará uma seleção e disponibilizando, em uma mídia digital, as imagens e os dados sobre a fotografia. Algumas imagens já estão disponíveis no banco de dados que pode ser acessado no local, após a reinauguração do museu.

Além disso, geralmente as ações de difusão educativa são voltadas para a o público escolar, portanto é importante a parceria com as escolas da cidade com uma programação de visitas para uma aula de história no Museu. O que possibilita integrar o conhecimento do acervo fotográfico e o ensino da história e importância do Porto e da Alfândega para o desenvolvimento da Cidade do Rio Grande.

Além de ações voltadas para o conhecimento sobre a história da cidade do Rio Grande, podem ser traçadas propostas ações educativas para outros tipos de públicos. Nesse sentido, em parceria com a universidade podem ser programadas atividades que envolvam a transmissão de informações técnicas acerca do tratamento de acervos, para um público que deseje aprofundar seus conhecimentos na área de gestão ou preservação de acervos e do patrimônio cultural, podem ser

promovidos cursos, oficinas e grupos de pesquisas sobre conservação e preservação; confecção de embalagens para documentos, artefatos, peças museológicas e fotografias.

As propostas podem abordar as técnicas tradicionais, para conservação dos originais em papel e apresentar a perspectiva da preservação dos representantes digitais⁷ do acervo (imagens digitalizadas a partir das fotografias originais em suporte físico) e das fotografias digitais (aquelas que são originadas por câmeras digitais) como registro da história.

Essas estratégias, além de serem oportunidades para difusão, constituem em oportunidades para o estabelecimento de parcerias com outras instituições culturais, a fim de promover atividades de interesse comum, porém, dividindo as despesas com a compra de material, com o pagamento de passagens e hospedagem para os palestrantes. Além disso, também consiste em uma forma de arrecadação de recursos para serem investidos em outras ações ou até mesmo para os trabalhos técnicos.

As ações de difusão educativa também podem estar ligadas a produtos de difusão editorial, com a elaboração e distribuição de materiais didáticos a serem utilizados nas ações educativas.

A difusão editorial também se aplica a produção de guias, inventários, e catálogos do acervo. Os relatórios de atividades institucionais são ótimos meios de coletar informações e publicar artigos e livros técnicos sobre as atividades desempenhadas nas unidades de informação. Podem ser publicados textos e livros sobre itens do acervo, sua conservação, políticas de preservação e acesso, gestão e até mesmo indicadores de acesso, públicos e solicitações de pesquisas podem servir como temáticas para a elaboração de material editorial.

Outros materiais relacionados diretamente às informações existentes no acervo podem ser publicados. Sendo assim, a partir das imagens do Porto e Alfândega selecionadas para o desenvolvimento do Programa de Difusão propomos um catálogo que pode ser encontrado junto ao Programa.

⁷ Representante digital: é a representação em formato de arquivo digital de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nascido originalmente em formato de arquivo digital. (CONARQ, 2010, p.4)

A produção desse catálogo está ligada a realização de exposições de curta duração nas dependências do museu, e/ou, exposição itinerante dessas imagens, e também deve estar integrado às ações educativas.

Além da publicação impressa, propomos também a adequação do catálogo em áudio. A áudio-descrição possibilita o acesso das informações aos portadores de deficiência visual, no entanto, não se limita apenas a essas pessoas, sendo um atrativo para o público em geral. A exemplo do projeto “Fotografias para ouvir”, coordenado pela Prof. Francisca Michelon da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL onde a “áudio-descrição expressiva” das imagens era veiculada pela rádio.

Para a divulgação das exposições, podemos utilizar a produção de convites, folders com reprodução das imagens e com informações sobre o Museu e seu acervo fotográfico, cartazes, publicação de notas nos jornais além do *site* do museu e redes sociais.

A elaboração e publicação de outros catálogos seletivos, catálogos de exposições consistem em exemplos de difusão editorial. Podem ser produzidos catálogos que contemplem as exposições na íntegra, entretanto, recomenda-se que sejam distribuídos no local (como cortesia ou vendido pela Fundação Cidade do Rio Grande – mantenedora do museu – para angariar fundos para outras ações) estimulando assim, que as pessoas compareçam na instituição para visitar as exposições e adquirir este tipo de produto. Tais catálogos podem continuar sendo publicados e vendidos mesmo após o término do período da exposição, como uma forma de perpetuar o trabalho.

As pesquisas realizadas pela equipe sobre as peças do acervo também podem ser publicadas em nome da instituição. Estas além de aprofundar o conhecimento da equipe sobre o acervo ao serem publicadas mostram a seriedade e o comprometimento da instituição com o acervo e com a sociedade à qual serve.

Relacionada com difusão editorial, a difusão digital apresenta-se como uma ótima alternativa, uma vez que, o referido catálogo pode ser publicado em meio impresso ou na internet, no *site* do Museu, por um custo muito menor.

Conforme elucidado por Llonch (2001), a utilização de um calendário com efemérides (datas comemorativas) é recomendável para que a instituição se organize em relação aos acontecimentos regionais e nacionais para a programação e realização de eventos, exposições e publicações editoriais.

Apresentamos no Quadro 2 algumas datas comemorativas e períodos de maior movimentação de pessoas na Cidade do Rio Grande que podem servir como temáticas.

EFEMÉRIDE	EVENTO
dezembro – março	Veraneio – Balneário Cassino
19 de fevereiro de 1737	Aniversário da Cidade do Rio Grande
19 de fevereiro de 1984	Aniversário do Museu da Cidade do Rio Grande
1º de março de 1915	Transposição do Navio Escola “Benjamim Constant”
abril	Festa do Mar
18 de maio	Dia internacional dos Museus – Semana dos Museus
29 de junho	Dia de São Pedro - Padroeiro da Cidade
8 de julho de 1953	Aniversário da Fundação Cidade do Rio Grande
17 de agosto	Dia do Patrimônio Histórico
19 de agosto	Dia da Fotografia
Setembro	Primavera de Museus
1º outubro de 1804	Aniversário da Alfândega do Rio Grande
21 de outubro de 1969	Aniversário da Universidade Federal do Rio Grande
QUADRO 02 – Efemérides aplicáveis ao acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande. Fonte: elaborado pela autora.	

Nos meses de Dezembro a Março, devido às altas temperaturas, um grande contingente de pessoas se encontram no Balneário Cassino, a fim passar o veraneio, período de férias, fazer turismo, etc. Este período pode ser propício para a realização de exposições itinerantes pelos locais de maior circulação no Balneário.

No mês de fevereiro ocorre a comemoração do aniversário da cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, no último dia 19 de fevereiro a Cidade do Rio Grande completou 277 anos. No mesmo dia é comemorado o aniversário do Museu, outra data oportuna para a proposição de grandiosas ações de difusão que podem utilizar a temática do Porto e Alfândega do Rio Grande visto a sua importância para o desenvolvimento da cidade.

No dia 1º de março de 2015 está completando o centenário da transposição do Navio Escola Benjamim Constant na Barra do Rio Grande. Este foi o primeiro navio com um calado maior de 6 metros a entrar na barra e atracar no Porto.

Comprovando a validade das obras dos Molhes no que concerne a facilidade de acesso e segurança para a navegação.

Os Molhes da Barra localizam-se entre o Porto e a Praia do Cassino. A fim de facilitar a identificação dos locais citados nesse trabalho, apresentamos na imagem 30, o mapa da cidade e a localização dos mesmos.

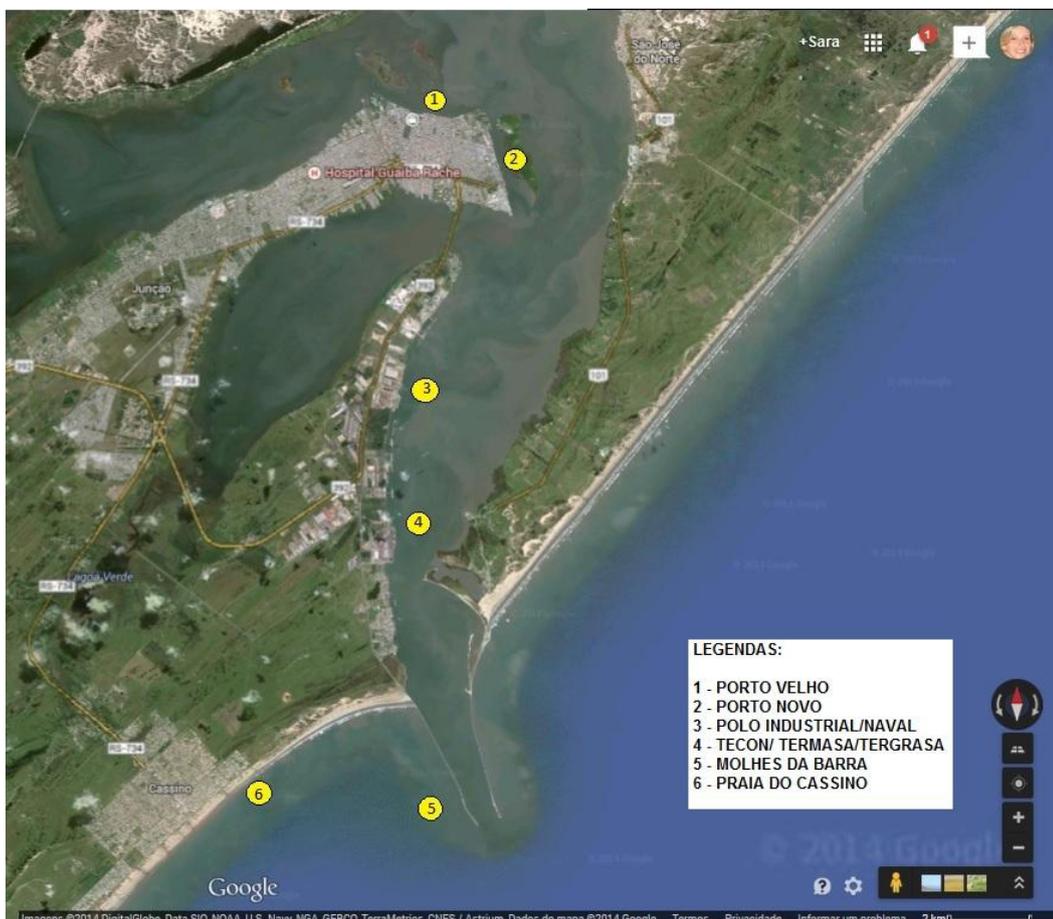


IMAGEM 30 – Mapa da Cidade do Rio Grande – RS e indicação dos locais abordados.
Fonte: Google mapas (2014).

Desde a sua construção até os dias atuais o local consiste em um dos principais pontos turísticos da Cidade do Rio Grande. Através dos trilhos utilizados para a sua construção, é possível realizar um passeio onde, de um lado podemos observar o Oceano Atlântico e, do outro, a entrada da Lagoa dos Patos. A excursão é realizada sobre veículos denominados Vagonetas que utilizam os trilhos e a força do vento que sopra as velas para se locomover.

Acreditamos que o centenário dessa data seja uma grande oportunidade para a realização da exposição das fotografias selecionadas, aproveitando para fazer o lançamento do catálogo. Além disso, aproveitando as condições climáticas da época, é possível integrar ações culturais e educativas sobre a história do Porto e

Barra. Outra proposta é a de que as pessoas que visitarem a exposição ganharem o passeio de vagoneta no Molhe Oeste. Alternativa de menor custo seria a reprodução das imagens (com marca d'água do museu) da construção dos molhes da barra, em adesivos de vinil e fixar em totens no ponto de partida e no final dos trilhos, convidando outras pessoas que fizerem o passeio a conhecer o Museu da Cidade do Rio Grande. A vantagem de utilizar o adesivo em vinil é a possibilidade de efetuar a troca das imagens, por outras diferentes e devido ao desbotamento por incidência de luz solar ou em caso de vandalismo.

No mês de abril é comemorada a Páscoa e a Semana Santa, sendo Rio Grande uma cidade impulsionada durante muito tempo pelo desenvolvimento da pesca, nesse período ocorre a Festa do Mar. Comemorada no antigo cais conhecido como Porto Velho, a festa é realizada muito próxima ao local do Museu, fator que indica a possibilidade de um maior número de visitantes. No acervo do Museu são encontradas diversas peças relativas a festa, como por exemplo, antigos vestidos utilizados pelas Rainhas e Princesas representantes da mesma.

No dia 17 de agosto é comemorado o dia do Patrimônio Histórico, assim, é possível propor uma visita ao prédio da Alfândega (tombado pelo IPHAN) e uma exposição de fotografias, tanto do prédio da Alfândega e dos demais prédios históricos da cidade. Essa exposição também pode integrar a programação do dia 19 de agosto quando é comemorado o dia da fotografia. Assim, podemos propor uma ação cultural que pode ser realizada através da excursão até os locais dos prédios apresentados nas imagens da exposição e realizar uma reprodução fotográfica das imagens, realizando um “antes e depois”.

Essa ação permite diversas reflexões que podem englobar as técnicas fotográficas, a preservação do patrimônio edificado, observação, identificação e o sentimento de pertencimento ao patrimônio histórico edificado, o qual muitas vezes é despercebido devido à rotina atribulada da maior parte das pessoas, etc. Após as melhores reproduções, podem ser selecionadas dando origem a outra exposição e catálogo, onde serão apresentados os resultados dessa ação e das reflexões propostas. Considerando a diversidade dos itens do acervo é possível mesclar em uma exposição documentos, reproduções de fotografias e peças como, por exemplo, as antigas câmeras fotográficas encontradas na coleção histórica (as quais podem ser visualizadas nas imagens a seguir).



IMAGEM 31 – Antigas câmeras das marcas/modelos “Big Box” e “Bieka”
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 32 – Antiga câmera
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 33 – Antiga câmera “ANSCO” acompanha capa de couro
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

No dia 1º de outubro, comemora-se o aniversário da Alfândega. Considerando que o museu está instalado em um espaço cedido pela instituição que é um órgão público onde há, durante o horário de expediente, a movimentação de um grande número de pessoas, é recomendável que se proponha pelo menos na semana de aniversário: exposições, visitação ao prédio (ação educativa) e lançamento de produtos de difusão editorial que utilizem imagens e a história da Alfândega através de uma parceria e referenciar o acervo histórico arquivístico, lá encontrado e outras peças históricas que ainda podem ser encontradas no interior do mesmo.

Além dessas ações, propomos a reprodução das fotografias mais significativas em grandes formatos. As quais podem ser utilizadas nas exposições de longa duração e/ou fora das galerias, nos espaços de circulação do museu. Podem também ser impressas em painéis de vinil e PVC, evitando-se a utilização de expositores de vidro, cujo transporte é mais delicado. Outros painéis também podem conter informações sobre as peças e projetos desenvolvidos pela instituição.

As reproduções das fotografias separadas e em grandes formatos (pôster) e impressas em painéis de vinil e PVC, justamente devido à facilidade de transporte podem integrar exposições itinerantes programadas para ocuparem durante um período de tempo diversos locais da cidade de maior fluxo de pessoas, como bancos, praças, centros de compras, órgãos públicos, empresas, escolas e universidades.

No sentido de informar sobre o acervo e sobre as atividades do museus para um grande número de pessoas, a instituição está prevendo no projeto de modernização criação de um *site na web*.

Iniciamos discutindo aspectos sobre as informações básicas que devem constar no *site* e em outros meios digitais que a instituição utiliza para a sua difusão. É fundamental que ao procurar informações sobre o Museu da Cidade do Rio Grande na internet, o usuário localize o *site* e as redes sociais. Nessas, devem constar na página principal todas as novidades, exposições em cartaz (inclusive o convite para a exposição das fotografias do Porto e Alfândega), eventos, *links* das exposições virtuais, informações sobre o acervo e suas peças, catálogos e publicações digitais (difusão editorial), vídeos, interatividade, ações educativas, procedimentos para visitas guiadas, vistas em grupos, etc.

Outro link deve levar o usuário a conhecer a instituição, sua história, missão, valores, equipe (direção e colaboradores), cadastramento de currículos para pessoas que se interessem em trabalhar no museu, cadastramento de pessoas interessadas em utilizar o espaço do museu para expor, parcerias institucionais, entre outras informações relativas à instituição. Além disso, deve haver também, um espaço esclarecendo sobre o endereço, mapa de localização, telefones, e-mail, horários de visitação, planejamento de visitantes, recursos de acessibilidade, etc.

Além da criação do *site*, páginas e perfis nas redes sociais, um processo que considerado fundamental é a digitalização dos acervos, pois facilita o acesso e registro, evitando o manuseio dos originais contribuindo com a sua preservação.

No entanto, caso a instituição opte por implementar ferramentas de acesso remoto é importante que exista um controle desse acesso. Apesar de estarmos defendendo a ampla divulgação das informações existentes no acervo, é importante que as instituições tenham um controle sobre a sua utilização. Por isso, sugerimos que seja realizado um cadastro do usuário antes de acessar uma exposição virtual ou um banco de dados, por exemplo. Não se trata de uma forma absolutamente segura, pode ser um meio de inibir a ação de pessoas mal intencionadas e auxilia a instituição a estabelecer um contato e conhecer o seu público.

Outra forma mais segura de garantir que os usuários farão a correta utilização das imagens é a inserção de marcas d'água nas imagens. É importante que as instituições coloquem informações sobre os acervos, mas que **não** os disponibilizem completos na *web*. Isso estimula o público a ir visitar o Museu pessoalmente e conhecer as demais peças. A disponibilização dos acervos completos compromete negativamente a garantia dos créditos, pois as imagens podem ser utilizadas para diversos fins, por isso, a importância da marca d'água.

A exposição virtual⁸ pode ser utilizada como uma forma de estender as exposições realizadas no museu, ou seja, após o término de uma exposição a mesma pode ser adequada para disponibilização na internet, prolongando e rentabilizando o trabalho realizado para a sua preparação. Essa proposta amplia o número de visitantes, ao contrario do que a maioria das pessoas acredita. Se comparada às exposições itinerantes e *in loco* (que ainda são ótimas estratégias), não necessita de espaço físico e horário definido para apreciação do público.

Sendo assim, sugerimos que a exposição das fotografias do Porto e Alfândega, assim como, o lançamento do catálogo, sejam amplamente divulgadas em meio digital. Através do *site* do Museu, das redes sociais do museu, devem também ser enviados informativos eletrônicos para os usuários cadastrados, convites para os amigos das redes sociais, publicação de imagens da exposição enquanto ocorre a inauguração, publicação de imagens das ações educativas e culturais, etc. Ou seja, tudo o que estiver relacionado ao desenvolvimento das ações relativas ao recorte proposto é possível de ser publicado *on-line*.

Além desses aspectos, também é interessante que no site da instituição exista um espaço destinado à venda de alguns produtos do Museu da Cidade do Rio Grande. Lembrando que alguns produtos devem ser exclusividade para as visitas presenciais, então, nem todos os produtos da lojinha devem ser disponibilizados *on-line*. Entretanto, salientamos que além dos catálogos, livros, publicações técnicas e materiais de ações educativas, podemos incluir a criação de uma linha de produtos que poderão ser comercializados com a marca do Museu.

Para isso, podem ser reproduzidas (com a marca d'água do Museu ou da Fundação Cidade do Rio Grande) imagens do acervo em diversos formatos (desde formatos menores como cartões postais, até grandes formatos como pôsteres), a reprodução de imagens de outras peças do museu para que os visitantes possam apreciar detalhes das mesmas, em meio físico, ou seja, não digital. Estes itens e outros como, por exemplo: lápis, canetas, régua, postais antigos, ampliações de fotografias do acervo, canecas estampadas com fotografias, bonés, camisetas,

⁸A exemplo das seguintes instituições: Arquivo Nacional <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 06/12/2013. Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal <<http://antt.dgarg.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/>>. Acesso em: 06/12/2013. O Arquivo do Estado de São Paulo que relaciona o recurso das exposições virtuais à ação educativa e ao ensino da história <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/acao_exposicoes.php>. Acesso em: 06/12/2013.

blocos de anotações, agendas, álbuns para fotografias, borrachas, chaveiros, enfim uma grande variedade de produtos podem ser utilizados como forma de angariar fundos para investir em outras ações através da Fundação Cidade do Rio Grande que é a instituição mantenedora do Museu (visto que museus são entidades sem fins lucrativos).

Nas imagens 35, 36 e 37, abaixo apresentamos outro exemplo de item comercializável, são cartões postais ou cartões-estereoscópios, que dão a impressão de visualização da imagem em três dimensões.



IMAGEM 34 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) anverso.
Fonte: Coleção da autora



IMAGEM 35 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) verso
 Fonte: Coleção da autora



IMAGEM 36 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) parte interna
 Fonte: Coleção da autora

Levando-se em conta que o objeto de pesquisa consiste no acervo fotográfico de uma instituição museológica, devemos considerar as políticas e normas que regem a instituição. Sendo assim, busca-se trabalhar de forma alinhada à legislação de museus, mais especificamente com a Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, e estabelece, entre outros aspectos, a elaboração e a implementação do Plano Museológico onde salientamos os seguintes termos:

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o plano museológico.

Art. 45. O plano museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O plano museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos programas:

a) institucional; b) de gestão de pessoas; c) de acervos; d) de exposições; e) educativo e cultural; f) de pesquisa; g) arquitetônico-urbanístico; h) de segurança; i) de financiamento e fomento; j) de comunicação. **(BRASIL. Lei nº 11.904/09)**

Nesse sentido, observamos que a lei prevê que o Plano Museológico deve ser constituído por todos esses programas para cada uma de suas áreas de funcionamento. Entretanto, podemos observar que os programas denominados na lei como “exposições, educativo e cultural e de comunicação” podem ser integrados no Programa de Difusão. Sendo assim, podemos associar o disposto na referida lei com as palavras de Belloto (2006, p.227) onde diz que os “serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa” definem a função social das unidade de informação (o caso os arquivos) “dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém seu objetivo primeiro”. Além disso, procuramos estruturar o Programa de Difusão em conformidade com os tipos e formas de difusão elucidados anteriormente: difusão informacional, difusão seletiva da informação, difusão editorial, difusão digital, difusão educativa e difusão cultural.

Conforme desejar o museu pode incluir nos programas, que compõem o seu próprio Plano Museológico, outras atividades além das propostas por este trabalho. Entretanto, através do acervo fotográfico, apresentamos nesse trabalho apenas o Programa de Difusão voltado apenas para o acervo fotográfico, onde abordamos diversas propostas que relacionam as ações de difusão editorial, educativa, cultural (conforme determinado por Bellotto) e incluímos a difusão digital. Ou seja, a nossa proposta consiste em apresentar ações que integrem apenas o Programa de Difusão (um daqueles programas que segundo a lei 11.904/09 devem compor o Plano Museológico), e ainda, apenas sobre o acervo fotográfico do museu.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

6. CONCLUSÕES

Baseando-se nas premissas aplicáveis às instituições museológicas e às demais unidades de informação buscamos apresentar soluções para a difusão dos acervos (e das instituições) a partir das estratégias propostas para o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande. Sendo assim, acreditamos que as propostas desse trabalho tenham sido atingidas de forma satisfatória.

Para tanto, consideramos unidades de informação, os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, também denominados como instituições de memória.

O Museu da Cidade do Rio Grande é uma instituição de destaque no que concerne à preservação do patrimônio histórico e cultural local. Isso é alcançado devido ao potencial existente no acervo, associado à gestão responsável e ao trabalho árduo por parte da direção do museu e da equipe de profissionais qualificados.

O acervo do museu destaca-se pela sua riqueza em termos históricos e culturais. São aproximadamente nove mil (9.000) peças que consistem em diversos itens que demandam conhecimento e investimento para sua conservação. Dentre esses, destacamos nesse trabalho o acervo fotográfico onde duas mil e quinhentas (2.500) fotografias que permitem realizar diversas abordagens relativas à história e a memória da Cidade do Rio Grande, a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul.

Considerando a dimensão do acervo, a fim de viabilizar o desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário fazer um recorte temático. Para tanto, analisamos as fotografias que já haviam sido digitalizadas pela instituição. A partir disso, selecionamos imagens que mostram o Porto e a Alfândega, visto que, o desenvolvimento econômico e social local está diretamente relacionado às atividades portuárias, o que torna essa parcela do acervo especialmente interessante aos usuários reais e potenciais.

A Alfândega, por sua vez, foi criada em 1804 por ordem de Dom Pedro. Parte das suas atividades ainda são desenvolvidas no imponente prédio localizado na região central da cidade. Inaugurado em 1884, é tombado pelo IPHAN e serve também como a 'casa' da coleção histórica do Museu da Cidade do Rio Grande, o

que consiste em mais um bom motivo para inclusão das imagens da Alfândega em nossa abordagem.

Quanto ao aporte teórico, partimos da análise do patrimônio cultural e a sua relação com a difusão. Entendemos que a difusão pode ser considerada como uma justificativa para a preservação do patrimônio cultural encontrado nas unidades de informação. Isto é, a difusão é um meio para levar ao conhecimento do grande público as informações existentes nos acervos e extremamente importante para o cumprimento da função social das unidades de informação: o acesso, justificando assim, a existência dessas instituições.

A partir desse entendimento, passamos ao estudo das fotografias enquanto artefatos e documentos. Sejam consideradas pelas técnicas fotográficas ou pelas imagens “fragmentos do real”, as fotografias são registros, e ao mesmo tempo produtos, das ações do homem, da cultura e das interações sociais. Através dos registros fotográficos, é possível perceber mudanças socioeconômicas, paisagens urbanas, paisagens rurais, costumes de outras épocas, etc. A fotografia é um “caminho”, uma forma de “congelar o tempo” ou de “trazer o passado para o presente”. Sendo assim, concluímos que esses conjuntos documentais fazem parte do conjunto maior de bens entendidos como patrimônio.

Em seguida, aprofundamos a discussão acerca da difusão, suas diversas formas e tipos. Sintetizamos a difusão conforme as necessidades de informação: difusão informacional e difusão seletiva da informação; realidade material (tipo de suporte): difusão editorial e difusão digital e oferta cultural e educativa: difusão educativa e difusão cultural.

Além disso, com intenção de servir de exemplo para o desenvolvimento de Programas de Difusão em outras unidades de informação, apresentamos alguns pré-requisitos necessários para as instituições desenvolverem antes das ações de difusão. Esses precedentes estão diretamente relacionados à gestão e ao trabalho que é desenvolvido no local. Para tanto, analisamos as unidades de informação sob a ótica da teoria dos sistemas apresentada por Chiavenato. Os sistemas são compostos por elementos de entrada que, ao passar por um processo resultam em um produto oferecido aos clientes. No caso, as entradas são os itens documentais, artefatos e peças considerados patrimônio, o processo é o trabalho de avaliar, organizar, catalogar, conservar e descrever os itens do acervo a fim de proporcionar o acesso aos usuários (produto). As instituições devem estar cumprindo com essas

atividades de forma responsável, compromissada com a preservação do patrimônio e com seus usuários (público). Caso contrário, estarão fadadas a fracassar nas ações de difusão, sob a possibilidade de ter a sua imagem afetada por uma má impressão e as ações de difusão para aumentar o quantitativo de público, surtirão efeito desfavorável.

Esses precedentes todos são cumpridos pelo Museu da Cidade do Rio Grande. Buscando atender as especificações técnicas exigidas pela Museologia e pela área de conservação. A equipe do museu tem desenvolvido um excelente trabalho relativo ao “processo” de preservação do patrimônio. Tanto que, o Museu da Cidade do Rio Grande foi contemplado pelo BNDES com a verba para a sua modernização, projeto que está em desenvolvimento atualmente.

Nesse sentido, o presente trabalho se apresenta de forma colaborativa ao que está sendo desenvolvido no museu. Uma vez que algumas estratégias (difusão editorial, difusão digital e difusão cultural) podem ser desenvolvidas antes da reabertura do museu (que está prevista para o ano de 2015, após a conclusão da obra de modernização). Além disso, a partir da nossa proposta de Programa de Difusão para o acervo fotográfico a equipe do museu poderá traçar outras estratégias a fim de abranger outras temáticas e peças do acervo.

Entretanto, algumas propostas não foram aceitas pela instituição da forma esperada, principalmente aquelas que envolvem a utilização de ferramentas digitais, pois, a política institucional utiliza sistemas previamente definidos e que estão atendendo as necessidades institucionais de forma satisfatória. Tais estratégias foram contempladas pelo Programa de Difusão, visto que, o mesmo busca apresentar soluções para unidades de informação de forma geral. As mesmas poderão ser implementadas pelo Museu da Cidade do Rio Grande no momento em que a direção considerar oportuno.

No que se refere aos objetivos propostos, considerando a bibliografia encontrada sobre o tema desse trabalho buscamos apresentar um aprofundamento do estudo sobre a difusão e seus diversos tipos e suas formas de implementação. Geralmente o que encontramos sobre a difusão na literatura são discussões sobre um ou outro tipo de difusão (ações educativas, desenvolvimento de sites ou exposições).

No Programa de Difusão do Acervo Fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande constam as propostas para as ações de difusão, as quais foram abordadas de forma sistemática conforme as propostas discutidas na dissertação: difusão

informativa, difusão seletiva da informação, difusão editorial, difusão digital, difusão cultural e difusão educativa. Além disso, no mesmo inserimos um capítulo sobre os precedentes indispensáveis às ações de difusão, e também apresentamos uma proposta de catálogo para a amostra de fotografias utilizada para o estudo das ações de difusão.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Danielle Manczak dos. **Acervo e sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande - RS**. Rio Grande: PPGeo(FURG), 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **EXPOSIÇÕES VIRTUAIS**. Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tp_l=home>. Acesso em: 06/12/2013.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Portugal). **EXPOSIÇÕES VIRTUAIS**. Disponível em : <<http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/>>. Acesso em: 06/12/2013.

AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da Cidade do Rio Grande**. 2 ed. - Rio Grande: [s.n.], 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLAYA PEREZ, Carlos. **Estudo sobre usuários dos arquivos fotográficos brasileiros**. Salamanca, 2004

BNDES. **Apoio financeiro a preservação e restauro do patrimônio histórico brasileiro**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2014/Cultura/20140124_patrimonio.html#>. Acesso em: 27/01/2014

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Decreto nº 6.759**, de 05 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o estatuto de museus e da outras providências.

BRASIL. IPHAN. **Portaria nº 1**, de 05 de julho de 2006. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências.

BRASIL. IPHAN. **Caracterização dos bens móveis e imóveis**. <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em 30/04/2012.

CHAGAS, Mario. Cultura, patrimônio e memória. In: **Ciências & Letras**. n. 31 Porto Alegre : Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **RECOMENDAÇÕES PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS PERMANENTES**, 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendacoes_para_digitalizacao.pdf>. Acesso em: 10/12/2013.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br> >. Acesso em: (data de acesso).

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital** – Conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FUGUERAS, Ramon Albrech i; LLONCH, Lurdes Boix; SASTRE, Natàlia Navarro; PALOMARES, Susanna Vela. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. – Gijón (Astúrias) : Ediciones TREA

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Superintendência do Porto do Rio Grande. **Histórico do Porto do Rio Grande**: <http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_historico.php>. Acesso em 17 de maio de 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreras. Patrimônio cultural e cidadania. In: **Museologia Social**. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – 3. ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2008

INGAGE DIGITAL BRANDING. **9 erros que as empresas cometem em gestão de redes sociais (e como evita-los)**. Disponível em: <<http://ingage.com.br>>. Acesso em: 24 abr 2014.

MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande. <<http://museucrg.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 05 out 2014.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda; PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Museus e seus arquivos: em busca de fontes para estudar os públicos. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 mar. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000300014>.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2.ed.rev. São Paulo : Ateliê Editorial, 2001

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Introdução ao Marketing**. Rio de Janeiro, LCT, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2007.

MICHEON, Francisca Ferreira. Revista Discursos Fotográficos. **Palavras que levam a imagens**: fotografia para ouvir. Londrina, v.9, n.15, p.189-210, jul./dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/issue/view/873>>.

Acesso em: 06 out 2014.

NOGUEIRA, Marta Maria Gonçalves Bilreiro Fialho. **A difusão cultural no Arquivo Nacional e Arquivos distritais portugueses**: exposições documentais (1990-2009). Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação Ramo de Arquivos, Universidade de Évora, 2012.

OLIVEIRA, José Gláucio Brito Tavares de. Marketing em Unidades de Informação: análise da estrutura curricular dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste. Natal, UFRN, 2004.

PORTELLA, Viviane Portella de. **Difusão virtual do patrimônio documental do arquivo público do estado do rio grande do sul**. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2012.

PELLEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Coleção Ciências Sociais Passo a passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

RAMOS, Simone da Mata. A importância dos Molhes da Barra do Rio Grande no contexto da economia do Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Cidade do Rio Grande**: ensaios históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2008. p.47- 80.

RIBEIRO, Eduardo Costa. Rio Grande de São Pedro: formação da sociedade rio-grandina nos primeiros anos, 1737-1763. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Sociedade, Memória e Cultura no Rio Grande do Sul**: estudos históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2008. p.85-110.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa : Dom Quixote, 1998. p.265.

SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel; OLIVERA ZALDUA, María. **De lo personal a lo universal. La colección iconográfica de Joaquín Turina en la Fundación Juan March.** Comunicación presentada en las *Quintas Jornadas de Archivo y Memoria. Extraordinarios y fuera de serie: formación, conservación y gestión de archivos personales*. Madrid, 17-18 febrero, 2011. <<http://www.archivoy memoria.com>>

SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **Descrevendo o Patrimônio Documental da FURG:** Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua (1959 -1972). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SÃO PAULO. ARQUIVO DO ESTADO. **EXPOSIÇÕES VIRTUAIS.** Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/acao_exposicoes.php>. Acesso em: 06/12/2013.

UNESCO. **Caracterização de Patrimônio Histórico Imaterial.** Disponível em: <<http://www.unesco.org.br.>>. Acesso em 03/05/2012.

APÊNDICE A

**PROGRAMA DE DIFUSÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU
DA CIDADE DO RIO GRANDE**

Programa de Difusão do Acervo Fotográfico

Museu da Cidade do Rio Grande:
Porto e Alfândega

**SARA ORCELLI DOS SANTOS
CARLOS BLAYA PEREZ
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO
CULTURAL**

**PROGRAMA DE DIFUSÃO DO
ACERVO FOTOGRÁFICO**

**MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE:
PORTO E ALFÂNDEGA**



**Sara Orcelli dos Santos
Prof. Dr. Carlos Blaya Perez**

2014



**PROGRAMA DE DIFUSÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO
MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE**

PORTO E ALFÂNDEGA



Santa Maria, 2014

SUMÁRIO

Apresentação	109
1. Precedentes indispensáveis à implantação de um programa de difusão	111
2. Difusão do acervo fotográfico.....	118
2.1 Difusão educativa	119
2.2 Difusão editorial	121
2.3 Difusão cultural	123
2.4 Difusão digital	129
3. Catálogo do acervo fotográfico: porto e alfândega	135
O museu da cidade do rio grande	136
Porto e alfândega: o berço do desenvolvimento da cidade do rio grande	140
Referências	171

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 – Pescaria nos Molhes da Barra, ao fundo, Praia do Cassino	125
IMAGEM 02 – Antigas câmeras das marcas/modelos “Big Box” e “Bieka”	126
IMAGEM 03 – Antiga câmera	127
IMAGEM 04 – Antiga câmera “ANSCO” acompanha capa de couro.....	127
IMAGEM 05 – <i>Layot</i> para painel	128
IMAGEM 06 – Exemplo de Cartão – estereoscópio (efeito 3D) anverso	133
IMAGEM 07 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) verso	134
IMAGEM 08 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) parte interna	134
IMAGEM 09 – Prédio da Alfândega – Museu da Cidade do Rio Grande	138
IMAGEM 10 – Mapa localização geográfica da Cidade do Rio Grande	141
IMAGEM 11 – Mapa da Cidade do Rio Grande e indicação dos locais abordados	143
IMAGEM 12 – Vista aérea da Cidade do Rio Grande	144
IMAGEM 13 – Molhe Oeste da Barra do Rio Grande	146
IMAGEM 14 – Construção do Porto	147
IMAGEM 15 – Praça Xavier Ferreira, ao fundo, Alfândega	148
IMAGEM 16 – Praça Xavier Ferreira, Alfândega e Câmara do Comércio	149
IMAGEM 17 – Postal da Construção dos Molhes da Barra do Rio Grande	150
IMAGEM 18 – Construção dos Molhes da Barra	152
IMAGEM 19 – Molhes da Barra do Rio Grande - Vagonetas utilizadas para transporte até o fim dos molhes	153
IMAGEM 20 – Postal da Rua Riachuelo, ao fundo, Alfândega (1907)	154
IMAGEM 21 – Postal do Cais da Alfândega	156
IMAGEM 22 – Alfândega esquina com as ruas Marechal Floriano e Ewbank	157
IMAGEM 23 – Rua Marechal Floriano Peixoto, Alfândega e casa de comércio, ao fundo Praça Xavier Ferreira	158

IMAGEM 24 – Vista lateral da Alfândega, Rua Ewbank	159
IMAGEM 25 – Navio Escola Benjamim Constant (1915)	160
IMAGEM 26 – Armazéns do Porto	162
IMAGEM 27 – Rua Riachuelo – Galpões do Porto em construção e Comércio	164
IMAGEM 28 – Rua Riachuelo - Porto Velho	165
IMAGEM 29 – Rua Riachuelo – Armazéns do Porto	166
IMAGEM 30 – Porto Velho	167
IMAGEM 31 – Vista do cais, Alfândega e Edifício da Câmara do Comércio	169
IMAGEM 32 – Praça Xavier Ferreira e Alfândega	170

APRESENTAÇÃO

Este programa foi elaborado com o objetivo de estruturar ações que visam atingir um grande número de pessoas para conhecer, visitar, frequentar e informar sobre o Museu da Cidade do Rio Grande e seu acervo fotográfico.

Intenta-se que o mesmo seja identificado pela comunidade enquanto instituição comprometida com a preservação e a difusão do patrimônio histórico e cultural local, encontrado em seu acervo.

Consideradas pelos processos de produção, ou, pelos “fragmentos do real” registrados em imagens estáticas, as fotografias são fontes documentais que carregam informações sobre a cultura e a evolução da sociedade. Por isso, salientamos sua importância como Patrimônio Cultural.

É natural que as pessoas tenham interesse pelo passado local, que se faz presente através dos registros fotográficos. Considerando às características do acervo fotográfico e em função do grande impacto que causa nos usuários.

Devido importância fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade e da região optando-se por utilizar na amostra fotografias que apresentam aspectos do Porto e da Alfândega do Rio Grande.

A difusão desses acervos considerados patrimônio é fundamental, uma vez que, atribui sentido à sua preservação e à existência das próprias instituições mantenedoras. Dessa forma, atentamos para a relação de interdependência existente entre a preservação e a difusão. Pois, é a partir da difusão que as unidades de informação, responsáveis pela preservação dos bens patrimoniais, cumprem com a sua função social. A difusão possibilita a essas instituições darem o retorno à sociedade, visto que é uma ponte para que os usuários conheçam sobre esses locais e tenham acesso ao patrimônio, que é a base e fundamentação, pois identifica, informa e transforma a sociedade.

Apresentamos o Programa de Difusão do Acervo Fotográfico como produto da dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. As estratégias de difusão são propostas para o Museu da Cidade do Rio Grande e buscam contribuir com o trabalho de

reestruturação que está sendo desenvolvido na instituição, sendo assim estas podem ser consolidadas no Plano Museológico da instituição.

Outras unidades de informação poderão implementar aquelas ações que vierem ao encontro de seus objetivos e política institucional. Realizando adequações e aperfeiçoamentos que forem cabíveis, desde que não haja prejuízo relacionado ao método sugerido. Logo, esperamos que este trabalho não se encerre aqui, podendo ser utilizado como exemplo para outras instituições que busquem realizar a sua própria difusão.

Sendo assim, apresentamos no primeiro capítulo, os precedentes indispensáveis à difusão, ou seja, alguns cuidados que devem ser executados pelas instituições antes de realizarem as ações de difusão. Em seguida, passamos a apresentar as estratégias de difusão aplicáveis ao acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande, utilizando o recorte temático relacionado ao desenvolvimento da Cidade do Rio Grande e a sua relação com o Porto e Alfândega. Para tanto, propomos uma exposição das imagens elencadas também no catálogo apresentado ao final deste, baseado nisso, consideramos a divulgação da exposição nos diversos meios, a publicação do catálogo em meio impresso e digital, assim como, ações educativas e ações culturais. No entanto, o programa de difusão não se resume a este recorte do acervo, sendo aplicável às demais peças e coleções do Museu da Cidade do Rio Grande.

1. PRECEDENTES INDISPENSÁVEIS À IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE DIFUSÃO

1. PRECEDENTES INDISPENSÁVEIS À IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE DIFUSÃO

A criação ou implantação de um programa de difusão exige seriedade no trabalho desempenhado junto ao acervo assim fortalecendo a imagem da instituição. Desta forma, para desenvolver um programa de difusão devemos realizar um levantamento de informações relacionadas à instituição. Primeiramente, é necessário ter bem definida a missão da instituição, pois essa constitui o perfil institucional, onde está definida a finalidade, os objetivos e o público-alvo.

É importante também que seja realizado um diagnóstico da instituição voltado para o segmento que se deseja atingir. No caso da difusão, analisar os produtos e serviços que vem sendo oferecidos pela instituição, pois refletem diretamente na sua imagem pública.

Devido ao projeto de modernização que está sendo executado com o auxílio financeiro do BNDES, o Museu da Cidade do Rio Grande está trabalhando na revisão da sua missão, assim como na melhoria dos espaços do museu, que passará a contar com novos espaços para exposições e novas instalações proporcionando maior segurança para o acervo, bem como, o conforto e segurança dos seus usuários.

A imagem de uma instituição não é composta somente pelo valor e apreciação dos itens encontrados em seus acervos. Todo o serviço prestado pela instituição envolve dedicação e esforços para preservar e disponibilizar o acervo ao público. Ao passo que, o trabalho técnico nos acervos seria em vão se as informações existentes neles não chegassem até o público. Sendo assim, isso está diretamente relacionado à construção de uma imagem institucional.

Rousseau e Couture (1998) sistematizaram as sete funções arquivísticas que consistem na “produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos documentos arquivísticos” (p.265). Ou seja, a difusão é a última função apresentada, pois existem etapas as quais devem ser desenvolvidas junto aos acervos até que se possa realizar a difusão. Apesar das especificidades técnicas de cada área, museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação, antes de planejarem a execução de projetos de difusão, devem realizar essas

etapas que correspondem ao tratamento técnico dos seus acervos. Considerando que o objetivo principal da difusão é levar ao grande público as informações acerca dos acervos, divulgar os serviços prestados pelas mesmas é fundamental para construir uma imagem forte.

Uma instituição que realize ações de difusão como, por exemplo: a criação de *site* na *web*, página em rede social, exposições, atividades culturais, seminários, oficinas, publicações, as quais abrangem grande contingente de pessoas. Deve estar preparada, pois passará a receber um número maior de visitantes e usuários interessados nas informações que lá podem ser encontradas. No entanto, caso a instituição não satisfaça as necessidades de pesquisa de seus usuários por não localizar as informações, por não ter investido na preservação e conservação do acervo, por permitir práticas que venham a contribuir com a degradação ou que possam acarretar em qualquer tipo prejuízo ao acervo⁹, entre outras possibilidades. Estará fadada a fracassar enquanto busca a consolidação de sua imagem. A melhor forma de uma unidade de informação garantir a sua imagem como uma instituição séria e comprometida com o seu objetivo (preservar e difundir informações) é exatamente tendo o comprometimento em preservar seu acervo e difundir as informações de forma responsável e ética.

Portanto é fundamental que a gestão e as atividades técnicas nos acervos estejam adiantadas à difusão, por exemplo: organização, classificação, documentação, catalogação, tombamento, desdobramentos de peças, identificação, seleção, higienização, restauração, manutenção dos invólucros de proteção, descrição, etc., ou seja, o serviço técnico das unidades de informação deve preceder a realização da difusão.

O serviço, a difusão e a imagem institucional estão diretamente relacionados. Uma instituição que não executa seus serviços de forma séria, com foco nos seus objetivos (preservação do acervo e acesso público) não terá êxito ao executar ações de difusão. Dessa forma, as ações para melhorar a sua imagem terão sido em vão e o efeito será justamente oposto ao desejado.

⁹ Salientamos que é extremamente importante evitar que sejam expostas fotografias e documentos originais, sob a pena de ocorrer qualquer sinistro inclusive a ação degradante dos fatores ambientais como temperatura, humidade relativa e iluminação que não sendo ideais causam danos aos suporte e aos materiais utilizados para fixar a imagem, inclusive o esmaecimento da imagem. Além disso, é recomendável que a publicação de todas as imagens sejam identificadas pela marca d'água da instituição.

Dessa forma, verifica-se que as atividades-fim das unidades de informação consistem em reunir e preservar o patrimônio documental a fim de possibilitar o seu acesso ao público. O que é facilitado pela difusão uma vez que o objetivo desta consiste em levar as informações existentes nos acervos ao grande público¹⁰.

Sendo assim, essas instituições podem ser enquadradas na teoria de sistemas. Conforme Chiavenato (1994) um sistema é

Um conjunto de elementos (que são partes ou órgãos componentes do sistema), isto é os subsistemas. Dinamicamente inter-relacionados (isto é, em interação ou interdependência), formando uma rede de comunicações e relações em função da dependência recíproca entre eles. Desenvolvendo uma atividade ou função (que é a operação, atividade ou processo do sistema). Para atingir um ou mais objetivos ou propósitos (que constituem a própria finalidade para a qual o sistema foi criado). (CHIAVENATO, 1994, p.58-59)

Aplicando esta definição às unidades de informação concluímos que estas constituem sistemas nos quais as entradas (matéria prima) são os documentos, livros, peças, objetos, artefatos, etc, que sejam considerados patrimônio cultural e histórico. O processamento dessa “matéria prima” consiste nas atividades desenvolvidas pelas instituições como a organização, elaboração de instrumentos de pesquisa, técnicas de conservação (higienização, invólucros de proteção, etc), restauração e outras medidas voltadas para a preservação dos acervos. O produto é a garantia da integridade dos acervos, com a finalidade de permitir o acesso às informações e a difusão dos mesmos, já que, para realizar ações de difusão são fundamentais as condições obtidas com o desenvolvimento do processo.

Além disso, o sistema prevê uma retroalimentação (também chamada de retroação ou *feedback*) com a qual a difusão tem potencial colaborativo.

Segundo Chiavenato (1994) *feedback* consiste no retorno ao sistema de parte de suas saídas ou resultados, que passam a influenciar o seu funcionamento. Dessa forma, é fundamental acompanhar os resultados das ações de difusão e verificar se estão sendo satisfatórios, realizando ajustes caso sejam necessários. Uma forma de

¹⁰ Importante atentar para não confundirmos difusão, acesso e acessibilidade. O acesso consiste em proporcionar aos usuários a informação desejada, seja em consulta presencial ou a distancia. Pode ser confundido também com acessibilidade que consiste na “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, Decreto 5.296/04)

coletar dados para o *feedback* é através dos usuários, visto que as ações de difusão são voltadas especificamente para o público.

Sendo assim, torna-se a salientar a importância de conhecer a instituição bem como, o seu público-alvo, o que pode ser identificado primeiramente através da missão institucional.

Consideramos público das unidades de informação todos aqueles que de alguma forma utilizaram a instituição para acessar as informações de seus acervos e serviços que esta coloca a disposição dos seus usuários.

A difusão, assim como o marketing, deve ser vista como um processo gerencial, como uma função das unidades de informação, cujo objetivo é levar as informações existentes em seus acervos ao grande público, através da apropriação dos conceitos de marketing.

Segundo Kotler (2000) o foco do marketing são as necessidades dos clientes. Para as unidades de informação os clientes são considerados: o público, os usuários e pesquisadores. As atividades institucionais tem, a finalidade de satisfazer as necessidades de informação e/ou lazer do público e usuários. Com isso, podemos considerar que quanto maior o público, maior “lucro” da instituição, e melhor esta estará desempenhando a sua função social. Arquivos, bibliotecas e museus, que geralmente são instituições mantidas com recursos públicos, logo, não visam o lucro em termos monetários. O “lucro” equivale ao aumento de acessos, de usuários e visitantes, assim, ampliar o número de acessos significa proporcionar a população um retorno sobre os impostos recolhidos pelo governo com a finalidade de manter estas instituições. Justificando assim a preservação dos acervos, a existência das instituições especializadas e o cumprimento das suas devidas funções sociais.

Nesse sentido, o foco das ações de difusão deve ser os clientes, ou seja, o público, os usuários das informações. Isso quer dizer que devemos conhecer o perfil e as necessidades do nosso público. Quanto melhor se conhecer o perfil dos usuários, também melhor será o direcionamento das ações de difusão, levando a uma otimização dos recursos. Por isso, é importante que as instituições tenham cadastros sempre atualizados dos seus usuários.

Para tanto o registro do nome e e-mail são fundamentais para que a instituição estreite sua relação com os usuários. Através de mensagens eletrônicas os mesmos poderão ser informados das próximas atividades desempenhadas pela instituição. Além disso, é importante coletar dados como: data de nascimento,

endereço, e-mail, telefone, formação acadêmica, profissão, histórico de solicitações de pesquisa, etc. Esses registros são importantes pois geram dados que podem ser utilizados para entrar em contato com os usuários caso existam outros materiais que possam estar alinhados com os seus interesses de pesquisa ou podem ser compilados e utilizados para apresentar indicadores e estatísticas de trabalho como um *feedback* dos serviços prestados pela instituição.

Estas estatísticas e indicadores de produção podem ser divulgados através de publicações contribuindo para a construção da imagem institucional. Esses dados, quando associados à pesquisa de públicos ou estudos de usuários, são fontes de informação e podem auxiliar na obtenção de respostas a questões pontuais sobre públicos e suas preferências. Além do cadastro de usuários do acervo fotográfico, existem diversos meios para a obtenção desses dados como: entrevistas presenciais, questionários via *web*, observação direta, pesquisa através das requisições preenchidas solicitando informações, ficha de identificação dos usuários, ficha de acompanhamento das pesquisas, etc.

No caso de instituições que apresentem exposições, é importante manter sempre atualizado o livro de visitantes, em um local visível e de fácil acesso. Este possibilita um controle da quantidade de pessoas que visitaram a exposição e associado a isso se sugere que sejam solicitadas as seguintes informações: nome, data da visita, opinião sobre a exposição.

O marketing consiste em ações que levem à construção e manutenção de relacionamentos de troca com um público-alvo em relação a algum produto, serviço, ideia ou outro objeto. O objetivo é mais do que simplesmente atrair novos clientes e criar transações; é reter os clientes e expandir os negócios deles com a empresa. (KOTLER e ARMSTRONG, 2007, P.06)

Por isso, é fundamental que sejam coletados esses dados sobre o público para que seja possível entrar em contato com os usuários individualmente quando necessário. Canais de relacionamento com os clientes, são ferramentas que além de servirem como um controle para o grau de satisfação dos clientes, também auxiliam na disseminação de informações, seja através de e-mail, redes sociais, telefone ou serviços postais.

Sendo assim, reiteramos que não basta selecionar deliberadamente uma estratégia de difusão a ser aplicada em uma unidade de informação. É fundamental que as equipes das unidades de informação tenham responsabilidade com o

patrimônio e no trabalho desempenhado junto ao acervo a fim de fortalecer a imagem da instituição e, com isso, aumentar os indicadores de públicos.

2. DIFUSÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO

2. DIFUSÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO

Apresentamos algumas propostas de difusão aplicáveis ao acervo fotográfico da Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande. Para tanto, foi necessário realizar um recorte do acervo, optando-se por utilizar fotografias que apresentam aspectos do antigo cais do Porto, atual Porto Velho e da Alfândega do Rio Grande devido à importância fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade e da região. Entretanto, as ações de difusão aqui propostas não se limitam apenas ao recorte selecionado do acervo, abrangendo a difusão do acervo e da instituição de um modo abrangente.

2.1 DIFUSÃO EDUCATIVA

A primeira etapa da difusão educativa é a visita guiada. Através dela é dado ao usuário maior autonomia para conhecer o museu e realizar as suas pesquisas. Ao entrar no Museu o usuário recebe uma explicação sobre a guarda dos seus pertences, como bolsas e mochilas, sobre as instalações, salas de exposições, saídas de emergência, banheiros, etc. Em seguida, os usuários são acompanhados durante a visita das exposições.

No caso do acervo fotográfico, após o usuário visitar a exposição receberá instruções sobre os procedimentos necessários à pesquisa. Devido à sensibilidade do material as fotografias são disponibilizadas aos usuários apenas em meio digital. O Museu da Cidade do Rio Grande adotou essa política como medida de conservação preventiva, a fim de contribuir com a conservação das fotografias, evitando a sua deterioração pelo manuseio. O usuário que desejar imagens sobre algum assunto, tema ou local solicita as imagens e a equipe do museu que realizará uma seleção e disponibilizando, em uma mídia digital, as imagens e os dados sobre a fotografia. Algumas imagens já estão disponíveis no banco de dados que pode ser acessado no local, após a reinauguração do museu.

Geralmente as ações de difusão educativa são voltadas para o público escolar, sendo assim, é importante a parceria com as escolas da cidade com uma programação de visitas para uma aula de história no Museu. O que possibilita

integrar o conhecimento do acervo fotográfico e o ensino da história e importância do Porto e da Alfândega para o desenvolvimento da Cidade do Rio Grande.

Além de ações voltadas para o conhecimento sobre a história da cidade do Rio Grande, podem ser traçadas propostas ações educativas para outros tipos de públicos. Nesse sentido, em parceria com a universidade podem ser programadas atividades que envolvam a transmissão de informações técnicas acerca do tratamento de acervos, para um público que deseje aprofundar seus conhecimentos na área de gestão ou preservação de acervos e do patrimônio cultural, podem ser promovidos cursos, oficinas e grupos de pesquisas sobre conservação e preservação; confecção de embalagens para documentos, artefatos, peças museológicas e fotografias.

As propostas podem abordar as técnicas tradicionais, para conservação dos originais em papel e apresentar a perspectiva da preservação dos representantes digitais¹¹ do acervo (imagens digitalizadas a partir das fotografias originais em suporte físico) e das fotografias digitais (aquelas que são originadas por câmeras digitais) como registro da história.

Essas estratégias, além de serem oportunidades para difusão, constituem em oportunidades para o estabelecimento de parcerias com outras instituições culturais, a fim de promover atividades de interesse comum, porém, dividindo as despesas com a compra de material, com o pagamento de passagens e hospedagem para os palestrantes. Além disso, consiste em uma forma de arrecadação de recursos para serem investidos em outras ações ou até mesmo para os trabalhos técnicos.

As ações de difusão educativa também podem estar ligadas a produtos de difusão editorial, com a elaboração e distribuição de materiais didáticos a serem utilizados nas ações educativas.

¹¹ Representante digital: é a representação em formato de arquivo digital de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nascido originalmente em formato de arquivo digital. (CONARQ, 2010, p.4)

2.2. DIFUSÃO EDITORIAL

A difusão editorial também se aplica a produção de guias, inventários, e catálogos do acervo. O material didático utilizado nas ações educativas, quando compilado e publicado possibilita a difusão das informações acerca do acervo, do patrimônio cultural e das atividades institucionais desenvolvidas, o que contribui fortemente com a imagem de uma instituição comprometida com a preservação do patrimônio.

Os relatórios de atividades institucionais são ótimos meios de coletar informações e publicar artigos e livros técnicos sobre as atividades desempenhadas nas unidades de informação. Podem ser publicados textos e livros sobre itens do acervo, sua conservação, políticas de preservação e acesso, gestão e até mesmo indicadores de acesso, públicos e solicitações de pesquisas podem servir como temáticas para a elaboração de material editorial.

No entanto, outros materiais relacionados diretamente às informações existentes no acervo podem ser publicados. Sendo assim, a partir das imagens do Porto e Alfândega selecionadas para o desenvolvimento desse Programa de Difusão, propomos um catálogo que pode ser encontrado no final desse Programa de Difusão, onde apresentamos o Museu da Cidade do Rio Grande e contamos através das imagens a história do Porto e Alfândega com o seu desenvolvimento.

A produção desse catálogo além de estar integrada às ações educativas, deve reger a realização de exposições dessas imagens. Propomos exposições de curta duração nas dependências do museu, e/ou, exposição itinerante, as quais serão abordadas a seguir. Para a divulgação das exposições, podemos utilizar a produção de convites, folders com reprodução das imagens e com informações sobre o Museu e seu acervo fotográfico, cartazes, publicação de notas nos jornais além do *site* do museu e redes sociais.

Relacionada com difusão editorial, a difusão digital apresenta-se como uma ótima alternativa, uma vez que, o referido catálogo pode ser publicado em meio impresso ou na internet, no *site* do Museu, por um custo muito menor.

Além da publicação impressa, propomos também a adequação do catálogo em áudio. A áudio-descrição possibilita o acesso das informações aos portadores de deficiência visual, no entanto, não se limita apenas a essas pessoas, sendo um atrativo para o público em geral. A exemplo do projeto “Fotografias para ouvir”,

coordenado pela Prof. Francisca Michelin da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL onde a “áudio-descrição expressiva” das imagens era veiculada pela rádio.

A elaboração e publicação de outros catálogos seletivos, catálogos de exposições consistem em exemplos de difusão editorial. Podem ser produzidos catálogos que contemplem as exposições na íntegra, entretanto, recomenda-se que sejam distribuídos no local (como cortesia ou vendido pela Fundação Cidade do Rio Grande – mantenedora do museu – para angariar fundos para outras ações) estimulando assim, que as pessoas compareçam na instituição para visitar as exposições e adquirir este tipo de produto. Tais catálogos podem continuar sendo publicados e vendidos mesmo após o término do período da exposição, como uma forma de perpetuar o trabalho.

As pesquisas realizadas pela equipe sobre as peças do acervo também podem ser publicadas em nome da instituição. Estas além de aprofundar o conhecimento da equipe sobre o acervo ao serem publicadas mostram a seriedade e o comprometimento da instituição com o acervo e com a sociedade à qual serve.

2.3 DIFUSÃO CULTURAL

A partir da definição de um calendário com as efemérides diversas alternativas podem ser integradas Conforme elucidado por Llonch (2001), a utilização de Efemérides (datas comemorativas) é recomendável para que a instituição se organize em relação aos acontecimentos regionais e nacionais para a programação e realização de eventos, visitas, exposições e lançamentos de publicações editoriais.

Apresentamos no Quadro 1 algumas efemérides aplicáveis ao acervo:

EFEMÉRIDE	EVENTO
dezembro – março	Veraneio – Balneário Cassino
19 de fevereiro de 1737	Aniversário da Cidade do Rio Grande
19 de fevereiro de 1984	Aniversário do Museu da Cidade do Rio Grande
1º de março de 1915	Transposição do Navio Escola “Benjamim Constant”
abril	Festa do Mar
18 de maio	Dia internacional dos Museus – Semana dos
29 de junho	Dia de São Pedro - Padroeiro da Cidade
8 de julho de 1953	Aniversário da Fundação Cidade do Rio Grande
17 de agosto	Dia do Patrimônio Histórico
19 de agosto	Dia da Fotografia
Setembro	Primavera de Museus
1º outubro de 1804	Aniversário da Alfândega do Rio Grande
21 de outubro de 1969	Aniversário da Universidade Federal do Rio Grande
QUADRO 1 – Efemérides aplicáveis ao acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande. Fonte: elaborado pela autora.	

Nos meses de Dezembro a Março, devido às altas temperaturas, um grande contingente de pessoas se encontram no Balneário Cassino, a fim passar o veraneio, período de férias, fazer turismo, etc. Este período pode ser propício para a realização de exposições itinerantes pelos locais de maior circulação no Balneário.

No mês de fevereiro ocorre a comemoração do aniversário da cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, no último dia 19 de fevereiro a Cidade do Rio Grande completou 277 anos. No mesmo dia é comemorado o aniversário do Museu, sendo assim, esta é outra data oportuna para a proposição de grandiosas ações de

difusão que podem utilizar a temática do Porto e Alfândega do Rio Grande visto a sua importância para o desenvolvimento da cidade.

No dia 1º de março de 2015 está completando o centenário da transposição do Navio Escola Benjamim Constant na Barra do Rio Grande. Este foi o primeiro navio com um calado maior de 6 metros a entrar na barra e atracar no Porto. Comprovando a validade das obras dos Molhes no que concerne a facilidade de acesso e segurança para a navegação.

Os Molhes da Barra localizam-se entre o Porto e a Praia do Cassino. Desde a sua construção até os dias atuais o local consiste em um dos principais pontos turísticos da Cidade do Rio Grande. Através dos trilhos utilizados para a sua construção, é possível realizar um passeio onde, de um lado podemos observar o Oceano Atlântico e, do outro, a entrada da Lagoa dos Patos. A excursão é realizada sobre veículos denominados Vagonetas que utilizam os trilhos e a força do vento que sopra as velas para se locomover.

Sendo assim, acreditamos que o centenário dessa data seja uma grande oportunidade para a realização da exposição das fotografias selecionadas, aproveitando para fazer o lançamento do catálogo. Aproveitando as condições climáticas da época, é possível integrar ações culturais e educativas sobre a história do Porto e Barra. Outra proposta é a de que as pessoas que visitarem a exposição ganhem o passeio de vagoneta no Molhe Oeste. Alternativa de menor custo seria a reprodução das imagens (com marca d'água do museu) da construção dos molhes da barra, em adesivos de vinil e fixar em totens no ponto de partida e no final dos trilhos, convidando outras pessoas que fizerem o passeio a conhecer o Museu da Cidade do Rio Grande. A vantagem de utilizar o adesivo em vinil é a possibilidade de efetuar a troca das imagens, por outras diferentes e devido ao desbotamento por incidência de luz solar ou em caso de vandalismo.



IMAGEM 01 – Pescaria nos Molhes da Barra, ao fundo, Praia do Cassino.

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG04059

Procedência: sem registro de procedência

Dimensões: 14,2cm X 9,2cm

Pescaria no Molhe Oeste. Além da sua função de facilitar a entrada e saída de embarcações os Molhes da Barra também são utilizados para turismo e lazer. À direita podemos ver o Oceano Atlântico, ao fundo, a Praia do Cassino. À esquerda o canal de acesso das embarcações. Além disso, é possível visualizar estrutura de pedras do quebra-mar e uma vagoneta com sua vela impulsionada pelo vento nos trilhos.

No mês de abril é comemorada a Páscoa e a Semana Santa, sendo Rio Grande uma cidade impulsionada durante muito tempo pelo desenvolvimento da pesca, nesse período ocorre a Festa do Mar. Comemorada no antigo cais conhecido como Porto Velho, a festa é realizada muito próxima ao local do Museu, fator que indica a possibilidade de um maior número de visitantes. No acervo do Museu são encontradas diversas peças relativas a festa, como por exemplo, antigos vestidos utilizados pelas Rainhas e Princesas representantes da mesma.

No dia 17 de agosto é comemorado o dia do Patrimônio Histórico, o que possibilita propor uma visita ao prédio da Alfândega (tombado pelo IPHAN) e uma exposição de fotografias, tanto do prédio da Alfândega e dos demais prédios históricos da cidade. Essa exposição também pode integrar a programação do dia 19 de agosto quando é comemorado o dia da fotografia. Assim, podemos propor

uma ação cultural que pode ser realizada através da excursão até os locais dos prédios apresentados nas imagens da exposição e realizar uma reprodução fotográfica das imagens, realizando um “antes e depois”.

Essa ação permite diversas reflexões que podem englobar as técnicas fotográficas, a preservação do patrimônio edificado, observação, identificação e o sentimento de pertencimento ao patrimônio histórico edificado, o qual muitas vezes é despercebido devido à rotina atribulada da maior parte das pessoas, etc. Após as melhores reproduções, podem ser selecionadas dando origem a outra exposição e catálogo, onde serão apresentados os resultados dessa ação e das reflexões propostas. Considerando a diversidade dos itens do acervo é possível mesclar em uma exposição documentos, reproduções de fotografias e peças como, por exemplo, as antigas câmeras fotográficas encontradas na coleção histórica (as quais podem ser visualizadas nas imagens a seguir).

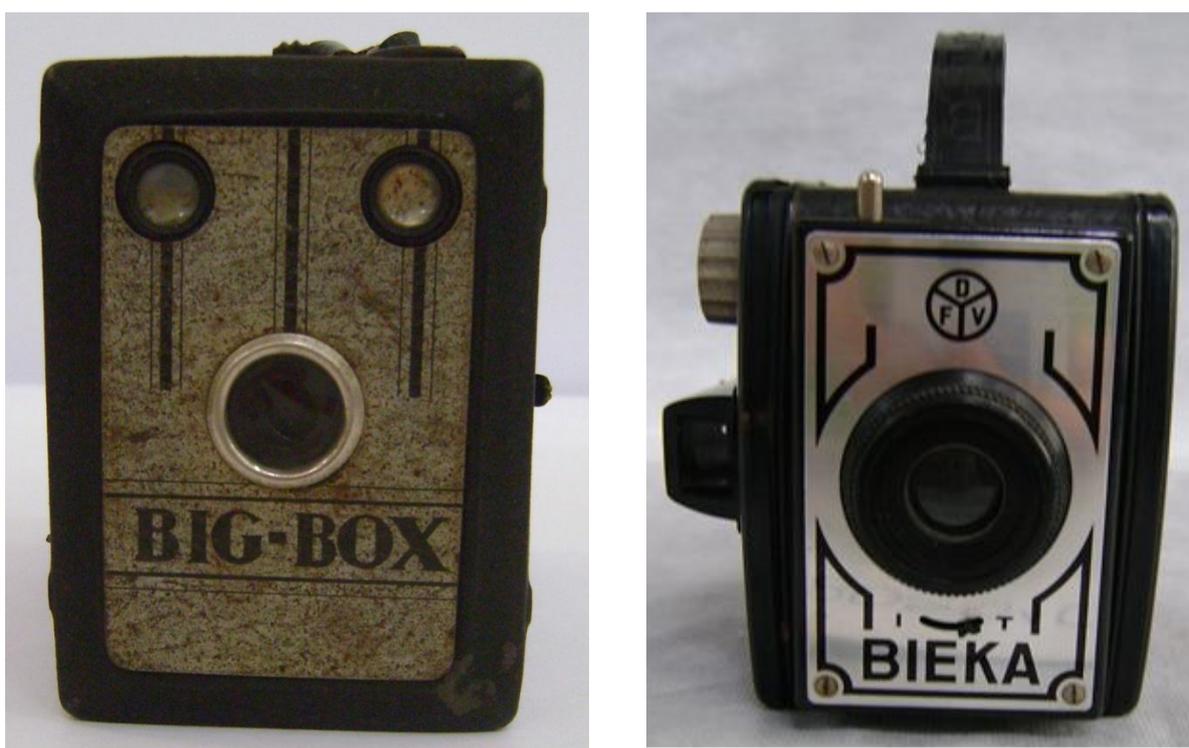


IMAGEM 02 – Antigas câmeras das marcas/modelos “Big Box” e “Bieka”
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 03 – Antiga câmera
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



IMAGEM 04 – Antiga câmera "ANSCO" acompanha capa de couro
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Além dessas datas, no dia 1º de outubro, comemora-se o aniversário da Alfândega. Considerando que o museu está instalado em um espaço cedido pela instituição que é um órgão público onde há, durante o horário de expediente, a movimentação de um grande número de pessoas, é recomendável que se proponha pelo menos na semana de aniversário: exposições, visitação ao prédio (ação educativa) e lançamento de produtos de difusão editorial que utilizem imagens e a história da Alfândega. Além disso, é possível através de uma parceria e utilizar o acervo histórico arquivístico, lá encontrado e outras peças históricas que ainda podem ser encontradas no interior do mesmo.

Além dessas ações, propomos a reprodução das fotografias mais significativas em grandes formatos. As quais podem ser utilizadas nas exposições

de longa duração e/ou fora das galerias, nos espaços de circulação do museu. Podem também ser impressas em painéis de vinil e PVC, evitando-se a utilização de expositores de vidro, cujo transporte é mais delicado. Outros painéis também podem ser produzidos com informações sobre as peças e projetos desenvolvidos pela instituição. Na imagem abaixo apresentamos um possível layout e conteúdo para reprodução e um painel de 2,60m X 2,00m.

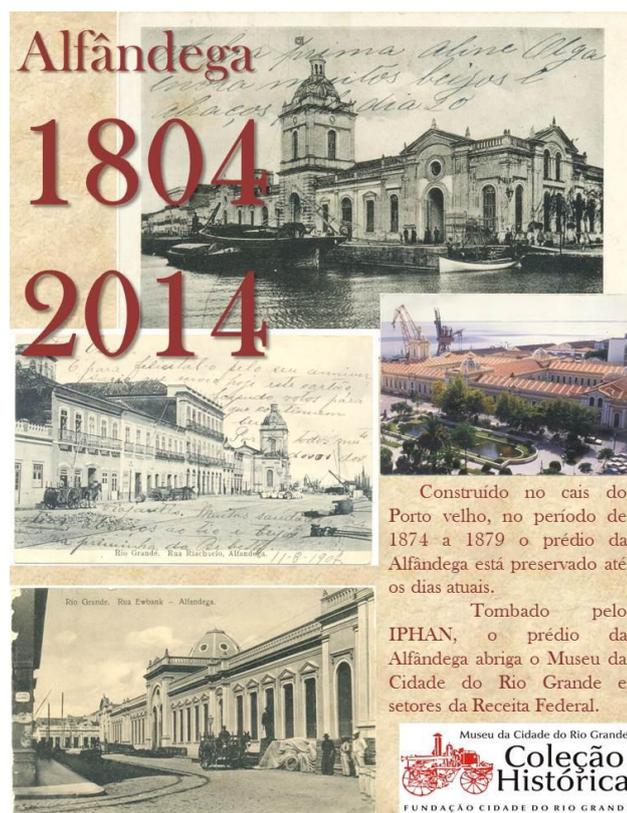


IMAGEM 05 – Layout para painel.

Fonte das imagens: Museu da Cidade do Rio Grande.

Outras reproduções das fotografias separadas e em grandes formatos (pôster) e impressas em painéis de vinil e PVC, justamente devido a facilidade de transporte podem integrar exposições itinerantes programadas para ocuparem durante um período de tempo diversos locais da cidade de maior fluxo de pessoas, como bancos, praças, centros de compras, órgãos públicos, empresas, escolas e universidades.

2.4. DIFUSÃO DIGITAL

A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, como a internet e as redes sociais é fundamental para quem deseja se comunicar. A internet é de fato uma ferramenta poderosa para a disseminação de informações. Muitas instituições que desejam implantar programas de difusão pensam que a criação de um site na web basta. No entanto, somente a criação de um sítio na *web* não consiste em difusão cultural, existem outros meios que, associados a correta utilização da tecnologia digital, contribuem para a solidificação de uma imagem institucional.

Iniciamos discutindo aspectos sobre as informações básicas que devem constar no *site* e em outros meios digitais que a instituição utilizar para a sua difusão. É fundamental que ao procurar informações sobre o Museu da Cidade do Rio Grande na internet, o usuário localize o *site* e as redes sociais. Nessas, devem constar na página principal todas as novidades, exposições em cartaz (inclusive o convite para a exposição das fotografias do Porto e Alfândega), eventos, *links* das exposições virtuais, informações sobre o acervo e suas peças, catálogos e publicações digitais (difusão editorial), vídeos, interatividade, ações educativas, procedimentos para visitas guiadas, vistas em grupos, etc.

Outro link deve levar o usuário a conhecer a instituição, sua história, missão, valores, equipe (direção e colaboradores), cadastramento de currículos para pessoas que se interessem em trabalhar no museu, cadastramento de pessoas interessadas em utilizar o espaço do museu para expor, parcerias institucionais, entre outras informações relativas a instituição. Deve haver também, um espaço esclarecendo sobre o endereço, mapa de localização, telefones, e-mail, horários de visitação, planejamento de visitantes, recursos de acessibilidade, etc.

Além da criação do *site*, páginas e perfis nas redes sociais, um processo que considerado fundamental é a digitalização dos acervos, pois facilita o acesso e registro, evitando o manuseio dos originais contribuindo com a sua preservação.

No entanto, caso a instituição opte por implementar ferramentas de acesso remoto é importante que exista um controle desse acesso. Apesar de estarmos defendendo a ampla divulgação das informações existentes no acervo, é importante que as instituições tenham um controle sobre a sua utilização. Por isso, sugerimos que seja realizado um cadastro do usuário antes de acessar uma exposição virtual

ou um banco de dados, por exemplo. Não se trata de uma forma absolutamente segura, pode ser um meio de inibir a ação de pessoas mal intencionadas, além disso, auxilia a instituição a estabelecer um contato e conhecer o público o que possibilita o oferecimento de um serviço diferenciado.

Outra forma mais segura de garantir que os usuários farão a correta utilização das imagens é a inserção de marcas d'água nas imagens. É importante que as instituições coloquem informações sobre os acervos, mas que **não** os disponibilizem completos na *web*. Isso estimula o público a ir visitar o Museu pessoalmente e conhecer as demais peças. A disponibilização dos acervos completos compromete negativamente a garantia dos créditos, pois as imagens podem ser utilizadas para diversos fins, por isso, a importância da marca d'água.

Para a disponibilização de informações sobre o acervo na internet, a digitalização se faz fundamental e consistem em uma ótima estratégia para a preservação dos originais. O Museu da Cidade do Rio Grande, já adota essa política, disponibilizando para os seus usuários o acesso às imagens em um banco de dados de acesso local. Mas é importante que a instituição esteja atenta para a preservação dos representantes digitais. Caso não o faça, está sujeita a perder as matrizes digitais¹².

Sendo um dos principais meios de comunicação a internet pode servir como um ótimo canal de relacionamento com o público. Através do e-mail é possível enviar informativos eletrônicos, novidades, aquisições no acervo e de equipamentos para o museu, projetos em desenvolvimento, palestras, realizar pesquisas de satisfação e publicações digitais, etc.

Já as ferramentas digitais como: *site* ou *blog* do Museu da Cidade do Rio Grande; *redes sociais como Instagram, Twitter, Facebook*; e *e-mail*, permitem e facilitam a comunicação com o público.

As redes sociais se destacam no que diz respeito à relacionamento com o público através delas é possível divulgar grande parte das atividades institucionais, desde aquelas voltadas exclusivamente para o público até as atividades

¹² **Matriz digital:** Os representantes digitais denominados como tal deverão ter alta qualidade de captura (resolução óptica em dpi e profundidade de bit) e ser armazenados e gerenciados por profissionais altamente qualificados em Tecnologia da Informação; o acesso deverá ser restrito e sob nenhuma hipótese autorizado a usuários não credenciados. O armazenamento desta matriz deverá ser feito em ambiente altamente protegido e fora dos sistemas e redes de dados para acesso remoto.(CONARQ, 2010, p.14)

relacionadas ao tratamento técnico do acervo. Além disso, as redes sociais funcionam como um termômetro para conhecer as necessidades do público, criar debates sobre temas pertinentes, salientar particularidades do acervo, etc. Todavia, qualquer instituição que deseje utilizar essa ferramenta deve cuidar para não perder a credibilidade ou manchar a sua imagem, mas que sirva para que a instituição seja lembrada e reconhecida pela sociedade como referência.

Para isso é importante considerar alguns fatores importantes (INGAGE Digital Branding, 2014):

- Planejar as publicações: é importante publicar artigos originais relacionados ao trabalho desenvolvido pela instituição e sincronizar as publicações das redes sociais, com aquelas do blog, site ou até outras mídias (TV, Jornais, etc.)
- Periodicidade regular: além das publicações que devem ocorrer com uma frequência regular (mas não tão frequentes a ponto de ser considerado spam).
- Socializar: é importante também estimular a participação das pessoas. Afinal esse é o objetivo da rede social. Pedir a opinião do público, fazer perguntas, responder aos comentários e solicitar compartilhamento são formas de se aproximar do público e interagir.
- Ouvir o público: é importante estar sempre atualizado quanto aos “likes”, compartilhamentos de conteúdo. Isso pode servir como um indicador para saber o grau de satisfação do público.

Para a publicação de conteúdos em *sites* ou redes sociais, é importante que sejam definidos responsáveis para a elaboração e aprovação de conteúdo. Essa equipe deve trabalhar em conjunto e definir a periodicidade das publicações. Podem ser publicadas as realizações das mais diversas atividades e eventos institucionais. Por exemplo, as atividades programadas especialmente para o público: exposições, cursos, seminários, etc. Estas devem ser amplamente divulgadas antes de ocorrerem, e, posteriormente devem ser divulgados os seus resultados.

Como sugestões de conteúdos para publicação no *site* e nas redes sociais: temos a divulgação de ações desenvolvidas para melhorar os serviços, para preservar o acervo, restaurações, digitalização, etc.; o lançamento de publicações técnicas, assim como, detalhes e particularidades sobre o acervo, o ideal é sempre

que for possível divulgar com imagens e fotografias dos eventos, cursos, visitas e exposições do museu.

No entanto, é importante salientar que qualquer gafe nas redes sociais pode afetar os esforços realizados para a consolidação de uma imagem factível da instituição, podendo desencadear diversas impressões negativas sobre a mesma.

A exposição virtual¹³ pode ser utilizada como uma forma de estender as exposições realizadas no museu, ou seja, após o término de uma exposição a mesma pode ser adequada para disponibilização na internet, prolongando e rentabilizando o trabalho realizado para a sua preparação. Essa proposta amplia o número de visitantes, ao contrario do que a maioria das pessoas acredita. Se comparada às exposições itinerantes e *in loco* (que ainda são ótimas estratégias), não necessita de espaço físico e horário definido para apreciação do público.

Sugerimos que a exposição das fotografias do Porto e Alfândega, assim como, o lançamento do catálogo, sejam amplamente divulgadas em meio digital. Através do *site* do Museu, das redes sociais do museu, devem também ser enviados informativos eletrônicos para os usuários cadastrados, convites para os amigos das redes sociais, publicação de imagens da exposição enquanto ocorre a inauguração, publicação de imagens das ações educativas e culturais, etc. Ou seja, tudo o que estiver relacionado ao desenvolvimento das ações relativas ao recorte proposto é possível de ser publicado *on-line*.

Além desses aspectos, também é interessante que no site da instituição exista um espaço destinado à venda de alguns produtos do Museu da Cidade do Rio Grande. Lembrando que alguns produtos devem ser exclusividade para as visitas presenciais, sendo assim, nem todos os produtos da lojinha devem ser disponibilizados *on-line*. Entretanto, salientamos que além daqueles produtos já citados na difusão editorial (catálogos, livros, publicações técnicas e materiais de ações educativas), podemos incluir a criação de uma linha de produtos que poderão ser comercializados com a "grife" do Museu. Para isso, podem ser reproduzidas (com a marca d'água do Museu ou da Fundação Cidade do Rio Grande) imagens do

¹³A exemplo das seguintes instituições: Arquivo Nacional<<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 06/12/2013. Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal <<http://antt.dgarg.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/>>. Acesso em: 06/12/2013. O Arquivo do Estado de São Paulo que relaciona o recurso das exposições virtuais à ação educativa e ao ensino da história <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/acao_exposicoes.php>. Acesso em: 06/12/2013.

acervo em diversos formatos (desde formatos menores como cartões postais, até grandes formatos como pôsteres), a reprodução de imagens de outras peças do museu para que os visitantes possam apreciar detalhes das mesmas, em meio físico, ou seja, não digital. Estes itens e outros como, por exemplo: lápis, canetas, régua, postais antigos, ampliações de fotografias do acervo, canecas estampadas com fotografias, bonés, camisetas, blocos de anotações, agendas, álbuns para fotografias, borrachas, chaveiros, enfim uma grande variedade de produtos podem ser utilizados como forma de angariar fundos para investir em outras ações através da Fundação Cidade do Rio Grande que é a instituição mantenedora do Museu (visto que museus são entidades sem fins lucrativos).

Nas imagens 6, 7 e 8, abaixo apresentamos outro exemplo de item comercializável, são cartões postais ou cartões-estereoscópios, que dão a impressão de visualização da imagem em três dimensões.



IMAGEM 06 – Exemplo de Cartão – estereoscópio (feito 3D) anverso.

Fonte: Coleção da autora

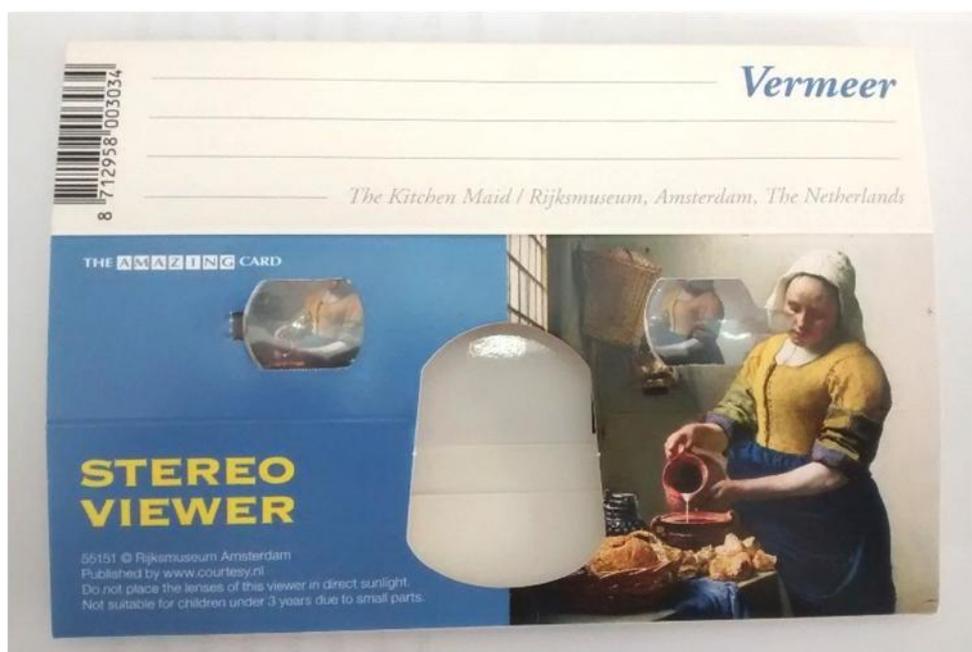


IMAGEM 07 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) verso
 Fonte: Coleção da autora



IMAGEM 08 – Exemplo de Cartão – Estereotipia (efeito 3D) parte interna
 Fonte: Coleção da autora

3. CATÁLOGO DO ACERVO FOTOGRÁFICO: PORTO E ALFÂNDEGA

O MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

O MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

O Museu da Cidade do Rio Grande é uma das principais instituições encarregada de preservar e comunicar tais riquezas herdadas desde a fundação da cidade.

No ano de 1971, a Prefeitura da Cidade do Rio Grande, cria através da Lei nº 2.524, o Museu da Cidade do Rio Grande. No entanto, o mesmo passou a funcionar efetivamente em 1984, mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande até os dias atuais.

Em homenagem ao 247º aniversário de fundação da cidade do Rio Grande, aos 19 de fevereiro de 1984, na Praça Xavier Ferreira, junto do Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, teve lugar o ato de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande, constituído pela Fundação da Cidade do Rio Grande, a qual se incumbiria de sua administração, de modo que, com a cooperação da Prefeitura Municipal, a Fundação proveria ao funcionamento e organização patrimonial e financeira do Museu. Na ocasião, a criação de um museu com a finalidade de preservar a memória histórica da cidade e do seu desenvolvimento econômico nos diversos aspectos da sua evolução, desde os primórdios da fundação da cidade até os tempos presentes, era encarada como uma antiga aspiração da comunidade rio-grandina. (<<http://museucrg.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 05 out 2014)

Segundo Anjos (2012), a formação do museu ocorreu através da cooperação entre a Fundação, a Prefeitura Municipal, a Mitra Diocesana, as Empresas de Petróleo Ipiranga e a Superintendência da Receita Federal. Esta última cedeu parte do prédio da Alfândega¹⁴, local que sedia a Coleção Histórica do Museu desde 1987.

¹⁴ Construído no período de 1874 a 1879, visando a sua preservação, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN na data de 22 de agosto de 1967.



IMAGEM 09 – Prédio da Alfândega – Museu da Cidade do Rio Grande. Fonte: Acervo João Paulo Fotógrafo.

O Museu da Cidade do Rio Grande possui um acervo com aproximadamente nove mil (9.000) peças de caráter histórico divididas em duas coleções: a Coleção de Arte Sacra e a Coleção Histórica. Nessa última, podemos encontrar o acervo fotográfico, composto por aproximadamente duas mil e quinhentas (2.500) imagens, entre fotografias e cartões postais.

Localizadas em prédios distintos, a Coleção de Arte Sacra encontra-se na antiga Capela de São Francisco de Assis desde o ano de 1986. Nesta coleção, são encontrados artefatos, estátuas, documentos, livros, entre outras peças que apresentam a arte comumente encontrada nas igrejas e sacralizada pelas mesmas.

O acervo do Museu da Cidade do Rio Grande foi constituído a partir de doações da população rio-grandina. Conforme Anjos (2012)

A parte da sociedade rio-grandina que mais colaborou para o efetivo acervo foram as famílias tradicionais da cidade, que compunham a alta sociedade, e empresas que também colaboraram, como a Leal Santos que doou o carro de bombeiros do ano de 1910. (p. 89)

Conforme podemos observar na figura 2, até os dias atuais, a referida peça (carro dos bombeiros) é destaque do acervo, sendo retratado no logotipo da Coleção Histórica.



FIGURA 1 - Logotipo do Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande



FIGURA 2 - Logotipo do Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção de Arte Sacra.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

PORTO E ALFÂNDEGA
O BERÇO DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DO RIO GRANDE

PORTO E ALFÂNDEGA

O BERÇO DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DO RIO GRANDE

O povoamento da região onde hoje encontramos a Cidade do Rio Grande, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, teve início em 19 de fevereiro de 1737 quando, conforme Ribeiro (2008), o Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou para garantir a posse destas terras que foram muito disputadas entre Portugal e Espanha devido a sua importância geopolítica e militar. Fundando no local o Forte Jesus Maria José, constituindo assim, o primeiro núcleo luso-brasileiro no território onde hoje se localiza o estado do Rio Grande do Sul, o que torna a cidade do Rio Grande a mais antiga do estado, onde são encontradas diversas fontes de informação para pesquisas históricas e culturais. Conforme podemos observar na imagem 2, abaixo, a Cidade do Rio Grande tem sua localização próxima ao Uruguai, antiga Colônia do Sacramento e ao Rio da Prata.

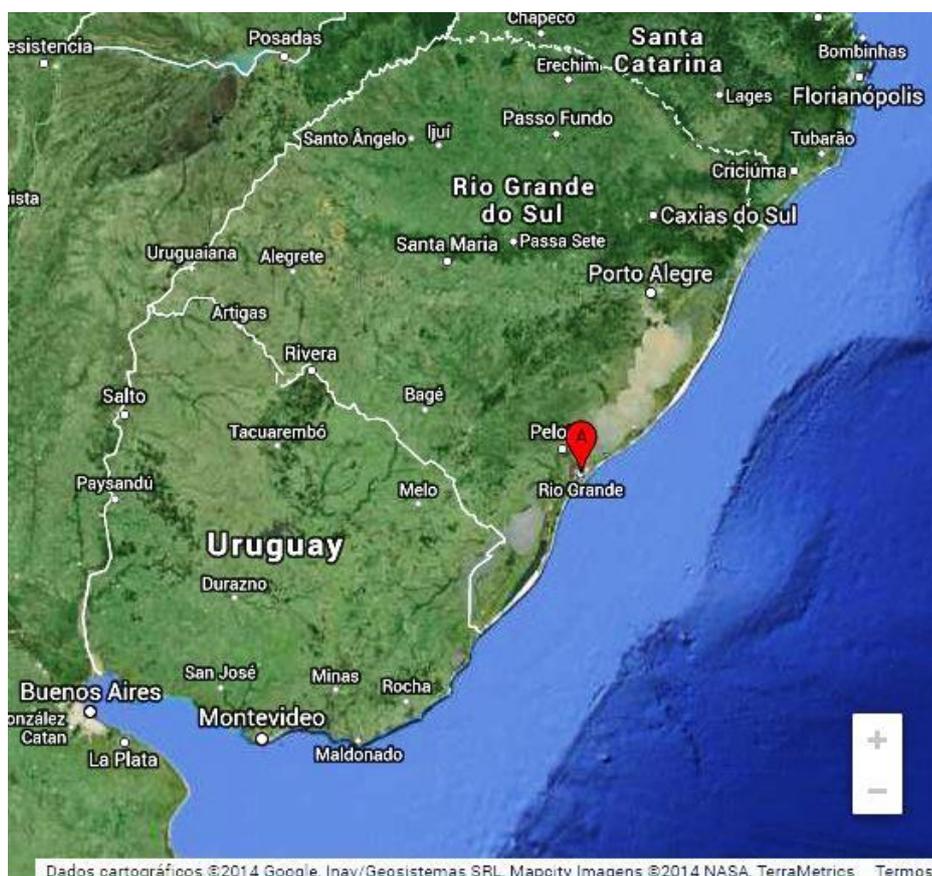


IMAGEM 10 – Mapa localização geográfica da Cidade do Rio Grande. Fonte: Google Maps (2014).

A maior dificuldade enfrentada no local foi durante muitos anos a travessia do canal da barra. Devido aos bancos de areia, a Barra do Rio Grande era de difícil navegação, sua profundidade era variável. Mesmo assim, foi o “único local possível a criação de um porto” (RIBEIRO, 2008, p.87). Além disso, na região eram encontrados campos com gado bovino, trazido outrora pelos tropeiros paulistas.

O povoado foi promovido à Vila, em 1747, mas somente em 1751 foi implantada uma organização administrativa. Isso ocorreu em consequência ao Tratado de Madrid (1750), pois a necessidade das demarcações territoriais, levou a administração portuguesa a instalar um “aparelho burocrático”, que constituiu “a base da estrutura do governo local, que tinha em seu ápice as figuras do Governador e do Provedor da Fazenda Real, secundados pelo Senado da Câmara” (ALVES e TORRES *apud* QUEIROZ, 1997, p.36.) No entanto, durante o período de 1763 a 1776, a Vila do Rio Grande, esteve sob o domínio espanhol. Soares (2002) explica que os acordos que envolviam o tratado de Madri levaram o governador de Buenos Aires e suas tropas a ocuparem o Rio Grande durante treze anos.

No final do século XVIII e início do XIX, o sul viveu o advento da era charqueadora, e com isso, o Rio Grande passou a ser “ponto de escoamento da produção rio-grandense” (ALVES e TORRES, 1997, p.39). Os autores explicam que a criação da Alfândega foi um dos principais fatores que possibilitou o avanço comercial na região, pois obrigava todas as mercadorias a passarem por ela. Além da saída de produtos das charqueadas, o porto também foi importante, para recepção de produtos importados da Europa, com destaque para os artigos provenientes da Inglaterra (ALVES e TORRES *apud* JOHN LUCOCK, 1997, p.39).

Uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento local era o movimento das dunas de areia que pela ação dos ventos colocavam em risco as construções, pois formavam morros junto às casas e ameaçavam soterrar o povoado. A profundidade do canal da Barra também era um problema, pois devido ao vento, enxurradas, urbanização (o que significam mudanças na paisagem original e a existência de habitantes que influenciam e sofrem influências desse novo ambiente) e, tráfego de embarcações, e outros fatores, que cooperavam para que a profundidade do canal diminuísse.

Para elucidar sobre as obras do Porto e Barra apresentadas nas fotografias a seguir apresentamos, na imagem 3 o mapa da Cidade do Rio Grande, onde podemos observar a geografia da parte da cidade abordada por esse trabalho.



IMAGEM 11 – Mapa da Cidade do Rio Grande e indicação dos locais abordados.
Fonte: Google mapas (2014).

O mapa possibilita verificarmos a importância da construção dos Molhes da Barra. As grandes estruturas constituídas de pedras de granito que formam os dois quebra-mares estreitam o canal de acesso ao Porto, aumentando a força do fluxo da água que sai da Lagoa dos Patos para o oceano Atlântico. Isso proporciona o aumento da profundidade na Barra do Rio Grande pois os sedimentos depositados no fundo do canal são levados pela força da água em direção ao oceano, facilitando assim, o acesso das embarcações ao Porto do Rio Grande. A construção dos Molhes da Barra é considerada uma referência em grandes obras de engenharia oceânica.

Apesar das adversidades impostas pelas condições climáticas e ambientais, foram realizadas diversas melhorias na urbanização da cidade, com destaque para o calçamento de suas ruas (visando impedir o avanço da areia) e a dragagem do canal de acesso ao porto (na segunda década do século XX).



IMAGEM 12 – Vista aérea da Cidade do Rio Grande.

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande.

Número de registro: 01031424 (antigo)

Vista aérea parcial da Cidade do Rio Grande nos permite observar a região central da cidade, podemos ver as embarcações navegando próximas ao Porto Velho. Ao centro identifica-se a Alfândega e sua direita o Mercado Público, as docas e a Praça Xavier Ferreira.

Conforme Ribeiro (2008, p.88) no século XVIII, a Barra do Rio Grande era temida pois “os fortes ventos que mudavam os bancos de areias, mudando constantemente os caminhos a serem navegados em segurança, tornando a entrada da barra um cemitério de embarcações” (RIBEIRO, 2008, p.88). Sendo assim, o canal da barra não possuía profundidade suficiente para a navegação, os bancos de areia eram instáveis.

Segundo Alves e Torres (1997, p. 40), até o ano de 1823, as embarcações atracavam em São José do Norte, pois o desembarque no Rio Grande era impraticável. Em decorrência disso, em 1869 foi iniciada a obra de construção do porto que foi concluída apenas no ano de 1872. Contudo, também era necessário realizar a dragagem no canal, removendo os bancos de areia e permitindo o acesso de embarcações maiores ao Rio Grande. Procedimento adotado até a construção dos Molhes da Barra, todavia, a manutenção do canal ainda se faz necessária até os dias atuais.



IMAGEM 13 – Molhe Oeste da Barra do Rio Grande

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG04069

Procedência: sem registro de procedência

Dimensões: 13,4cm X 8,3cm

Molhe Oeste, suas pedras e trilhos adentrando ao Oceano Atlântico, a sua direita, o canal de acesso das embarcações e, à esquerda as ondas na Praia do Cassino.



IMAGEM 14 – Construção do Porto

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG01437

Procedência: Doação de Sérgio Luiz R. Pernigotti

Dimensões: 14,1cm x 9cm

A imagem 6 apresenta a construção cais do Porto, na mesma podemos observar as estruturas, os equipamentos e os trabalhadores das obras. Nota-se a seguinte inscrição:

“ Rio Grande, 11/XI/15

*Para veres algo do adiantamento
da obras da nossa barra, e como
lembrança minha , envio-te
este cartão. Quando ouvirei qualquer
cousa de ti? Abraça-te o amigo
Gustavo”*

Devido ao desenvolvimento da Província e da necessidade da Coroa Portuguesa em controlar a entrada e saída de navios mercantes, e “em 15 de julho de 1800 foi mandado estabelecer no sítio mais conveniente, uma Alfândega para as Capitanias do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina” (Azevedo, 2004, p. 31). Sendo assim, em 1º de outubro de 1804 foi fundada a Alfândega do Rio Grande.



IMAGEM 15 – Praça Xavier Ferreira, ao fundo, Alfândega

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG04071

Procedência: sem registro

Dimensões: 14cm X 9,2cm

O prédio que vemos nas imagens 7 e 8 não foi a única sede da Alfândega do Rio Grande, mas a terceira, antes dessa construção, a instituição situou-se em outros dois prédios distintos sem registros fotográficos. Nas imagens a seguir observa-se o prédio por outra perspectiva.



IMAGEM 16 – Praça Xavier Ferreira, Alfândega e Câmara do Comércio

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG02527

Procedência: Adyr Bonfiglio Olinto

Dimensões: 15cm X 10,6cm

Nas imagens 7 e 8 é possível verificar a dimensão e a imponência do prédio da Alfândega do Rio Grande, localizado na região central da cidade, próximo a Praça Xavier Ferreira, em ambas as imagens é possível visualizar também o monumento à liberdade. Nesta última imagem em cores, observa-se a praça mais arborizada, a presença de automóveis e o edifício da Câmara do Comércio do Rio Grande

Em 1875, a fim de melhorar o acesso ao porto, o Imperador D. Pedro II, contratou um engenheiro inglês que a partir dos seus estudos sobre a barra, apresentou um projeto de construção dos Molhes da Barra, mas, seu projeto não foi adiante. Em 1883, outro engenheiro, Honório Bicalho, apresentou um novo projeto para a construção de dois molhes que proporcionariam o aumento da profundidade na Barra do Rio Grande, sendo concluído, apenas em 1915 (RAMOS, 2002, p.55).



IMAGEM 17 – Postal da Construção dos Molhes da Barra do Rio Grande.

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: 3004044(antigo)

Um dos dois guindastes Titans utilizados para o carregamento das pedras que formam a estrutura dos Molhes da Barra. O postal produzido em comemoração às obras da barra e a instalação do tráfego no Porto do Rio Grande em 15 de novembro de 1915.

O postal apresenta as informações transcritas a seguir, referentes à obra e equipamentos utilizados:

Momento comemorativo das obras da Barra do Rio Grande do Sul, por ocasião da instalação do trafego do Porto Novo de Rio Grande, no R. G. do Sul, Em 15 de novembro de 1915.

Profundidade da barra do R. G. do Sul, em 15 de novembro de 1915: 7m, abaixo do zero da escala de referencia, e mais a média de: 0,^m50 de marés ordinárias.

*Comprimento dos molhes: de Leste, 4km; de Oeste 3^{km},9. Pedra empregada: no de Leste 1.835.000 t; no de Oeste, 1.465.000 t. Transporte da pedra: para o de Leste, por 41 km, de vias-ferreas, em 2 trechos intercalados por 42km, de navegação fluvial; para o de Oeste, por 110^{km}, 6de via férrea. Lançamento da pedra, para a construção dos molhes: foi feito por 2 Titans, movidos por electricidade, pesando cada um 545 ton., que despejam por hora, cada um, 12 caixas contendo, cada uma, 20 ton.de pedra. Estes Titans repousam, por intermédio de 64 rodas, sobre 2 vias-ferreas de 1 m, de bitola, e marcham com uma velocidade de 25 m, por minuto. Estes aparelhos foram projectados e construidos pelos Etablis, ** Daydé, de Creil, França. A profundidade obtida desde fins de 1914, tem augmentado durante este anno, e por vezes atingido 7,^m40, abaixo do zero da escalade referencia, o que autorisa a confiar na completa solução do problema, i.e.: a obtenção da profundidade de 10m., logo que se produzam os fenômenos meteorológicos creadores de fortes correntezas, o que se dará, provavelmente, no inverno ou na primavera próximos.*



IMAGEM 18 – Construção dos Molhes da Barra

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG07098

Procedência: sem registro

Dimensões: 14,2cm X 9,2cm

Postal da obra de construção do Molhe Oeste (Rio Grande) avançando na direção do Oceano Atlântico observa-se os trabalhadores bem como os equipamentos utilizados.



IMAGEM 19 – Molhes da Barra do Rio Grande - Vagonetas utilizadas para transporte até o fim dos trilhos

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG07071

Procedência: sem registro

Dimensões: 14,2cm X 9,2cm

Transporte utilizado nos Molhes da Barra. As vagonetas utilizadas para ir até a ponta do quebra-mar. É possível identificar uma maioria (se não todos) masculina, o que permite interpretarmos que sejam trabalhadores da obras.

Durante a construção do cais do porto surgiu a necessidade de edificar um novo prédio que atendesse melhor às necessidades da Alfândega. O prédio, construído no período de 1874 a 1879, está preservado até os dias atuais. Tombado pelo IPHAN, o prédio da Alfândega pertence até hoje ao Ministério da Fazenda e, além do Museu da Cidade do Rio Grande, comporta alguns setores da Alfândega e da Receita Federal do Brasil¹⁵.



IMAGEM 20 – Postal da Rua Riachuelo, ao fundo, Alfândega (1907).

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro atual: MCRG01529

Procedência: sem registro

Dimensões: 14,5 X 9,4cm

¹⁵ Outras atividades da Alfândega do Rio Grande são realizadas junto ao Porto Novo e em outros “recintos alfandegados” como, por exemplo, o Terminal de Containers – TECON, Terminal Marítimo – TERMASA, Terminal Graneleiro – TEGRASA. Conforme o Decreto nº 6.759/2009 “Os recintos alfandegados serão assim declarados pela autoridade aduaneira competente, na zona primária ou na zona secundária, a fim de que neles possam ocorrer, sob controle aduaneiro, movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior; bagagem de viajantes procedentes do exterior; remessas postais internacionais”.

A imagem 12 apresenta a Rua Riachuelo, o cais do local onde hoje conhecemos por Porto Velho antes da construção dos armazéns. Ao fundo vemos a esquina da Alfândega e a torre. Podemos ver no cais as cordas das embarcações fixadas aos cabeços de amarração, os barris de mercadorias e carroças onde eram transportados os produtos que também eram comercializados na mesma rua.

O postal apresenta a seguinte inscrição:

*“Tio Oscar.
É para felicital-o pelo seu anivers-
sário que envio hoje este cartão,
fazendo votos para
que continuem bem.
Por cá todos muito
saudosos dos
Viajantes. Muitas saudades às
tias, abraços ao tio e beijos
na priminha, da Bebeth.
11-8-1907”*

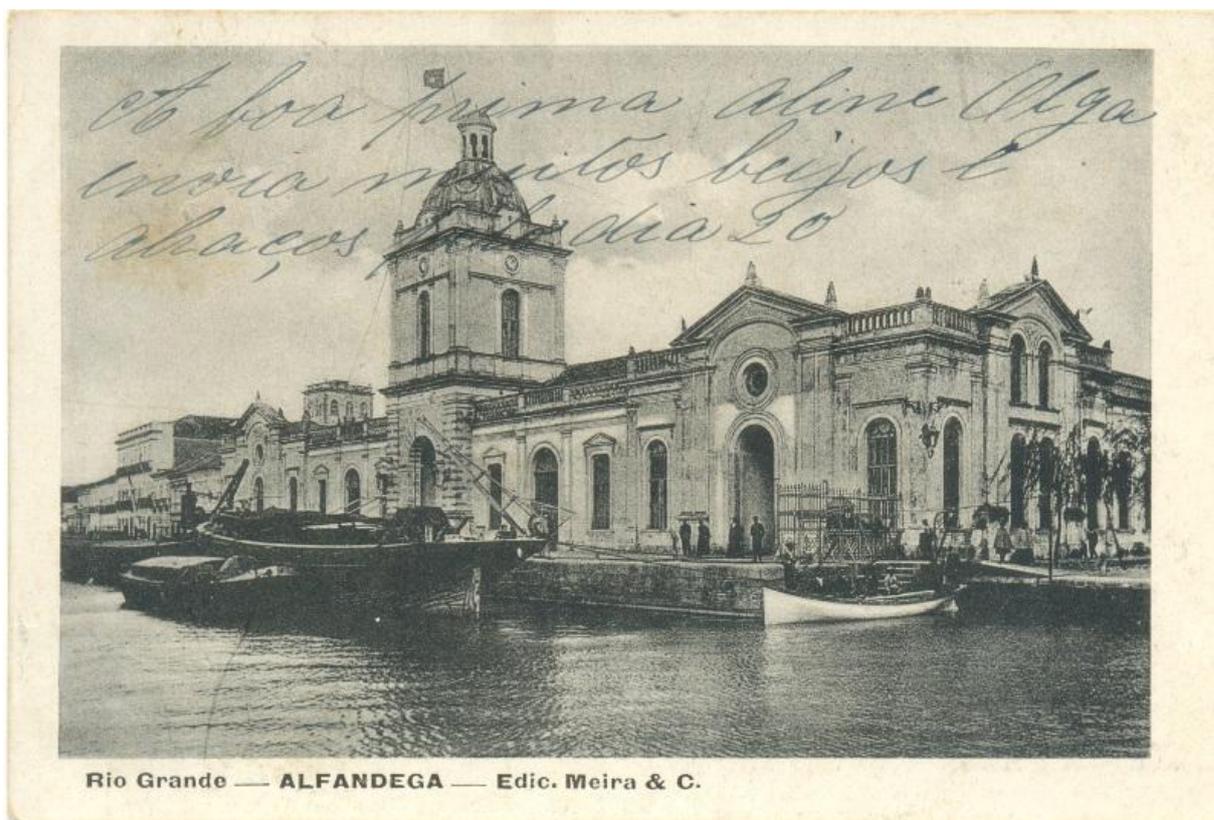


IMAGEM 21 – Postal do Cais da Alfândega.

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG07096

Procedência: sem registro

Dimensões;13,3cm X 8,2cm

Podemos observar o Cais da Alfândega pela rua Riachuelo e as embarcações atracadas, observa-se a presença de pessoas e uma inscrição que diz:

*“A boa prima Aline Olga
envia muitos beijos e
abraços pelo dia 20”*

O prédio da Alfândega possui quatro entradas centrais. Três cobertas por abóbodas situadas nas ruas Marechal Floriano Peixoto, Engenheiro Ewbank e Andradas. A outra entrada pela rua Riachuelo é coberta por uma torre, erguida na entrada do cais com trinta metros acima do nível do mar, que servia de sentinela para fluxo de navios no porto. Em 1877 foram trazidos da Inglaterra o sino e o relógio desta torre, que passou a funcionar após um ano.

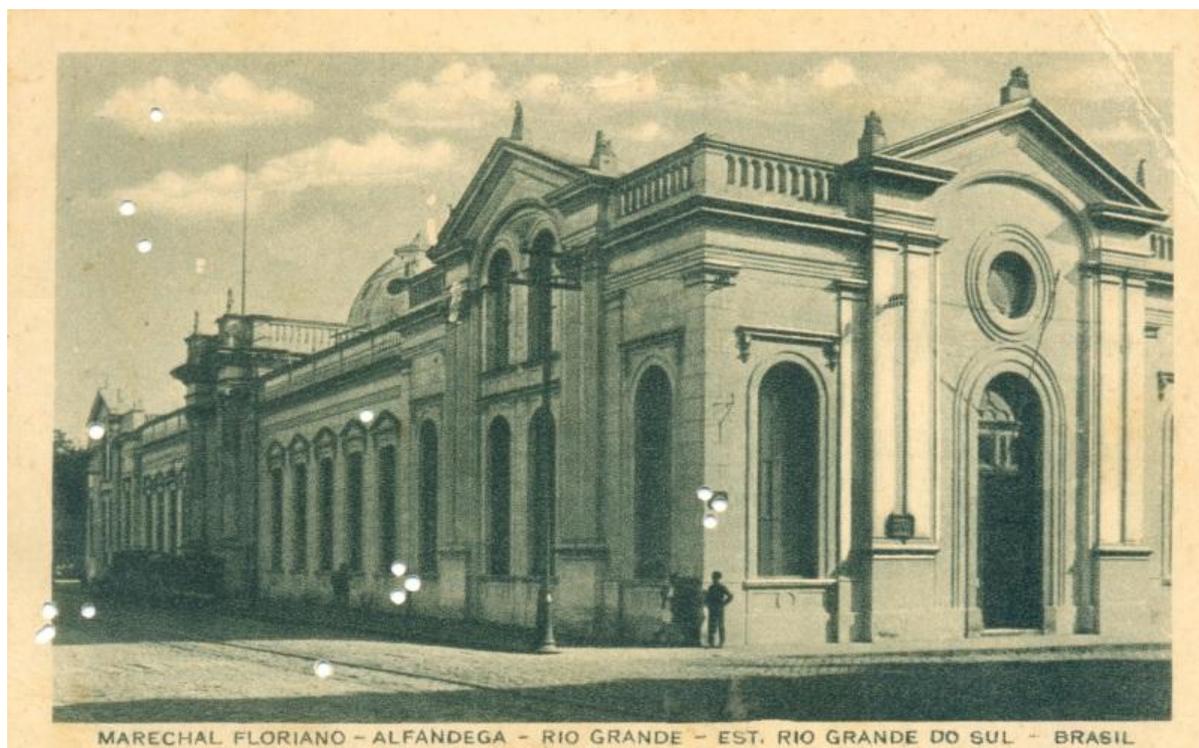


IMAGEM 22 – Alfândega esquina com as ruas Marechal Floriano e Ewbank

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG1529

Procedência: sem registro

Dimensões: 14cm X 9,2cm

O suntuoso prédio da Alfândega até os dias atuais ocupa um lugar de destaque no centro da cidade do Rio Grande, a imagem 14 mostra pessoas na esquina das ruas Marechal Floriano Peixoto e Engenheiro Ewbank.



IMAGEM 23 – Rua Marechal Floriano Peixoto, Alfândega e casa de comércio, ao fundo Praça Xavier Ferreira

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG1437

Procedência: Sérgio Luiz R. Pernigotti

Dimensões: 14,1cm X 9cm

À esquerda o intenso movimento de pedestres na Rua Marechal Floriano Peixoto, à direita, o prédio da Alfândega e a Praça Xavier Ferreira. Observa-se à direita, a baixa construção na Praça Xavier Ferreira, atualmente extinta.



IMAGEM 24 – Vista lateral da Alfândega, Rua Ewbank

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG01567

Procedência: sem registro

Dimensões: 13,5cm X 8,4cm

Na imagem podemos ver a entrada lateral do prédio da Alfândega pela rua Ewbank, além disso, podemos ver os homens trabalhando, barris e outras mercadorias, os trilhos do bonde urbano e uma carroça que também era comumente utilizada para transporte de mercadorias.

As obras do Porto do Rio Grande foram efetivamente realizadas, apenas no início do século XX, pela “*Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul*”. Conforme RAMOS (2002), em março de 1915 “o Navio-Escola da Armada Nacional “Benjamim Constant”, calando 6,35 metros transpôs a Barra do Rio Grande sem nenhum problema, atracando no Porto, iniciando assim, uma nova fase de navegação”.

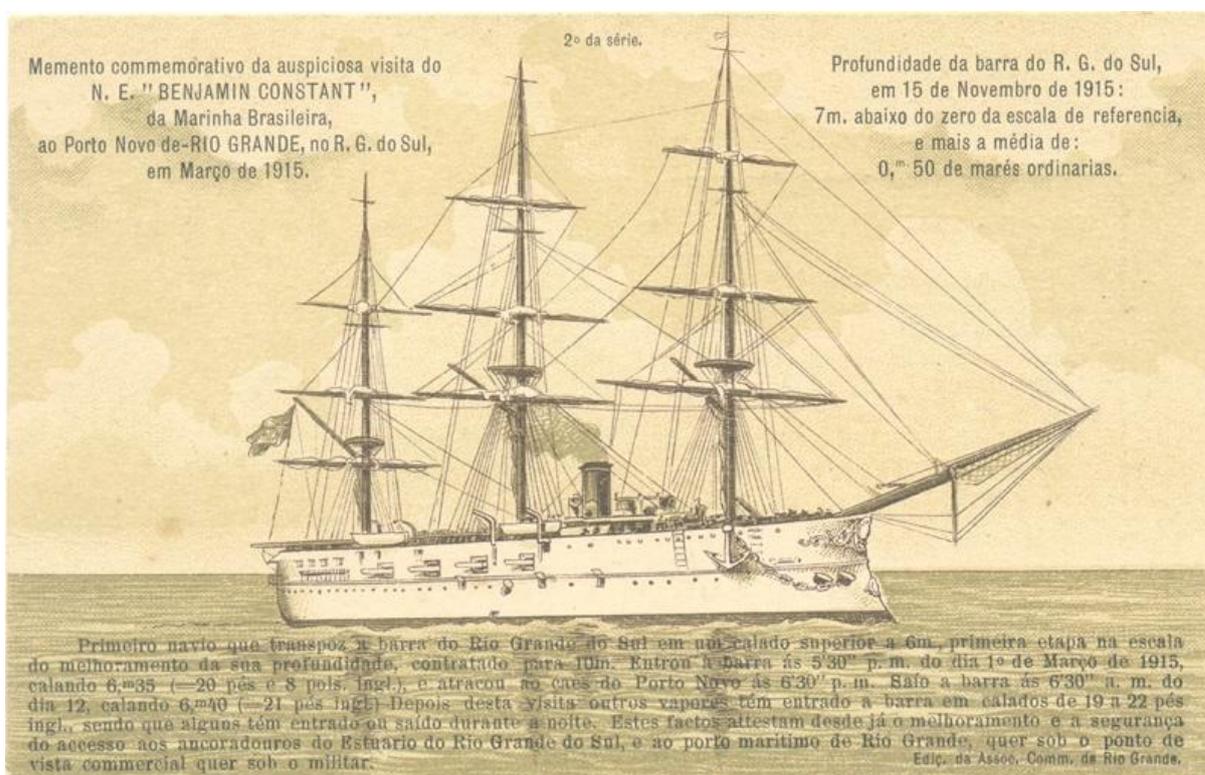


IMAGEM 25 – Navio Escola Benjamim Constant (1915)

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: 300404 (antigo)

Navio-Escola Benjamim Constant. O postal produzido em comemoração às obras da barra e a instalação do tráfego no Porto do Rio Grande em 15 de novembro de 1915.

O postal apresenta as informações transcritas a seguir acerca do Navio Escola Benjamim Constant e do Porto:

*Momento comemorativo da auspiciosa visita do
N. E. "BENJAMIM CONSTANT",
da Marinha Brasileira,
ao Porto Novo de Rio Grande, no R. G. do Sul,
em Março de 1915.*

*Profundidade da barra do R. G. do Sul,
Em 15 de Novembro de 1915:
7m. abaixo do zero da escala de referência, e mais
a média de:
0,^m50 de marés ordinárias.*

Primeiro navio que transpoz a barra do Rio Grande do Sul em um calado superior a 6m primeira etapa na escala do melhoramento da sua profundidade, contratado para 10m. Entrou a barra às 5'30" p.m. do dia 1º de março de 1915, calando 6^m35 (=20 pés e 8 pols. ingl.) e atracou no caes do Porto Novo às 6'30" p.m. Saio a barra às 6'30" a.m. do dia 12, calando 6^m40 (= 21 pés ingl.). Depois desta visita outros vapores tem entrado a barra em calados de 19 e 22 pés ingl. sendo que alguns têm entrado ou saído durante a noite. Estes factos attestam desde já o melhoramento e a segurança do acesso aos ancoradouros do Estuário do Rio Grande do Sul, e ao porto marítimo de Rio Grande, quer sob o ponto de vista commercial quer sob o militar.

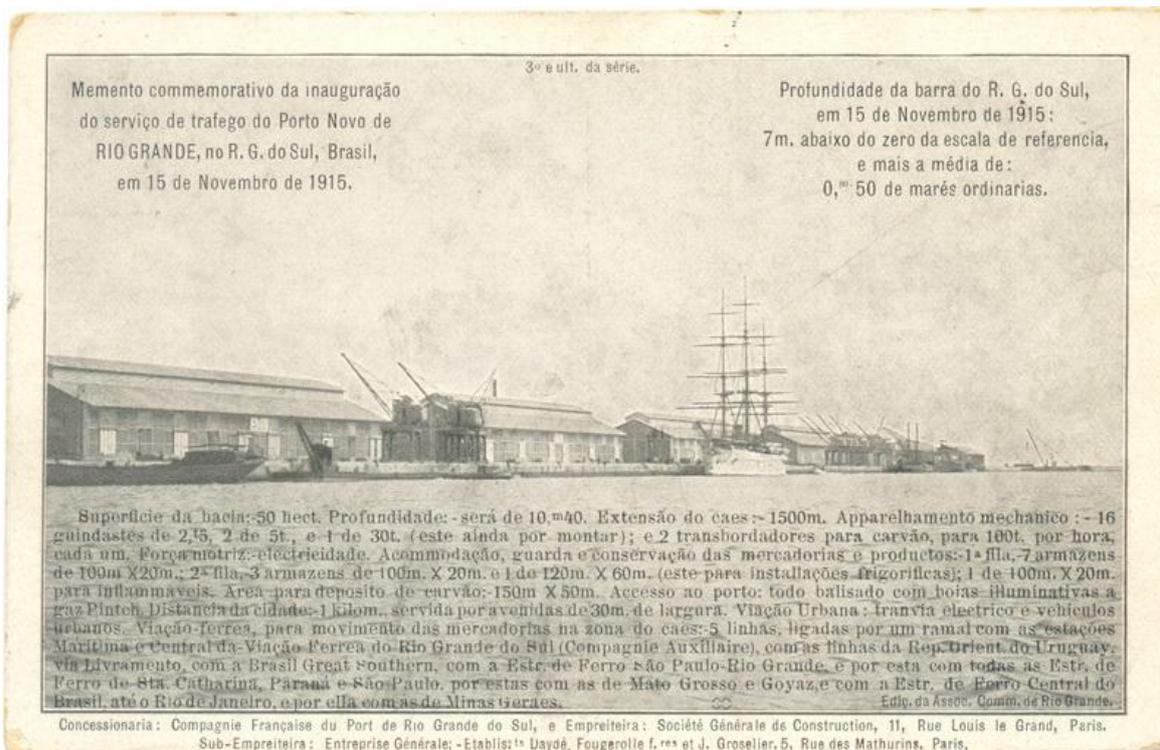


IMAGEM 26 – Armazéns do Porto

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: 3004042 (antigo)

A imagem apresenta o cais, os armazéns do porto e as embarcações atracadas. O postal produzido em comemoração às obras da barra e a instalação do tráfego no Porto do Rio Grande em 15 de novembro de 1915.

<p><i>Momento comemorativo da inauguração do serviço de tráfego do Porto Novo de RIO GRANDE, no R. G. do Sul, Brasil, em 15 de Novembro de 1915</i></p>	<p><i>Profundidade da barra do R. G. do Sul, Em 15 de Novembro de 1915: 7m abaixo do zero da escala de referência, e mais a média de: 0,50 de marés ordinárias.</i></p>
<p><i>Superfície da bacia: 50 hect. Profundidade: será de 10^m40. Extensão do caes: 1500m. Aparelhamento mecânico: 16 Guindastes de 2,5, 2 de 5t. e 1 de 30t. (este ainda por montar); 2 transbordadores para carvão para 100t por hora, cada um. Força motriz: electricidade. Acommodação, guarda e conservação das mercadorias e produtos: 1ª fila, 7 armazéns de 100m X 20m, 2ª fila, 3 armazéns de 100m X 20m e 1 de 120m X 60 (este para instalações frigoríficas); 1 de 100m X 20m para inflamáveis. Área para depósito de carvão: 150m X 50m. Acesso ao porto: todo basilado com boias iluminativas a gaz Pintch. Distancia da cidade: 1km, servida por avenidas de 30m de largura. Viação urbana: tranvia electrico e vehiculos urbanos. Viação-ferrea para movimento de mercadorias na zona do caes: 5 linhas, ligadas por um ramal com as estações Maritima e Central da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (Compagnie Auxiliaire), com as linhas da Rep. Orient. Do Uruguay, via livramento, com a Brasil Great Southern, com a Estr. de Ferro São Paulo- Rio Grande, e por esta com todas as Estr. de Ferro de Sta. Catarina, Paraná e São Paulo, por estas com as de Mato Grosso e Goyaz, e com a Estr. de Ferro Central do Brasil até o Rio de Janeiro, e por ela com as de Minas Geraes.</i></p>	

Um bom exemplo para a vitória da cidade sobre os “defeitos naturais” do local é trazido, novamente, por Alves e Torres (1997), quando citam as palavras de Nicolau Dreys, que diz

No meio das areias estéreis que a circundam e invadem continuamente, ela se apresenta como uma criação excepcional da política e do comércio: indiferente e como estrangeira ao território que ocupa, não deve nada se não ao caráter ativo, industrioso e empreendedor do habitantes. Ali, o homem pode mais que a natureza: aonde achou impotência e miséria ele fez nascer sua prosperidade; pois a cidade de S. Pedro, com casas suntuosas, seus ricos armazéns, seus cais regulares e seu porto retificado, pode agora concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul. (1997, p. 48-49)

Na metade do século XX, devido à importância do “complexo hidro portuário riograndense”, foi criado o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – DEPRC, pela da Lei Estadual nº 1561, de 1º de outubro de 1951.



IMAGEM 27 – Rua Riachuelo – Galpões do Porto em construção e comércio

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG04696

Procedência: Alberto José Ayres

Dimensões: 14cm X 9cm

Rua Riachuelo ,à esquerda a construção dos armazéns e à direita as casas de comércio.

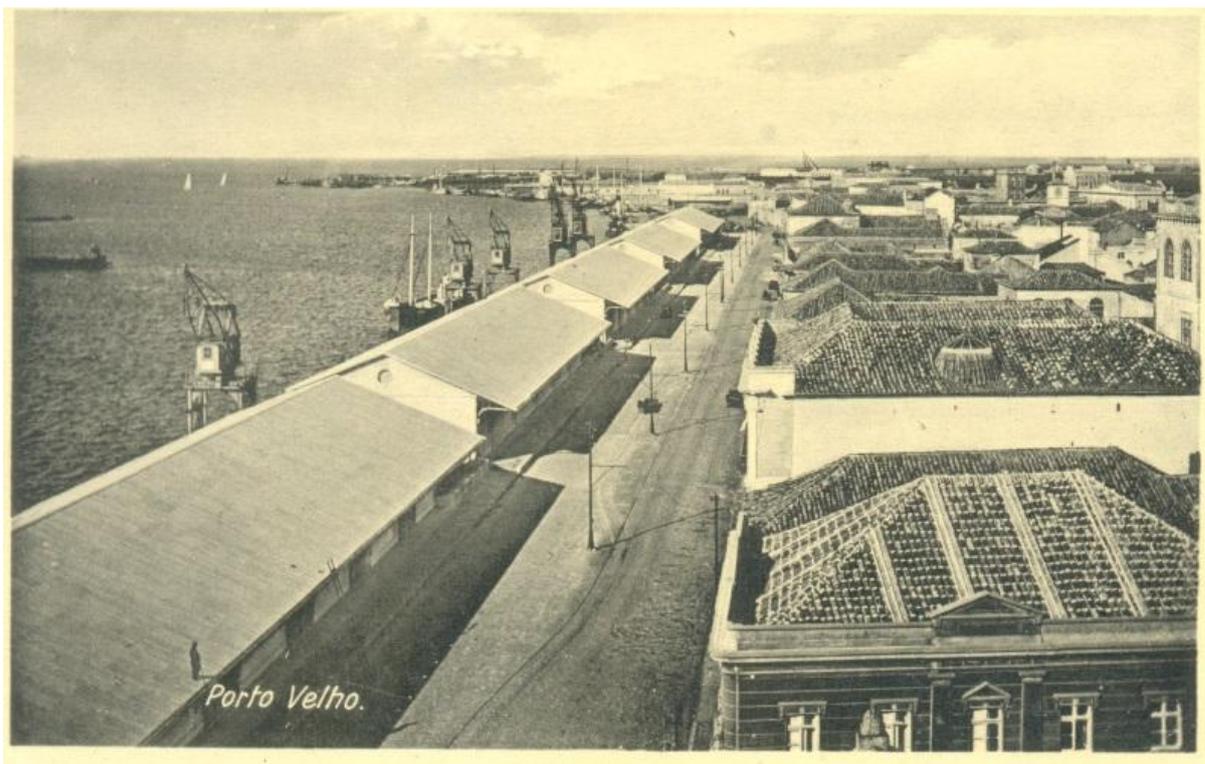


IMAGEM 28 – Rua Riachuelo - Porto Velho

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG0103867

Rua Riachuelo, os armazéns do Porto Velho e os guindastes próximos ao cais para descarregar as mercadorias das embarcações.



IMAGEM 29 – Rua Riachuelo – Armazéns do Porto.

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG03481

Procedência: Irma Geny Henser Medina

Dimensões: 14,3cm X 9,2cm

Rua Riachuelo e os armazéns do Porto Velho. Podemos ver pessoas caminhando e os postes utilizados para a condução dos bondes. Ao fundo percebe-se a torre da Alfândega.



IMAGEM 30 – Porto Velho

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG02297

Procedência: Walter Albrecht

Autoria: Foto Rubens

Dimensões: 13,5cm X 8,5cm

Cais do Porto Velho. Guindastes utilizados para descarregar as mercadorias das embarcações, além disso, podemos ver o vapor “Rio Grande”, atracado no cais.

Em 1996, o Porto do Rio Grande foi separado do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais por outra Lei Estadual nº 10.722, de 18 de janeiro de 1996, que criou a autarquia Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, para administração do Porto do Rio Grande.

Conforme apresentado no *site* da instituição (<<http://www.portoriogrande.com.br/site/index.php>>. Acesso em 17/05/2012), a SUPRG está encarregada de administrar o Porto do Rio Grande, assim como, coordenar e fiscalizar as instituições atuantes no porto, planejar a política portuária, estudando, melhorando e conservando os canais de acesso ao porto (principalmente os Molhes da Barra) e a manutenção de todo sistema hidro portuário do Porto do Rio Grande.

Assim, a cidade do Rio Grande evoluiu, seu porto sempre em destaque na região sul, sendo um dos principais portos do Mercosul. No século XX, o desenvolvimento da cidade contava com o polo industrial (com indústrias do ramo pesqueiro, petrolífero e de fertilizantes).



IMAGEM 31 – Vista do cais, Alfândega e Edifício da Câmara do Comércio

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG02229

Procedência: Walter Albrecht

Autoria: Foto Rubens

Dimensões: 13,5cm X 8,5cm

Pessoas caminhando pelo cais da Alfândega, a rua Andradas e o prédio da Câmara do Comércio (inaugurado em 1942).



IMAGEM 32 – Praça Xavier Ferreira e Alfândega

Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Número de registro: MCRG01567

Procedência: sem registro

Dimensões: 14,5cm X 9,4cm

Lago da Praça Xavier Ferreira e a Alfândega, na fotografia podemos ver as três cúpulas e a torre com o relógio existente na entrada do cais. Observa-se a existência de guindastes maiores no cais, o que denota um aumento na capacidade de navegação e recebimento de mercadorias.

Atualmente, Rio Grande está em pleno crescimento urbano, populacional e econômico devido à instalação do polo naval, momento em que estão sendo montadas diversas plataformas petrolíferas, entre outros navios de grande porte. Como podemos ver todo esse desenvolvimento teve sua origem através da instalação da Alfândega

REFERÊNCIAS

ANJOS, Danielle Manczak dos. **Acervo e sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande - RS**. Rio Grande: PPGE0(FURG), 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **EXPOSIÇÕES VIRTUAIS**. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cqilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 06/12/2013.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Portugal). **EXPOSIÇÕES VIRTUAIS**. Disponível em : <<http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/>>. Acesso em: 06/12/2013.

AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da Cidade do Rio Grande**. 2 ed. - Rio Grande: [s.n.], 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande. <<http://museucrg.wordpress.com/about/>> . Acesso em: 05 out 2014.

FUGUERAS, Ramon Albrech i; LLONCH, Lurdes Boix; SASTRE, Natàlia Navarro; PALOMARES, Susanna Vela. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. – Gijón (Astúrias) : Ediciones TREA

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Superintendência do Porto do Rio Grande. **Histórico do Porto do Rio Grande**: <http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_historico.php>. Acesso em 17 de maio de 2012.

_____. **Construção dos Molhes da Barra**. <www.portoriogrande.com.br/site/noticias_detalhes.php?idNoticia=1440>. Acesso em 21 de agosto de 2014.

INGAGE DIGITAL BRANDING. **9 erros que as empresas cometem em gestão de redes sociais (e como evita-los)**. Disponível em: <<http://ingage.com.br>>. Acesso em: 24 abr 2014.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Introdução ao Marketing**. Rio de Janeiro, LCT, 2000.

MICHEON, Francisca Ferreira. Revista Discursos Fotográficos. **Palavras que levam a imagens**: fotografia para ouvir. Londrina, v.9, n.15, p.189-210, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/issue/view/873>>. Acesso em: 06 out 2014.

RAMOS, Simone da Mata. A importância dos Molhes da Barra do Rio Grande no contexto da economia do Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Cidade do Rio Grande**: ensaios históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2008. p.47- 80.

RIBEIRO, Eduardo Costa. Rio Grande de São Pedro: formação da sociedade rio-grandina nos primeiros anos, 1737-1763. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Sociedade, Memória e Cultura no Rio Grande do Sul**: estudos históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2008. p.85-110.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa : Dom Quixote, 1998. p.265.

SÃO PAULO. ARQUIVO DO ESTADO. **EXPOSIÇÕES VIRTUAIS**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/acao_exposicoes.php>. Acesso em: 06/12/2013.